

PARA ALÉM DAS DICOTOMIAS CLÁSSICAS
ENTRE EXPLICAÇÃO/COMPREENSÃO - CIÊNCIAS DA
NATUREZA/CIÊNCIAS DO ESPÍRITO: NOTAS SOBRE O
CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO EM FREUD

Candidata: Sandra Bassi Durante

Orientador: Prof. Dr. Osmyr Faria Gabbi Júnior

*Este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
de seu dicta e aprovada pela
Comissão julgadora.
22/03/91*

Dissertação apresentada no Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas para
obtenção do grau de Mestre.

*Dr. F.
Bassi
Gabbi*

UNICAMP - Campinas

1991

D932p
13574/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao Professor Doutor Osmyr pela paciência, pela compreensão e pelo apoio, sem os quais esta dissertação não teria se concretizado.

A minha amiga antropóloga Marlene Novaes,

Este trabalho contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPESP.

Para minhas famílias.

INTRODUÇÃO

A leitura de algumas obras freudianas, como A INTELIGÊNCIA DOS SONHOS(1)¹ de 1900 (especialmente o capítulo VII), PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA(2) de 1901, e ainda O EGO E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE(3) de 1905, dirige-nos a um interessante debate de cunho metodológico. Podemos constatar nelas a ocorrência de uma linguagem mista, pois encontramos, simultaneamente, termos que parecem depender de uma energia psíquica ou a ela se relacionar (força, pulsão, recalque, energia livre e ligada, ocupação, etc...) e termos que parecem apontar para um deciframento, para uma hermenêutica (interpretação, intenção, sentido, etc...). A utilização dessa linguagem mista pode ser problematizada, com vistas a um debate clássico, no campo da História das Ideias, no que se refere às tentativas de se distinguir as ciências naturais das ciências do homem, através do tipo de explicação que cada uma requer para que lhe possa ser atribuída validade e estatuto científico. Tal debate, no entanto, mesmo que se dê no âmbito metodológico, não pode se furtar a uma investigação ontológica, dos objetos aos quais se referem tais ciências. Adianto, desde já, o problema epistemológico central nesta investigação: a dicotomia metodológica explicação/compreensão. De que forma, então, relaciona-se tal linguagem aparentemente mista, energética/hermenêutica, com a dicotomia explicação/compreensão? É o que tentaremos elucidar nesta dissertação.

¹Quando houver um só número dentro do parênteses, refere-se ao número do livro na bibliografia, quando dois números separados por dois pontos, o segundo refere-se à página.

Por um lado, tradicionalmente, o campo paradigmático da explicação tem sido considerado o das ciências naturais, com suas leis causais, suas teorias de subsunção de fenômenos, sua adequação a uma lógica simbólica, por outro, o da compreensão tem sido o da ciência historiográfica. Mas para as ciências nascidas ao final do século passado como, por exemplo, a sociologia, coloca-se de imediato a questão do local de sua inserção nessa distinção que, por vezes, se pretende demasiado clara.

Nosso interesse, no entanto, centra-se na psicanálise, ou mais propriamente na teoria freudiana, especificamente no que se refere à primeira tópica. Há autores que defendem a necessidade de um duplo momento na análise de tal teoria, o explicativo e o compreensivo, como o faz Paul Ricoeur em seu livro DÁ INTERPRETAÇÃO - ENSAIO SOBRE FREUD, publicado em 1965 (13), e que teve uma enorme repercussão. Esta parece ter sido a primeira publicação a considerar a psicanálise como hermenêutica e, portanto, colocá-la dentro desse longo debate ao qual nos referimos.

O autor se permite inserir a psicanálise nessa querela, por ela também lidar com a linguagem, assim como, segundo ele, ocorre com "...as investigações de Wittgenstein, a filosofia linguística dos ingleses, a fenomenologia oriunda de Husserl, as pesquisas de Heidegger, os trabalhos da escola bultmanniana e das outras escolas de exegese neotestamentária, os trabalhos de história comparada das religiões e da antropologia versando sobre o mito, o rito e a crença, enfim a psicanálise." (13:15).

A linguagem é usada, assim, por Ricoeur, para justificar o fato de ter escrito mais um livro sobre Freud. "Enquanto aguardamos esse filósofo da linguagem integral, talvez nos seja possível explorar certas articulações - chave entre as disciplinas que investigam a linguagem. É a essa investigação que o presente ensaio pretende dar sua contribuição." (13:16). Ricoeur realiza na obra uma análise da teoria freudiana em sua totalidade, inclusive dos livros que serão aqui tomados para investigação, como, por exemplo, o livro de 1900 sobre os sonhos. O autor considera que a interpretação de um sonho é a reposição, por parte do analista (seja ele um outro ou o próprio sonhador), de um texto truncado e confuso, às vezes ininteligível, por um mais inteligível. Dá-se, portanto, no domínio da linguagem, na medida em que se articula com o desejo. No entanto, é através de uma linguagem distorcida, que diz algo diferente do que quer dizer, que se encobre o próprio desejo que a suscita. A palavra, portanto, carrega um duplo sentido, ela é símbolo. Devido a isso, Ricoeur considera que, para desvendá-lo, será necessário o trabalho de interpretação, trabalho de compreensão que mostre o desejo que se esconde. É aí que se requer um trabalho hermenêutico - pois se trata de interpretar - que envolve uma questão semântica que remete à intencionalidade. Através dele, é aumentada a consciência do homem ao restaurar-se o sentido do que foi distorcido e assim obter a redução de suas ilusões. Freud estende o modelo de investigação do sonho ao chiste, ao mito, à obra de arte e à religião. Seu projeto vai muito além de uma clínica sintomatológica, estende-se à cultura como um todo. Acredita o autor que, ao tomar a neurose como religião particular e a religião como

neurose universal, Freud faz a passagem do privado ao público. Carregam, no entanto, algo em comum, são ilusões: a consciência é iludida pelo sentido distorcido daquilo que se apresenta a ela através das produções psíquicas que, em geral, têm como propósito encobrir o desejo. Se por um lado, é necessário um trabalho hermenêutico que desvende um sentido encoberto, por outro, pode-se perguntar sobre o porquê de sua ocorrência. No trabalho do sonho, ele encontra uma possível resposta. Processos como condensação (idéias ou pensamentos distintos que são fundidos em outras), deslocamento (substituição de seus valores por outros de menor valor psíquico e vice-versa) e figuração (retorno ao sistema perceptivo em forma alucinatória) são responsáveis por tais mudanças de sentido, e, ao falar deles, Freud recorre a uma linguagem que o autor denomina de energética, a "linguagem da força". Entrelaçam-se, portanto, uma "linguagem da força" com uma "linguagem do sentido". A energética ANUNCIA-SE numa semântica; numa hermenêutica, DESCOBRE-SE uma energética. A explicação da forma energética mostra o porquê de se exigir uma compreensão, a compreensão mostra-se necessária porque a energética obriga o trabalho hermenêutico.

A primeira reação filosófica ao livro de DÁ INTERPRETAÇÃO... foi publicada em fevereiro e março de 1966, um ano após a publicação do livro de Ricoeur, no LES TEMPS MODERNES, por Michel Tort, em um artigo intitulado "Da interpretação ou a Máquina Hermenêutica" (18).

Causa estranheza a Tort, o fato de Ricoeur no início postular e sustentar uma dicotomia no discurso freudiano, e, ao final, abandoná-la.

Cito Ricoeur, como o cita Tort (18:1476):

"Os escritos freudianos apresentam-se desde o início como um discurso misto, ou seja, ambíguo, que tanto enuncia conflitos de força que caem sob a jurisdição de uma energética, com relações de sentido que caem sob a jurisdição de uma hermenêutica. Desejaria mostrar que essa ambiguidade aparente está bem fundamentada, que esse discurso misto é a razão de ser da psicanálise."

(13:67).

Ora, logo de início, ele considera que o PROJETO... "representa o que se pode chamar um estado não hermenêutico do sistema (13:69), enquanto em A INTERPRETAÇÃO... "a linguagem do sentido..., e a linguagem quase física, ...ainda não estão perfeitamente coordenadas." (13:105). Mas o que realmente espanta a Tort é o fato de que para cumprir um de seus objetivos, o de mostrar que a religião para Freud não era somente ilusão, que o duplo sentido pode não ser sempre dissimulação daquilo que pretende dizer o desejo, e sim manifestação, revelação de um sagrado (13:18). Ricoeur postula duas distinções: uma entre energética e hermenêutica, e outra, entre arqueologia e teleologia, que, ao final, ele abandona. Ao realizá-lo, termina por fazer desaparecer a própria metapsicologia

freudiana, na tentativa de reduzir a teoria a uma hermenêutica pura.

Tort aponta para o erro inicial de Ricoeur ao alinhar texto a texto as obras freudianas, ao tentar fazer uma leitura pura, não interpretativa, ou como diz Gabbi Jr. ((1:3) "uma cuidadosa análise do texto, atento às menores flutuações de sentido, tentando recuperar o movimento realizado pelos conceitos". Ora, diz Tort, toda leitura já é em si interpretativa, o que se deve fazer é procurar aquela que seja mais rigorosa com o texto (18:1462). Ricoeur toma desta forma os conceitos como não problemáticos, não contraditórios, e não questionando, por exemplo, como aponta Tort, sobre o que é exatamente o princípio de realidade, de onde vem, o que é um princípio, como se dá a ascensão a tal realidade, o que é ela e várias outras questões que se colocam quando se pretende ler Freud como se lê a um filósofo, como era a pretensão expressa de Ricoeur (18:1463). É justamente devido a tal leitura, que desconhece os verdadeiros problemas levantados pela obra, diz Tort, que mesmo aqueles que trabalham cotidianamente com a obra, os psicanalistas profissionais, entre os quais a obra teve uma enorme repercussão, não perceberam que ela não podia ser considerada como nada além de "um manual escolar do pequeno freudiano" (18:1465).

Esta falta de uma análise conceitual rigorosa, acaba por fazer com que Ricoeur considere a "linguagem da força" como uma linguagem naturalista, mal colocada, que necessita ser repostá por outra, por uma interpretativa (18:1476). Por postular a distinção

energética/hermenêutica, Ricoeur realiza uma fantasia teórica, "uma máquina barroca que divide em dois o freudismo" (idem). Ora, diz Tort, esta dicotomia em lugar algum é colocada pelo próprio Freud, e ainda mais "se todo o freudismo não é senão a negação de tal duplicidade "ambígua" ele não é nada" (idem).

Não há equilíbrio, desequilíbrio ou dialética entre a metapsicologia e a prática da interpretação, defende Tort, pois a metapsicologia é justamente uma explicação sob a base dos processos sinalizados pela interpretação (18:1477).

Como o entende Tort, Ricoeur, ao tentar fugir dos requisitos causais e conceituais do positivismo lógico, acaba por cair do lado de uma teoria histórica à la Dilthey, vazia de conceitos, a não ser aqueles de interpretação e motivo. Acaba por jogar toda a psicanálise para o campo da investigação dos motivos.

Mas esta não é a única tentativa redutora que encontramos no tratamento de Freud, ela será somente a inauguradora de uma série de obras que se preocupam com o lugar epistemológico da psicanálise. Habermas, Grunbaum, Alfred Lorenzer, entre outros, lidam com tal questão, cada um utilizando a teoria freudiana para posicioná-la em um dos polos, defendendo, ora a sua aproximação a uma ciência positivista, ora a uma hermenêutica.

Mas será exatamente no próprio Ricoeur que veremos uma outra posição que defende justamente o abandono de posições dicotômicas como as que encontramos inúmeras vezes, e que articula, no sentido de não se poder pensar uma sem a outra, energética e hermenêutica, explicação e compreensão. Essa posição de Ricoeur, posterior a 1965, pode ser encontrada, por exemplo, em seus livros *ESSAIS D'HERMÉNÉUTIQUE II* (12) e em *LA SEMANTIQUE DE L'ACTION* (14). A passagem pela teoria da ação, pelo discurso que fala da ação, torna preciso o lugar da linguagem na estrutura da teoria freudiana. Mas Ricoeur não estava sozinho nesse empreendimento. Segue os passos de Elizabeth Anscombe (*INTENTION*),²² do finlandês von Wright (20,21) e especialmente, de Charles Taylor (16,17) que parece ter sido o grande inspirador dessa nova tendência. Mostram-se defensores de uma articulação entre o momento explicativo e compreensivo, que deixa de tentar constantemente reduções ou de explicação à compreensão, como sempre pretenderam os positivistas lógicos, ou do outro extremo, onde se busca o abandono da explicação, como os hermenêutas.

É este o intuito de nossa investigação: mostrar que em relação às obras freudianas citadas, consideramos justa a leitura que supera as dicotomias. Para isso, no primeiro capítulo, após um breve relato histórico do desenvolvimento dessa dicotomia que visa, somente, apontar os pontos relevantes para a compreensão do debate que se trava em torno dela

²²ANSCOMBE, G.E.M. : *Intention*, Oxford , Basil Blackwell , 1957.

a referência é o livro de von Wright, EXPLANATION AND UNDERSTANDING (20), publicado em 1971, abordarei o que está em jogo. Notaremos que, grande parte da discussão, é centrada em torno das noções de causalidade, de ação e daquelas correlatas a esta .

No segundo capítulo da dissertação, pretendemos, de início, realizar uma cuidadosa leitura de A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS. Tratamos especialmente do capítulo VII, pois ele constitui-se na sistematização das idéias freudianas que, depois de um amadurecimento prévio de aproximadamente sete anos, são apresentadas através da confrontação delas com a descrição do aparelho psíquico, presente nesse mesmo capítulo. Tais idéias serão por muito tempo as vigas mestras da teoria freudiana. Por isso, inclusive, se faz necessário que sua análise seja feita anteriormente aos outros dois livros em estudo, objetos de um terceiro capítulo (sobre atos falhos e chistes), pois dela depende o estudo de tais obras.

Ao final, vamos destacar um outro texto, publicado, em 1975, por Charles Taylor (17), e que se constitui em uma crítica à tentativa positivista de redução da teoria psicanalítica, desenvolvida por Ricoeur na terceira parte de seu livro. Tal redução é impossibilitada justamente pela embricação entre explicação/compreensão, que se dá, como veremos, pela impossibilidade do expurgo do sujeito, da intencionalidade, como pretendiam aqueles. Portanto, com o auxílio desse texto, teceremos algumas conclusões a respeito do conceito de interpretação em Freud.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A questão sobre a construção das teorias científicas tem permeado os textos dos filósofos das ciências há muito tempo. No entanto, os padrões que tornam uma teoria cientificamente aceita tem-se modificado com os tempos. Ora uns ora outros são tomados como aqueles que são os juizes para a aceitação ou rejeição de uma dada teoria. Em linhas gerais, considera-se que uma teoria científica deva descrever, predizer e explicar os fenômenos que caem sob seu domínio.

Apresentam-se, assim, algumas das primeiras questões a serem enfrentadas nessa discussão que, como dissemos, tem atravessado os tempos.

Não há consenso a respeito do que seja uma explicação e tampouco sobre os domínios que englobam os fenômenos. Explicito melhor. Se tomarmos, por exemplo, a física newtoniana, com suas explicações (ao menos na sua versão moderna, após o desenvolvimento do cálculo diferencial) em formas de leis simbólicas, não encontramos problemas. Inclusive, esta foi considerada por muito tempo como o padrão científico a ser seguido para a construção de teorias. Mas, obviamente, os fenômenos da biologia, por exemplo, costumam ser apresentados de outra forma, o mesmo valendo para a história. Independente dessas distinções entre os diferentes domínios do conhecimento humano na forma como se apresentam atualmente, aceitos dentro dos meios acadêmicos, deve-se travar uma discussão a respeito de tais diferenças e o porquê delas se fazerem necessárias, se é que o são.

No século XIX, segundo nos conta von Wright em seu livro supracitado, começam a aparecer os primeiros estudos sistemáticos sobre o homem, sobre sua história, linguagens e instituições sociais. Isto é realizado por autores tais como Ranke e Mommsen em historiografia, von Humboldt e Jacob Grimm em linguística e filologia e Tylor em antropologia social (20:3). Pelo fato das ciências naturais já estarem bem estabelecidas nessa época, foi de interesse imediato, por parte dos estudiosos da filosofia da ciência e pelos próprios autores, a comparação entre elas e o novo ramo do conhecimento que se apresentava.

Podemos constatar duas posições principais, representativas das diferentes relações que seus estudiosos consideraram existir entre elas. Von Wright denomina estas duas "tradições", galileana e aristotélica, diferindo nas condições que as explicações devem satisfazer para que sejam cientificamente respeitáveis (20:2).

Representante da primeira dessas, Auguste Comte, em meados deste mesmo século, apresenta sua chamada filosofia positiva, filosofia esta que abrangia muito mais do aquela da ciência, que nos interessa aqui. O positivismo, como se denominou sua filosofia, tinha três princípios básicos no que se refere à metodologia da ciência. O primeiro deles, conhecido como monismo metodológico, trata da idéia de que deve haver uma unidade do método científico, independente da diversidade das disciplinas abordadas pela investigação científica. O segundo princípio refere-se à consideração das ciências exatas naturais, especialmente a física

matemática, como padrão ou ideal metodológico para medir o grau de desenvolvimento e perfeição das outras ciências, inclusive as humanas.

Quanto ao terceiro princípio, o de maior relevância para nossa investigação, refere-se às explicações científicas propriamente ditas, que, segundo as crenças dos positivistas, seriam "causais". Só a menciono porque, como apontamos anteriormente, a noção de causação e os termos correlatos são de máxima importância aqui, e uma investigação mais detalhada será realizada posteriormente.

No final do século XIX, surge a primeira reação ao positivismo, atacando especialmente a visão positivista de explicação. Isto pode ser notado pela introdução da distinção explicação/compreensão apresentada em 1858 pelo historiador-filósofo Droysen, que acreditava ser o intuito das ciências naturais, o de explicar, enquanto o da história seria o de compreender os fenômenos que caem sob seu domínio (20:5). Dilthey, posteriormente, trabalha de forma mais sistemática tais idéias, cunhando com o termo *GEISTESWISSENSCHAFTEN*, encontrado em diversos trabalhos sobre o tema, todo domínio das ciências que requerem o método de compreensão. Anti-positivistas como Simmel, defendem que há nessa noção de compreensão uma certa característica psicológica que a diferencia da explicação: uma certa forma de *EMPATIA* (*Einfühlung*) ou recriação da atmosfera mental da época no que se refere às idéias, sentimentos e motivações do objeto em estudo. Mais recentemente, tal distinção baseia-se em torno da intencionalidade como característica da compreensão. Mesmo que sejam

dadas distintas análises do conceito de compreensão, todas elas têm em comum a rejeição ao monismo metodológico adotado pelos positivistas, tanto Comte como os chamados positivistas lógicos do nosso século. Estes, reúnem-se em torno do chamado Círculo de Viena, entre os anos 20 e 30, tendo como representantes Rudolf Carnap e Moritz Schlick, entre outros. Diferentemente do positivismo que o inspirou, cujas áreas de interesse iam da ciência à religião e à moral, este centra suas investigações especialmente em torno da própria filosofia da ciência. Este movimento foi chamado de neo-positivismo, ou positivismo lógico, e ainda de empirismo lógico devido à utilização dos novos desenvolvimentos da lógica formal. De acordo com von Wright, entre o período de 1350 e 1850, a lógica, a não ser por contribuições isoladas de Leibniz, pouco se desenvolveu. Com a retomada dos estudos dessa área, a metodologia e filosofia da ciência atribuem-lhe grande importância. Mas de acordo com o autor, não se pode dizer que esteja intrinsecamente ligada à filosofia positivista da ciência, defendendo que se trata antes de um acidente histórico, do que de uma necessidade filosófica. Adotando aqueles mesmos princípios que seu antecessor, o princípio do monismo metodológico, padrão metodológico retirado especialmente da física matemática, e suas explicações de cunho causal, subsunção de casos individuais a leis gerais hipoteticamente assumidas, transporta-os igualmente para a compreensão da natureza, inclusive da humana. Baseados nesses princípios, as explicações que levam em conta, por exemplo, a intencionalidade, são rejeitadas por eles como não científicas. Isto se faz, no entanto, através do uso de suposições bem mais fortes como, por exemplo, a do atomismo lógico.

Refiro-me a tal requisito, desde já, pois posteriormente, ele será relevante. O conhecimento que temos do mundo, acreditam os defensores do atomismo lógico, deve ser dado em unidades discretas, ou seja cada termo que se introduza deve ser especificado por uma lei que não faça referência a qualquer outra; em outras palavras, deve ser condição de identificação de um termo que ela seja realizada independentemente de qualquer outro termo (16:11).

Mais uma vez aparece uma reação. Ao redor dos anos 60 surge uma nova corrente filosófica que se auto denomina hermenêutica ou filosofia dialética-hermenêutica em oposição ao positivismo lógico. Ela aproxima-se de uma posição da filosofia analítica, cuja maioria dos autores são seguidores das idéias do segundo Wittgenstein (o das INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS). Destacam-se duas idéias principais: a primeira, aquela que se refere à linguagem e a noções orientadas por ela, como as de significação, intencionalidade, interpretação e entendimento, preocupações que podemos encontrar no próprio Wittgenstein, especialmente em suas fases posteriores. A segunda delas, a de maior interesse aqui, refere-se à metodologia e à filosofia da ciência, a rejeição à unidade da ciência e consequente defesa da peculiaridade dos métodos interpretativos e compreensivos da chamada hermenêutica, herdeira das GEISTESWISSENSCHAFTEN, acima mencionada. No entanto, esta escola hermenêutica considera que o que difere explicação de compreensão não é uma característica psicológica, como define Simmel, e sim semântica (20:30).

Após este breve resumo histórico, podemos perceber que a questão toda centra-se em torno da noção de explicação. O próprio von Wright afirma que uma das distinções entre as duas tradições, por ele apresentadas, dava-se pelo uso de explicações causais pela chamada tradição galileana, e de teleológicas, pela aristotélica. A própria explicação das ações humanas possui, até mesmo na linguagem cotidiana, diz ele, um caráter eminentemente teleológico, que leva em conta a intenção do agente.

Podemos nos referir, agora, a um artigo escrito por Carl Hempel, que parece ter reacendido o debate de forma decisiva, para assim, darmos os primeiros passos na compreensão do que significam as explicações causais.

Como afirma von Wright em uma nota (20:170), o que atribui caráter revolucionário à ciência galileana, vista como protótipo, é o fato de requerer a utilização, em suas explicações, de leis que conectem fenômenos numericamente mensuráveis, conformando-os assim a um modelo teórico que os subsumem. O objetivo de tal artigo, publicado em 1942, por Hempel, denominado "The Functions of General Laws in History", no IRE JOURNAL OF PHILOSOPHY (11) é o de mostrar que a opinião de que a história só se preocupa com a descrição de eventos particulares que ocorrem no passado, enquanto que as ciências naturais buscam leis gerais que expliquem seus eventos, pode estar equivocada, defendendo que leis gerais têm funções quase análogas na explicação de eventos naturais e de eventos humanos.

Para tanto, utiliza-se da noção de "hipótese de forma universal" (hypotesis of universal form), ou seja, de hipóteses de caráter condicional universal, cujas principais funções são as de explicar e predizer. Em ambos os casos, segue-se o seguinte modelo: devem ser feitas asserções sobre um conjunto de eventos $L_1 \dots L_n$ (que descrevem as condições iniciais), uma ou várias hipóteses de caráter universal $L_1 \dots L_n$, e E , a descrição de um evento, é consequência lógica dos dois primeiros tipos de proposição, pensadas como premissas em um argumento. Reconhecemos prontamente a utilização deste tipo de modelo nas ciências da natureza como, por exemplo, na física newtoniana. Esse modelo dá caráter de necessidade à ocorrência do evento, pois se ocorrem os L_i , e as leis forem válidas, o evento ocorreu (explicação) ou ocorrerá (predição). Para Hempel, o problema com as leis da história dá-se justamente no âmbito da previsão, pois uma explicação dada deve ser base para uma predição. No entanto, dar todas as condições L_i é tarefa árdua e nem sempre possível. Muitas explicações apresentam-se assim incompletas, devido ao seu caráter excessivamente complexo e detalhista, mas poderiam, em princípio, ser exaustivas. Isso nem sempre pode ser realizado no caso das "leis" históricas, mas, mesmo aqui, diz Hempel, a história ainda quer mostrar que a ocorrência de eventos não se deu por puro acaso - o que pode ser feito através de "esboços de explicação" (explanation sketches) que, em princípio, poderão um dia ser completados, conforme se obtenham mais dados, aproximando-se a história cada vez mais da ciência da natureza. Podemos ver claramente que a posição hempeliana é a do positivista lógico, envolvendo uma opção pelo monismo metodológico: todos os fenômenos podem

ser apreendidos sob o modelo dedutivo-nomológico, mesmo os da história. O que se torna mais claro quando, ao finalizar o artigo, faz críticas muito duras e até mesmo irônicas, por vezes ofensivas, aos métodos do entendimento empático, compreensivo e interpretativo que alguns autores utilizam na análise histórica.

A posição hempeliana quanto às leis históricas não é de nenhuma forma consensual, mesmo entre os que partilham algumas idéias defendidas pelos positivistas lógicos, como Popper. Para ele, tais leis são tão triviais, que não requerem nem mesmo apresentação. (von Wright retira tal afirmação do livro de Popper: *The Open Society and Its Enemies*, I-II, 1945).

O modelo hempeliano do COVERING LAW, como é conhecido, divide-se em dois sub-modelos, o dedutivo-nomológico (descrito acima), e o probabilístico indutivo (no artigo mencionado, Hempel levanta a possibilidade de que as leis históricas possam ser dadas somente em termos probabilísticos, o que não modifica suas conclusões, portanto, não a tratei aqui). Não foi Hempel quem nomeou os seus modelos, e sim um crítico, William Dray. Este autor publica, em 1957, um livro denominado *LAWS AND EXPLANATION IN HISTORY*, onde expõe uma terceira posição. Se as leis históricas não são apresentadas de forma explícita, como as leis da física, não é nem por serem excessivamente simples, nem tampouco por serem excessivamente complexas, e sim pelo fato das explicações históricas NÃO SE BASEAREM em leis gerais. Explicar uma ação, diz Dray, é mostrar que

tal ação era o que era apropriado ou racional de se fazer na ocasião em consideração, o que ele denomina uma explicação racional.

Estão presentes, desse modo, três posições totalmente distintas, o que não deixa de causar um certo espanto. Iniciemos então a investigação do que são explicações causais, para ver se dissipamos nosso espanto e se podemos avançar na compreensão do presente debate, aparentemente interminável. A análise da noção de causalidade, um conceito que certamente não apresenta significado único, talvez possa, segundo a opção que escolhermos, mudar todo o panorama da questão.

Desde Hume, o problema da causalidade tem-se colocado de forma permanente para a epistemologia. Se realmente a relação entre causa e efeito for uma seqüência, regular no tempo, de instanciações de fenômenos genéricos, coloca-se o problema de validar tal regularidade no futuro. Ela somente poderá ser uma de caráter indutivo e, como se sabe, o problema da indução é outro sem solução até agora. Nesse sentido, sempre na busca de "contornar" tais problemáticas, vemos aparecer várias tentativas de se formular a questão baseando-se em outras noções.

Von Wright, refere-se a duas delas em um outro livro, denominado CAUSALITY AND DETERMINISM (21), publicado em 1974. (Na realidade ele apresenta três, mas eximo-me de descrever a terceira, em detalhes, por tratar-se da utilização de ferramentas probabilísticas ou estocásticas, sem qualquer relevância para a presente discussão.). Quanto às outras

duas, uma refere-se aos condicionais, exatamente a utilizada por von Wright. A outra faz referência à noção de função e foi abordada por Bertrand Russell em um artigo, possivelmente, tão polêmico quanto o de Hempel supracitado. Trato inicialmente o artigo de Russell, criticado por von Wright, para assim introduzir a noção de causa que este considera que deveria ser a adotada.

Intitulado "On the Notion of Cause", e publicado em 1912-1913 no PROCEEDINGS OF THE ARISTOTELIAN SOCIETY (15), tem como objetivo substituir a noção de causa pela de função. Cito Russell: "Todos os filósofos, de todas as escolas, imaginam que causação é um dos axiomas ou postulados fundamentais da ciência, ainda assim, por estranho que pareça, nas ciências mais desenvolvidas tal como a astronomia gravitacional, a palavra "causa" nunca ocorre... A lei da causalidade, acredito,... sobrevive, como a monarquia, apenas porque supostamente ela não causa mal algum... Certamente a razão pela qual a "velha lei da causalidade" continua a aparecer nos livros dos filósofos é simplesmente pelo fato da idéia de função ainda não ser familiar para a maioria deles..."(15:387).

Von Wright menciona algumas críticas ao artigo de Russell por parte de Ernest Nagel e Patrick Suppes, que considera tão radicais quanto as apresentadas por aquele autor, pois acreditam que tal noção é comum e amplamente utilizada pelos cientistas. Ora, diz von Wright, dado que os termos causais são usados com uma multiplicidade de significados, como, por exemplo, o uso da palavra "causa" na linguagem cotidiana e aquele nas

ciências naturais, deve-se especificar o que se quer dizer com "causa". O autor é claro a respeito: sua idéia de causa relaciona-se diretamente com a de ação e enquanto noção científica com a de experimento (21:1).

Podemos explicitar melhor. Comumente fala-se de causas como produzindo ou fazendo ocorrer efeitos, onde se compara a operação de causas com a de agentes. Mas inicialmente parece que aqui há somente uma relação metafórica. Não é assim, acredita von Wright, não podemos compreender a noção de causa sem fazer referência às idéias do fazer e da interferência intencional com o curso da natureza. Para defender tais idéias, ele utiliza a noção de sistema, através da qual aprendemos o que significa a ação (20:49). Será através da idéia de isolar e colocar sistemas em movimento que as noções de ação e de causação se interceptarão.

Supõe-se um conjunto genérico de estados de coisas, logicamente independentes. Por estados de coisas, pode-se entender tanto algo estático, quanto um processo, como, por exemplo, uma certa porta estar aberta, ou estar chovendo. Por genérico, ele entende algo que pode ou não ocorrer numa dada ocasião, ocasião tomada no seu sentido temporal. Quanto à independência lógica, significa que é logicamente possível que tais estados ocorram ou não em qualquer combinação, e cada uma delas será denominada um estado total do mundo. Não interessam as "estruturas internas" desses estados compostos de n elementos, e sim a sua história, ou seja, as passagens de uns estados para os outros. Isto é o que o autor

denomina uma análise causal que difere de uma explicação causal, pois naquela, dado um sistema, tentamos descobrir as relações dentro dele. No caso das explicações causais, dada a ocorrência de um fenômeno genérico, procuramos o sistema que pode correlacioná-lo com um outro fenômeno.

Um sistema é um fragmento de uma história do mundo, como explicitamos. É definido por um conjunto de estados, possuindo um estado inicial, um certo número de outros estados onde se dá o seu desenvolvimento, e um conjunto de suas alternativas. Tal definição não se relaciona com os usos corriqueiros da noção de estado. Mas, a título de exemplo, o autor aponta para a semelhança entre o que conhecemos como o "planejar", quando, por exemplo, pensamos em tomar uma decisão e imaginamos os cursos que os eventos podem tomar, depois de levantarmos todas as questões relevantes a ela.

Imaginemos que existe um dado estado A e que sabemos, baseados na experiência passada, que ele não se transformará em B a não ser que nós realizemos certa coisa. Devemos supor, ainda, que podemos fazer essa coisa. Como nos diz o autor, esta questão pode ser complicada para os filósofos, mas realmente há situações empíricas que se apresentam dessa forma, mesmo que possamos estar errados, ou sermos surpreendidos pela natureza (20:60). Não fosse assim nossa própria noção de ação, segundo von Wright, estaria gravemente comprometida, dado que é uma característica essencial de nossa noção de ação, que ocorram mudanças, quando nós as fazemos ocorrer, ou deixem de ocorrer se nós as evitamos (idem).

Supondo então que aquela mudança de A para B ocorra por nossa interferência, podemos então observar de forma passiva a forma como se desenvolve o sistema.

Pelo ato de colocar o sistema em movimento, repetidas vezes, através da produção de seu estado inicial, e pela observação dele de modo passivo, comparativamente àquelas situações onde, devido a estados iniciais diferentes, os desenvolvimentos são diferentes, se interceptam as noções de causa e de ação.

Desta forma, e de certa maneira, segundo von Wright, nossa noção de causa é secundária a de ação humana, no sentido de que as causas operando na (in) natureza são concebidas sobre o padrão de agentes operando sobre (on) a natureza (21:48).

O autor faz uma digressão interessante em relação à etimologia. De acordo com ele, alguns historiadores das idéias (Jaeger, Kelsen) consideram que os gregos modelaram a idéia de causa na natureza por analogia com idéias do campo da lei criminal e da justiça. "A causa leva ao distúrbio do estado de equilíbrio e é, portanto, responsável por algo diabólico ou errado na natureza". A palavra grega para causa, *aitia* significa culpa, e a latina, *causa* era originalmente um termo legal. A palavra etiologia, por exemplo, tanto no inglês (*aetiology*) quanto no português, é o nome usado na medicina para ciência que investiga as causas das doenças, ou seja, distúrbios do estado natural do corpo (20:65).

Para poder estabelecer uma ligação conceitual mais profunda entre ação e causa, o autor passa a investigar a noção de ação.

Pode-se tentar elucidá-la através da distinção entre FAZER alguma coisa (doing...things) e PRODUZIR alguma coisa (bringing_about_things), e, portanto, entre habilidade de fazer e de produzir. Quando fazemos alguma coisa, produzimos outras. Estas últimas são tomadas como EFEITOS do que fizemos, de nossa ação, enquanto as primeiras são ditas CAUSAS desses efeitos. Von Wright denomina, também, as segundas de resultados das ações, e as primeiras, de suas consequências. Ele exemplifica: quando abrimos a janela (aquilo que fizemos), produzimos uma diminuição da temperatura ou um resfriado em uma pessoa (20:88). Podemos dizer que produzimos a abertura de uma janela, o que indica que fizemos outras coisas anteriormente, tais como apertar um botão, virar um trinco; coisas, por exemplo, que seriam uma resposta adequada à pergunta "como você abriu a janela?".

No caso, ainda, de nos perguntarem "como você virou o trinco?", pode-se responder que foi segurando-o com a mão direita e virando-o no sentido horário. No entanto, se ainda assim formos perguntados "como você virou a mão?", a não ser que tenhamos um conhecimento profundo de anatomia, não saberemos responder a tal questão, somente sabemos virar a mão. O final dessas cadeias que podemos construir a respeito das ações, são as chamadas ações básicas, realizadas sem que se faça qualquer outra coisa.

A conexão entre a ação e seu resultado, acredita o autor, é intrínseca, lógica e não causal, diferentemente das opiniões de outros autores, pois, como diz von Wright, se o resultado não se materializar, não se pode dizer que a ação tenha sido executada. Nesse sentido, não se pode tomar a ação como causa do resultado, pois este é parte essencial da ação.

No seu modo de ver, todas essas concepções estão relacionadas a de sistemas. Portanto, a execução de uma ação significa a transição de um dado estado ao estado inicial do sistema, sendo esta composta no mínimo de duas etapas, relacionadas entre si, e que, através da ação, podem ser levadas de uma à outra.

Deve ficar claro que, mesmo que as noções de causa e ação estejam intimamente ligadas, quando dizemos que causamos efeitos, não estamos dizendo que os agentes são causas, e sim que fazemos coisas que dessa forma, fazem o papel de causas: produzem os efeitos. Elas "operam" como causas (20:69). Mas essa discussão será retomada posteriormente.

Se adotamos a posição de von Wright de que o conceito de causa depende do de ação, devemos investigar a forma como estas são descritas, pois, como pudemos perceber, afinal, a problemática que se pretende analisar nesta dissertação, aquela sobre o tipo de descrição encontrada na teoria freudiana, dado os dois polos históricos que se apresentam, direcionou-nos para os tipos de explicações usados nos diversos ramos do

conhecimento.

Para tanto refiro-me, inicialmente, ao livro de Charles Taylor, THE EXPLANATION OF BEHAVIOUR (16), publicado em 1964.

O intuito desse livro parece ser o de desmistificar concepções errôneas utilizadas, especialmente, pelos behavioristas na sua tentativa de expurgar explicações que utilizem certas noções, como a de propósito, para a explicação do comportamento. Ele visa por conseguinte, elucidar o verdadeiro estatuto dessas explicações que se fazem por meio de propósitos: as explicações teleológicas. Essa obra parece ter dado um grande impulso à discussão que se trava em torno da oposição entre os dois tipos de explicações às quais nos referimos anteriormente: causais e teleológicas. Von Wright, por exemplo, na introdução a seu livro, o cita como fonte de inspiração (20:vii).

Taylor inicia sua investigação apresentando as duas posições a respeito da possível diferença existente, ou não, entre o comportamento animado e os fenômenos da natureza (16:3). Uma delas defende o monismo metodológico, adotado pelo positivismo lógico, como vimos, e na psicologia, por exemplo, pelos behavioristas. Defende o tratamento indistinto de seres animados e de fenômenos da natureza, por considerar que não existe nada diferenciando tais objetos que justifique tratamentos distintos. Os que adotam a segunda posição, a do dualismo metodológico, pensam o contrário. Taylor oferece quatro diferenças que podem justificar

tal dualismo. Seres animados exibem em seus comportamentos, (i) propósitos, (ii) significado, (iii) consciência ou direção; além de aparentemente mostrarem uma (iv) ordem intrínseca, o que os diferencia da natureza que apresenta seus fenômenos como "acidentes cegos" (16:3). Taylor escolhe especificamente uma diferença para dar início a sua investigação: a noção de propósito. Mas, como veremos ao longo da discussão, todas elas terminam por se embricar.

O que significa, então, pergunta-se ele, dizer que o comportamento animado é propositado? De acordo com Taylor, parece querer dizer que há uma ordem intrínseca que se mostra no comportamento como fator de sua própria produção, o que talvez possa ser tomado como uma distinção em relação ao "acidente cego" que se manifesta nos fenômenos da natureza. Em outras palavras, é equivalente a sustentar que, quando se utiliza de tal noção em uma explicação, os eventos ocorrem em benefício do estado de coisas que se segue; ou seja, que se explica o evento em função do resultado que se obtém. Este é o tipo de explicação que se denomina explicação teleológica (16:5).

Fazendo então uma aproximação entre explicações que se fazem por meio de propósito e explicações teleológicas, para suprimi-la posteriormente, Taylor analisa algumas críticas feitas pelos behavioristas (16:7-10). Estes tratam a noção de propósito como uma pseudo-questão, metafísica e, principalmente, empiricamente vazia. Não há como observarmos algo como propósitos, dizem eles. Taylor considera que aqui,

assim como em todas as críticas por eles levantadas, os behavioristas fazem uma interpretação errônea sobre tal tipo de explicação, pois não se referê, como eles poderiam supor, a enunciar os propósitos por meio de uma expressão do tipo $x = f(P)$, onde 'x' é o comportamento e 'P' uma entidade separada que se coloca como causa ou antecedente de x. Se assim fosse, realmente pouco se poderia explicar ou predizer, pois a única evidência para a operação de um propósito é a própria ocorrência do comportamento. A alternativa, pensa Taylor, poderia então ser a de oferecer condições antecedentes de E, uma função da forma $P = f(a)$, o que no entanto transformaria E no que se chama uma variável interveniente, e portanto, sem conteúdo empírico. Combinando as duas expressões obteríamos uma terceira $x = f(a)$, que não faria menção de E, transformando-o assim em algo puramente estipulativo, como diz o autor, determinado pela conveniência do cálculo.

Mas, acredita Taylor, quando se evocam propósitos, não se trata nem de postular uma entidade não observável nem tão pouco de formular um enunciado que não permite comprovação empírica. Trata-se, sim, da utilização de um tipo de lei. Cito Taylor:

"...explicação em termos de propósitos envolve o uso de uma forma teleológica de explicação, de explicação em termos do resultado em benefício do qual os eventos em questão ocorrem. Quando dizemos que o evento

ocorre em benefício de um fim, estamos dizendo que ele ocorre porque ele é o tipo de evento que faz ocorrer este fim. Isto significa que a condição da ocorrência do evento é que ocorra um estado de coisas tal que ele fará ocorrer o fim em questão, ou que este evento é requerido para fazer ocorrer aquele fim. Oferecer uma explicação teleológica de um tipo de evento ou classe de evento, por exemplo, o comportamento de algum ser, é, então, descrevê-lo através de leis em termos das quais a ocorrência do evento é tomada como dependente do evento ser requerido para algum fim."

(16:9).

Ou seja, os propósitos são função de um estado de coisas. Para colocar em palavras mais adequadas, da forma como são utilizadas, trata-se de colocá-los em termos do sistema ou de seu meio ambiente (no caso dos organismos vivos).

Podemos tomar aqui um exemplo apresentado pelo próprio Taylor (16:9). Há duas condições para um predador pegar sua presa: (1) que o animal esteja faminto e (2) que esta seja a ação requerida, ou seja, a ação que está em seu repertório e que levará ao resultado - conseguir sua comida. "A condição do evento B ocorrer é, então, não um certo estado E,

mas que o estado do sistema S e do meio ambiente E seja tal que B seja requerido para a finalidade B, pelo qual o propósito do sistema é definido". E a ocorrência, ou não, de um dado estado de coisas de um sistema, é algo totalmente observável.

Nesse sentido, diz-se que em seres com propósito, um evento ser requerido para um dado fim é condição suficiente de sua ocorrência. É uma propriedade do sistema enquanto um todo que tende naturalmente para uma dada finalidade ou resultado, e que a ocorrência dos eventos não pode ser atribuída a um "acidente cego".

O que deve ter levado a postular tal crença em uma entidade especial, ao se falar de propósitos, pode ser talvez, segundo Taylor, os requisitos colocados pelos positivistas lógicos para a ciência (16:11). O primeiro deles, advindo da noção humeana de causa, o da independência entre antecedente e conseqüente, não é problemático para as explicações causais, pois no caso, por exemplo, das leis serem enunciadas na forma $P = f(x)$, não é uma condição lógica para P ter certo valor x, mesmo que ele fosse a sua única evidência.

Há, no entanto, um segundo requisito ao qual já nos referimos, o do atomismo (p.15) que requer que cada termo deve ser identificado separadamente de todos os outros, ou seja, nossa informação sobre o mundo deve ser dada em unidades discretas, cada termo devendo ser identificado separadamente de todos os outros, e portanto a evidência de cada um deles

deve também ser independente de todas as outras.

Óra, dado que as explicações teleológicas identificam o antecedente do evento a ser descrito B como um estado de coisas no qual B leva a G, certamente elas não podem satisfazer tal requisito. Aqui o antecedente é identificado em termos de conexões em forma de lei com os outros dois eventos B e G, ou seja, como o estado de coisas no qual quando B ocorre, G se seguirá.

Mesmo assim, pode-se encontrar por parte dos empiristas, tais como Nagel, uma tentativa de "tradução" das leis de forma teleológica em outras que não o são (16:13-15).

Isto se dá através de uma caracterização em termos de condições que se dariam independentemente de E. Taylor, no entanto, considera que se fosse dada tal caracterização, poderia ser o caso que E ocorresse, mas não o evento B, e tampouco pode-se ter certeza da possibilidade de uma caracterização finita de E.

O erro dos positivistas é não perceber que quando se faz isso, não se dá uma "tradução" das leis, e sim uma descrição rival, pois diferem em significado e ainda nas evidências requeridas para as substanciações. No caso das explicações teleológicas, o evento requerido para B é condição suficiente de sua ocorrência, no caso da "tradução", trata-se de condições suficientes totalmente distintas daquela.

Se realmente os positivistas quiserem se ater à concepção do atomismo, eles deverão tomar a noção de propósito como uma entidade discreta, e dessa forma, ela carregará toda problemática de não ser observável. Certamente parece compreensível, para Taylor, a característica metafísica a ela atribuída pelos behavioristas.

Ele nota, ainda, a existência de um outro erro interpretativo, cometido pelos positivistas, devido à própria exigência do atomismo. Eles tendem a considerar que as explicações teleológicas apresentam-se como uma inversão entre antecedente e conseqüente (16:16). Eles entenderiam, dessa forma, as explicações teleológicas como explicações causais por correlacionarem dois eventos distintos, mas em ordem inversa de ocorrência. Na forma ordinária, $A - B$, A , o antecedente, vem antes de B , o conseqüente, enquanto que em uma lei teleológica, segundo acreditam, ela apresenta-se na forma $G - B$, e a ocorrência de B é explicada pelo resultado G que surge dele. Isso, de acordo com Taylor, é uma interpretação errônea, pois o antecedente do evento não é o resultado que se segue, mas o estado de coisas que ocorre antes e que deve ocorrer para que o resultado também ocorra. Ainda mais, não é um contra exemplo, o caso do evento que ocorre primeiro, B , não se dar e o segundo sim, o que pode ter ocorrido por acidente ou por alguma causa fora do sistema. Se B ocorresse e G não, por algum tipo de prevenção, ainda seria uma prova da correlação, o que não ocorreria se as explicações teleológicas realmente satisfizessem a forma proposta $G - B$.

Falamos aqui em tendências naturais, o que poderia levantar sérias críticas se elas fossem tomadas dentro de uma certa concepção pré-galiléiana, atualmente rejeitada pelos filósofos da ciência. Deve ficar claro, acredita Taylor, que não se trata de nada semelhante ao famoso "poder dórmitivo do opium", como fala Molière em "O doente imaginário", e sim que, dessa forma, estabelece-se uma assimetria na explicação (16:16). Quando se fornece uma lei teleológica, a ocorrência do evento não requer outras explicações, mas não vale o mesmo para o caso da não ocorrência do esperado. Se assim for, a descrição deve ser dada em termos de outros fatores, de fatores interferentes. Para utilizar um exemplo do próprio Taylor, quando se quer explicar um comportamento anormal, o que geralmente se faz é justificá-lo pela fadiga, doença, álcool ou alguma outra condição especial. Ou seja, quando o comportamento emitido é descrito por uma lei teleológica, não são requeridas maiores explicações se o resultado por ela descrito ocorrer, mas, no caso contrário, a explicação deve ser dada em termos de leis não teleológicas. Esta é a chamada assimetria da explicação teleológica.

Após esta investigação que pretendia apresentar o estatuto das explicações teleológicas como não problemático, e concluir que se trata de uma forma de lei, sem que se postule qualquer entidade não observável ou de estatuto duvidoso, Taylor suprime a aproximação realizada, no início da investigação, onde considerou que as explicações em termos de propósitos eram idênticas às teleológicas (16:26). Neste sentido, ele irá, então, especificar, via linguagem ordinária, que o comportamento pressupõe um

certo tipo específico de explicação, e que há uma diferença entre os dois tipos de explicações, inicialmente tomadas como equivalentes. Adiante, desde já, que ela está ligada às noções de propósito, ação, agente, e especialmente à de intencionalidade. Todas essas noções, vale a pena observar, estão intimamente relacionadas, como poderemos perceber ao longo da exposição.

Taylor inicia pela análise da noção de ação. De acordo com ele, na noção ordinária de ação está a de direção a uma meta ou finalidade, não se tratando somente da forma e de sua ocorrência que visa a obtenção de um resultado. Sempre deve acontecer que o resultado corresponda à meta para a qual a ação foi direcionada. Pode ocorrer que tal característica não seja o caso e simplesmente se trate do preenchimento ou não de um critério, pela emissão de um dado comportamento, tal como ocorre com o dançar, ou, por exemplo, posicionar-se do outro lado da cerca (16:28).

A questão, no entanto, apresenta-se como mais problemática em outras situações em que se pretende descrever ações, ou mesmo quando se pretende discutir se é possível ou não caracterizá-las como tal. A não ser em casos limites tais como, por um lado, por exemplo, o piscar, e, por outro, ações claramente direcionadas, a linha demarcatória entre uma ação direcionada e uma não, é demasiadamente tênue. Há uma escala que vai do piscar ao tremer, do rir ao bocejar, do mexer-se ao rabiscar, do andar, escrever, falar, até o comportamento que é sempre direcionado. Mesmo que muitas dessas categorias sejam classificadas como ação, as últimas são as

que têm interesse para a investigação de Taylor: as ações que ele denomina de ações no sentido forte. Estas, além de apresentarem um dado resultado que deve ser aquele para o qual a ação foi direcionada, supõe que a intenção ou propósito do agente tenha sido a obtenção do resultado alcançado (16:29).

A ocorrência ou não de um desses critérios pode, por um lado, desclassificar a ação com tal, e, por outro, poderão ser a ela atribuídas qualificações. Isto, como veremos, tem extrema importância para a noção de responsabilidade.

Quando, por exemplo, o primeiro critério não é atingido, ou seja, quando o resultado da ação não ocorre, mas o segundo sim, podemos ainda falar de "tentativa de X", ao passo que, se o segundo critério não for relevante, nós desqualificaremos a ação como tal (*idem*). No caso do primeiro ser atingido, falaremos de "realização", ou seja, algum padrão foi atingido, mas ainda depende da relação com esse objetivo, a forma como atribuiremos a ação ao agente. Aqui Taylor refere-se ao exemplo de Sócrates acusado de ter corrompido a juventude. Não se trata de ação no sentido forte como apresentado acima, mesmo que os ensinamentos de Sócrates possam ter modificado a moral da época, mas certamente é-lhe atribuída uma ação, ainda que com qualificações, tais como "por acidente", "por erro", "inadvertidamente", "por engano", etc... (16:30).

Há casos ainda onde havia uma intenção, mas não aquela que

levaria ao resultado que ocorreu, mas assemelhadas a ela em algum aspecto essencial. Utilizarei um exemplo curioso de Taylor, a título de ilustração. Se eu passo um saleiro que contém os planos de uma organização secreta, ao viajar em um trem, posso ser considerado culpado pelos resultados que seguirão se o inimigo se apoderar de tais planos? Depende. Se eu também fosse um agente, conhecesse o costume de se passar informações em saleiros dentro de trens, e não tivesse me assegurado de que naquele não havia nada além de sal, certamente sim, mesmo que eu argumentasse que não o fiz deliberadamente, mas sem o saber. Se eu nada soubesse a respeito de saleiros e de planos, certamente não poderia ser dito que eu realizei a ação de passar os planos, mas sim de passar o saleiro...ou seja, há um aspecto essencial entre as duas ações, que pode fazer com que se atribua, a um inocente, a passagem dos planos, enquanto que, na sua descrição, ele somente estava passando o saleiro (idem).

Há, portanto, ações, ações qualificadas, e relacionadas a elas a noção de responsabilidade, que depende da relação entre intenção e realização.

Pode ocorrer ainda o caso de não ter havido a intenção daquela ação específica, mas, por ser causalmente próxima, ela ser atribuída ao agente, mas com qualificações, quando, por exemplo, ao me levantar de uma cadeira, eu derrubo o abajur. Pode não ter sido essa a intenção de minha ação, mas certamente ser-me-á atribuída enquanto tal, embora com a qualificação de "por acidente".

Enfim, a atribuição de ações pode ser algo nem sempre fácil de ser realizado, mas aqui o que se deseja tomar são aquelas ações no sentido forte, quando a ação pode ser dita direcionada. Nesse sentido, é importante o conhecimento da relação entre intenção e ação, pois pode ser o caso que mesmo que a intenção corresponda àquela ação, esta tenha ocorrido por algum outro motivo qualquer. Assim, não somente se trata de considerar a intenção como aquela que leva a um determinado resultado, mas deve-se ter certeza de que ela realmente teve um papel determinante na obtenção do resultado. Como ilustra Taylor, posso ter decidido, a título de brincadeira, que pularei quando alguma coisa me assustar, e, quando isso acontecer, eu realmente pular involuntariamente. No caso, minha intenção inicial nada teve a ver com a minha ação.

É nesse sentido que o autor investiga, então, porque se fala de comportamento dirigido. Trata-se, diz ele, da validade, ou não, do segundo critério que se refere ao modo como descrevemos o comportamento, e com a distinção entre ação e não ação que depende da intenção ter, ou não, papel relevante para a ação (16:32).

Diz-se assim que a ação ocorreu por causa da intenção correspondente. Mas será que isto quer dizer que a intenção é antecedente causal de tal ação? Certamente não, dado que elas não estão contingentemente ligadas - não se trata de uma lei que diz que a intenção de X é seguida pela realização de X - esta é parte do que se quer dizer com ter a intenção de X, ou seja, na falta de fatores interferentes,

será seguida por X. Caso não se realizasse X não se poderia nem ao menos dizer que se tinha a intenção de X.

O que se quer dizer aqui é que se excluem certas descrições rivais que considerariam que, mudando a intenção, não haveria qualquer efeito no comportamento, ou seja, aquele dado evento comportamental B ocorreria tivesse, ou não, o agente, aquela determinada intenção. Classificar o comportamento como ação, nesse sentido mais forte ainda, significa excluir alguns tipos de descrições que poderiam ser dadas para se privilegiar um outro. Portanto, o que se faz é determinar o tipo de lei pela qual a ação é descrita (16:33).

Taylor oferece um exemplo para contrastar os dois tipos de descrições (16:35). "Ele bate em toda a quinta pessoa que encontra" ou "ele bate em toda a pessoa que o contradiz" pode ser comparada à expressão "ele levanta o braço toda vez que a luz pisca". No primeiro caso, a regularidade de seu comportamento depende da regularidade de sua intenção ou de uma certa política adotada, e que pode ser modificada, talvez, por persuasão. Isto não é possível no segundo caso, pois sua tendência de levantar o braço independe de sua intenção, o que nos leva a não classificar tal comportamento como ação.

Taylor denomina o primeiro tipo de descrição de uma "ação governada por lei" ("law governing action") onde o antecedente é a condição do agente ter uma certa intenção, e esta é a única descrição que

se pode dar das ações enquanto tal. E trata-se de ter intenção pois há sempre um desejo ou porque é objeto de alguma política, de tal modo que a regularidade do comportamento depende da regularidade da intenção ou dos propósitos (16:36).

Quando se fala de ação, além de se caracterizar um tipo de lei, está também implícita a colocação de uma meta, de uma finalidade, de uma conexão que permite que a redescrição do comportamento seja equivalente à especificação de uma meta. Assim quando se deseja responder a questão "porque você trabalha", é igualmente apropriada a resposta que identifica a meta ("para ganhar dinheiro") ou a redescrição da ação ("estou ganhando a vida") (16:39).

Mas falar de metas envolve, como vimos, falar de uma forma de explicação: as teleológicas. E não se trata somente da descrição da ação, pois o discurso ordinário também se utiliza dessa forma de explicação, como é o caso do querer ou do desejar, já que parte do desejo é uma disposição para se produzir o que se deseja. Busca-se, nesse sentido, realizar a ação apropriada, aparecendo novamente a chamada assimetria da explicação, pois o comportamento que se coloca no sentido de se realizar o que se deseja, não requer qualquer outra explicação, mas o caso contrário sim.

As descrições dadas na linguagem cotidiana são, portanto, teleológicas na forma, pois estão estreitamente ligadas à noção de desejo.

noção presente sempre que se trata de dar motivos, ou seja, de atribuir um fim que era desejado quando se realizou a ação. O fim pode, muitas vezes, ser dado em termos de uma certa "energia psíquica" ou seja em termos de sentimentos e emoções, tais como o orgulho, o medo, a vergonha, a culpa, etc..., que tem força explanatória quando ligada a um desejo, como, por exemplo, o medo, que está ligado ao desejo de escapar.

Taylor acredita, por conseguinte, que o uso da noção de ação, refere-se não somente a um tipo de explicação, mas a um tipo de lei que a subsume. Trata-se, segundo ele, de se caracterizar o comportamento como possuindo uma natureza específica, pois a noção de desejo dá uma direção à ação (16:55).

Deve-se, nesse sentido, distingui-la de movimento, e os enunciados que falam de um e de outro são distintos, mesmo se estes últimos forem caracterizados em termos das condições nas quais resultam, já que não é equivalente a se dizer que uma ação tinha a intenção de um dado resultado. Tal distinção implica em uma diferenciação dos sistemas aos quais a ação é creditada, ou seja, são os organismos que produzem ações, que dirigem seu comportamento, e aos quais pode ser atribuída responsabilidade. Há na noção de direção, implicitamente colocada, a de diretor, a de agente que governa o comportamento.

No que diferem então estes dois tipos de sistemas: um ao qual pode ser atribuída responsabilidade e outro ao qual não se pode? Taylor

denomina essa distinção "centros de responsabilidade", determinantes da direção do comportamento. Mas não se trata, acredita ele, de uma questão interna, de um centro com estatuto distinto daquele do corpo exterior. Versa, sim, sobre algo equivalente à consciência no sentido de intencionalidade. A noção de ação, enquanto intenção de, implica em uma descrição intencional (16:58). Ela ocupa-se da descrição da ação para um agente.

O caso do desejo é análogo, pois há um sentido no qual a noção de desejo envolve consciência ou intencionalidade, pela idéia do que é desejado, ou seja, o desejo refere-se ao objeto desejado - neste caso, a meta tem uma descrição intencional - é um objeto intencionado (16:60).

Há aqui, no entanto, o caso não trivial de não se saber o que se deseja. Não trivial pois não se refere àquele em que os termos apropriados para o objeto são desconhecidos, embora este possa ser ostensivamente mostrado, nem tampouco aquele no qual se erra na descrição do desejado. Mesmo que o agente não reconheça a descrição apropriada da ação, ainda assim, ela é intencionada.

Tanto no caso da noção de ação como na de desejo, elas só podem ser atribuídas a seres aos quais possamos também conferir consciência ou responsabilidade.

Portanto, a explicação em termos de propósitos, usada na

linguagem ordinária, tem uma característica que a distingue da explicação teleológica em geral, pois, no primeiro caso, falar de ação quer dizer que só se pode fundamentá-la em termos de intencionalidade.

Ou seja, no caso das ações teleológicas, quando há uma meta G, B ocorrerá na condição de B ser requerido para G. No caso do sistema intencional não basta B ser requerido para G (o que Taylor denomina I), deve ainda ser tomado pelo agente como valendo para o sistema. O agente deve acreditar na sua adequação para ele (16:62).

Para podermos compreender melhor a questão, do que ocorre aqui entre intenção e ação, é interessante tomarmos uma distinção operada por von Wright no terceiro capítulo de seu livro.

Normalmente as explicações teleológicas têm como explanandum um comportamento que seja do tipo ação. Von Wright considera que esta é composta de dois aspectos um "interno" e outro "externo", o primeiro é a intencionalidade da ação, a intenção ou vontade (will) por trás das manifestações. O segundo aspecto, o "externo", subdivide-se em duas partes, uma imediata, a atividade ou mesmo uma tensão muscular (quando se trata de ação preventiva) e a parte remota, algum evento (aqui pode ser também além de uma mudança, algo que não ocorre, tal como uma prevenção) pela qual a ação muscular é responsável (20:86).

Podemos aqui notar a semelhança com a abordagem de Taylor, onde o

aspecto externo pode ser pensado como o resultado da ação.

Interessa, ao autor, as ações que possuem os dois aspectos, mas ele cita outros tipos, tais como os atos mentais, que não possuem o aspecto "externo" e para os quais o termo "comportamento" não se adequa, nem tampouco "ação". Ações reflexas, por sua vez, são aquelas onde não ocorre o aspecto "interno", onde não há intencionalidade. Elas são normalmente tomadas como reações ou respostas a estímulos.

No caso dessas ações, portanto, que possuem os dois aspectos, há a situação na qual, a não ser que se materialize o aspecto "externo", não se considera que a ação foi realizada. A isto o autor denomina "performance", e, ao aspecto "externo", "o resultado da ação", que estão, dessa forma, intrinsecamente (conceitualmente, logicamente) conectados com a ação (20:87).

Os casos, onde as fases do aspecto "externo" não estão intrinsecamente conectadas com a ação como seu resultado, serão denominados pelo autor, antecedentes causais ou efeitos do resultado da ação, dependendo da natureza da relação causal desta fase com o resultado. Os efeitos serão também denominados "conseqüências" (20:86).

Podemos relacionar tais classificações ao exemplo utilizado, por ele, e que apresentamos na página 24: o ato de abrir a janela é uma performance, e o resultado é o evento que consiste na mudança da janela de

fechada para aberta. No caso da janela não abrir, seria errado dizer que o agente realizou a ação, no máximo poder-se-ia dizer que houve uma tentativa de abri-la. Quanto aos citados antecedentes causais, trata-se, por exemplo, de certos movimentos corporais do resultado do ato de abrir a janela, enquanto que o resfriamento do ar do quarto pode ser tomado como uma consequência do mesmo ato.

O que se denomina fases do aspecto "externo", no entanto, podem ser modificadas dependendo da descrição que se dá da ação.

Retornemos ao exemplo da janela. Podemos distinguir três fases do aspecto externo: apertar o botão, abrir a janela e a queda da temperatura ambiente em um dado quarto. Pode-se oferecer aqui três descrições: 1- o agente apertou o botão e, como consequência, a janela abriu-se e o quarto resfriou-se; 2- o agente abriu a janela apertando o botão (antecedente causal) e, como consequência, o quarto resfriou-se ou 3- o agente resfriou o quarto abrindo a janela o que ele fez por, primeiramente, apertar o botão (20:88).

Mas essas três descrições estão unidas na mesma ação por serem determinadas pela mesma intenção: a de abrir a janela. Assim o comportamento é intencional sobre cada uma das três descrições: "ele abriu a janela", "ele apertou o botão" ou ele "resfriou o quarto".

Nesse sentido, para que se possa explicar teleologicamente,

deve-se deixar claro qual é o objeto da intenção, pois o que pretendemos fazer e realmente fazemos, é geralmente feito intencionalmente, mas nem sempre pretendemos fazer tudo o que fazemos intencionalmente. Por exemplo, os movimentos que faço quando escovo os dentes são intencionais, mas a minha intenção não é a de fazer tais movimentos, e sim a de escovar os dentes. Por outro lado, os movimentos, por exemplo, que faço com as mãos quando falo, não parecem estar ligados a qualquer objeto de intenção, a não ser que o agente esteja cômico deles. E são estes casos, onde os movimentos não se relacionam com o objeto intencionado, em que não se pode oferecer explicações causais (20:89).

Von Wright aprofunda o seu estudo ao investigar a relação entre os dois aspectos da ação, mais especificamente, se a intenção pode ser considerada como causa humeana do comportamento, ou seja, se há independência lógica entre causa e efeito.

Toma, como exemplo, o tocar uma campainha, que tem como resultado a campainha tocar. Não se pode tocar a campainha simplesmente por querer tocá-la, devem haver ligações intermediárias entre o querer e o resultado da ação. Como podemos pensar a intenção em um cadeia que vai dela até o resultado?

De acordo com o autor, as concepções a esse respeito não são consensuais entre os filósofos. Há aqueles que defendem o chamado Argumento da Conexão Lógica (Logical Connection Argument). Eles não

consideram a intenção como causa humeana da ação. O autor parece concordar com tal concepção, apesar de considerar que até agora não se ofereceu argumento suficientemente convincente para a sua defesa. Somente foram oferecidos argumentos contra a outra posição. Há, no entanto, algumas sugestões, tais como a idéia de que a intenção ou vontade de fazer algo não pode ser definida sem se fazer referência ao objeto (aspecto externo da ação).

Nesse desacordo entre os filósofos, há duas correntes preponderantes. Por um lado, há os que defendem o nexo entre intenção e ação como conceitual ou lógico: são os intencionalistas. Por outro, há os causalistas, que consideram que a intenção pode ser tomada como causa humeana do comportamento (20:95). Von Wright explicita então claramente sua posição. Ele argumenta a favor de uma "teoria causal da ação", mas não nega que desejos ou querereres possam ter influência causal no comportamento. Já Donald Davidson apresenta-se como causalista. Outros atos mentais, acredita ele, podem fazer o mesmo papel das intenções, tais como desejos, decisões, motivos, razões, vontade, etc... A defesa da independência lógica entre tais atos mentais e as ações pode ser encontrada em vários artigos de Davidson, mas especialmente em um que se denomina "Actions, Reasons and Causes" (9). Detenhamo-nos nesse artigo que, ao seu final, poderá, inclusive, elucidar a posição dos intencionalistas, pois o próprio Davidson levanta e refuta críticas que poderiam ser por estes levantadas às suas concepções. Assim, quando as apresentar, aproveitarei para precisar melhor as concepções de von Wright.

Cito Davidson:

"Uma razão racionaliza uma ação somente se ela nos leva a ver alguma coisa que o agente viu, ou pensou ver, em sua ação - alguma característica, consequência ou aspecto da ação que o agente queria, desejava, valorizava, tinha em alta conta, julgava benéfico, obrigatório ou agradável. Não podemos explicar porque alguém fez o que fez simplesmente dizendo que aquela ação particular o atraía: devemos indicar o que havia na ação que a tornou atrativa".

(9:45).

Uma RACIONALIZAÇÃO é aquele tipo de explicação dada pelo agente quando este explicita a razão para sua ação. No entanto, esta razão não deve ser dada de uma forma qualquer. Ela deve compor-se de duas partes: a explicitação de uma atitude pró (*pro-attitude*), e ainda daquilo que o agente acreditava, sabia, pensava, lembrava, etc..., para que a ação fosse apropriada. As atitudes pró envolvem, por sua vez, desejos, querereres, necessidades, princípios morais, políticos, estéticos, convenções sociais, objetivos pessoais ou valores de algum tipo, conquanto possam ser interpretadas como atitudes do agente direcionadas à ação de algum tipo. Davidson diz que está dada uma RAZÃO PRIMÁRIA. A razão primária

racionalizará a ação se se puder deduzir dela que, aos olhos do agente, tal ação possuía uma característica que a tornava desejável, benéfica, obrigatória, etc... Essa característica de desejabilidade a qual Davidson se refere na citação acima, pode ser claramente notada quando se constrói um silogismo prático (cuja forma geral será explicitada adiante), estudado por Anscombe (nota 1, p.8) , que carrega em si uma característica de desejabilidade.

P1 - (A) queria quebrar a vidraça (i.e., (A) considerava desejável qualquer ação sua que pudesse levar a vidraça a ser quebrada);

P2 - (A) acreditava ou sabia que atirar aquela pedra naquela ocasião levaria a janela a quebrar-se;

C - A ação realizada por (A), atirar a pedra na vidraça, tinha a seus olhos uma característica de desejabilidade.

Muitas vezes, no entanto, ao dar-se a razão para uma ação, não se apresenta explicitamente ambas as condições que a tornam uma razão primária, segundo o critério davidsoniano. Quando uma pessoa diz: "Quero

aquele relógio de ouro que está na vitrine" e entra na loja, ela apenas sugere sua razão primária, que ela quer, por exemplo, comprar ou roubar o relógio (9:47). No entanto, essa razão pode ser explicitada como primária se a ela adicionarem-se outras frases. Ou ainda, como nota Davidson, "se eu estou arrancando mato porque quero um belo jardim, seria tolice suplementar este relato dizendo: e, portanto, eu vejo algo desejável em qualquer ação que torna, ou tem boa chance de tornar o jardim mais bonito" (9:48). Se formos capazes de ver como se pode construir uma razão primária, seremos capazes de entender como uma razão de qualquer tipo consegue racionalizar uma ação. Isto vale para todos os tipos de razão que um agente possa dar, do por quê fez algo em dada ocasião. Cito novamente Davidson:

"Não é necessário classificar e analisar as múltiplas variedades de emoções, sentimentos estados de humor, motivos, paixões e impulsos de desejo cuja menção pode responder à questão : por que você fez isto?, para perceber que sempre que tal menção racionaliza a ação, uma razão primária está envolvida".

(9:48).

Uma emoção, como o medo, racionaliza uma ação porque sabemos que as pessoas querem afastar-se do que lhes causa medo. Se uma pessoa

envenena o seu rival, o ciúme daquela pode ser tomado como uma racionalização de sua ação, pois o ciumento considera que tal ação vai, por exemplo, remover o motivo de sua agonia, algo desejado por um ciumento.

Dependendo da descrição que se dá da ação realizada, a razão poderá ou não racionalizar uma ação. Davidson dá o seguinte exemplo: "eu aciono o interruptor, acendo a luz, e ilumino o quarto e ainda sem ter intenção de, alerto o gatuno de minha presença em casa" (9:46). Qual foi a ação intencional? Eu acionei o interruptor, diz Davidson, porque queria ligar a luz. Esta seria uma das possíveis respostas para a questão: "por que você acionou o interruptor?" Poderia ser outra. Ou seja, dependendo de como se dá a descrição da ação, uma ou outras conseqüências dela poderão ser consideradas como intencionais. Podemos apresentar, com maior precisão, a primeira condição (C1) para uma ação ser primária:

C1. R é uma razão primária pela qual um agente realizou uma ação A sob a descrição D, somente se R consiste em uma atitude pró do agente frente a ações com uma certa propriedade, e uma crença do agente de que A, sob a descrição D tem essa propriedade.

(9:46).

Esse problema das descrições dadas revela o caráter da intencionalidade, envolvido nas racionalizações. Por que pode uma frase como "eu queria ligar a luz" ser dada como razão para "eu liguei a luz"? Se eu realizei a ação de ligar a luz, isso foi feito num determinado momento e de um modo específico, e enquanto o eu "querer" ligar a luz, não requer nada disso. É requerida a existência de um evento para a comprovação da segunda proposição, para a primeira não só não é requerido um evento, como pode ser que não ocorra nenhuma ação, não se faça nada e ainda se queira ligar a luz. Suas referências são distintas e não se requer, como vimos, que eu ligue a luz para mostrar a verdade da afirmação, eu quero ligá-la. Tampouco é requerido necessariamente que eu queira ligá-la para que eu a ligue, pode ser que eu esbarre nela; aqui não será uma ação intencional, mas ainda assim será uma ação. São logicamente independentes, diz o autor, e, portanto, "eu queria ligar a luz" pode ser dada como razão para "eu liguei a luz" (9:47).

Se conhecer a razão primária, pela qual alguém agiu, revela sua intenção, a recíproca não é verdadeira. Ao dizer que "James foi à igreja com a intenção de agradar sua mãe", não se sabe porque ele considera que deve agradar sua mãe (9:48). Pode ser porque ele considere agradável, correto, ou que seja sua obrigação. Mas a intenção dada, desse modo, não revela nada disso, o que faz com que não seja uma razão primária. Com base no conceito bem definido de razão primária, Davidson defenderá a tese de seu uso como causa:

C2. "Uma razão primária para uma ação é sua causa"

(9:52).

Mesmo que algo possa ser considerado uma razão para uma determinada ação, ela pode não ser aquela PELA QUAL a pessoa agiu na ocasião. Mas se dissermos que a pessoa agiu "porque" tinha aquela razão, ela será com auxílio de C2 uma causa para sua ação. Portanto, o conectivo "porque" em uma racionalização adquire força causal. Tal posição levanta muitas críticas. Davidson levanta e rebate algumas teses contrárias a sua, no final de seu artigo. Tomo especialmente uma, a que diz que uma razão não pode ser tomada como causa no sentido humeano.

Davidson considera que há dois modos pelos quais podemos interpretar as afirmações humeanas:

(i) "A causou B" implica alguma lei causal que envolve os próprios predicados que figuram nas descrições "A" e "B".

(ii) "A causou B" implica que existe uma lei causal instanciada por algumas descrições verdadeiras de "A" e "B".

(9:56).

Davidson opta pela segunda. A diferença é que na segunda não se requer uma lei particular que vincule uma afirmação causal singular, que pode ser defendida sem que se defenda qualquer lei. A maioria das afirmações causais são deste tipo em qualquer campo, diz Davidson, e adequam-se especialmente bem às racionalizações.

As outras críticas são as seguintes: não há independência lógica entre causa e efeito (razão e ação), ao que Davidson responde, como já vimos, dizendo que ao se estabelecerem "conexões lógicas" entre DESCRIÇÕES DE EVENTOS, como as tratadas, não estabelecem "conexões lógicas" entre os PRÓPRIOS EVENTOS. Há os que criticam justamente que razões não são eventos, e, portanto, não podem ser tomadas como causa, ao que o autor responde que embora não sejam eventos, muitas vezes podem ser suscitadas por elas: "eu posso começar a querer comer um melão na hora em que vejo um" (9:52). Ainda mais, quando dizem que tais razões não são eventos, e sim, estados ou disposições, é justamente deste modo que se justifica, por exemplo, uma ponte cair por defeito estrutural, e seus possíveis críticos aceitariam tal razão como causal, de forma não problemática.

Von Wright, poderia ser um dos que levantam este tipo de crítica ao modelo explicativo proposto por Davidson. Von Wright, enquanto intencionalista, nega a possibilidade de uma teoria causal da ação, como a apresentada acima, mas não que desejos ou intenções possam ter uma influência causal sobre o comportamento (20:95). Temos, portanto, que investigar o tipo de causalidade considerada aqui.

Podemos nos utilizar de uma cadeia causal, como a apresentada acima, entre a vontade, ou a intenção (atos mentais) e os seus resultados. A vontade -(will) ou a intenção é tomada como primeira causa, o aspecto externo da ação (ver p.42 desta) como o primeiro efeito, e o resultado como último efeito (a cadeia poderia prosseguir considerando-se as conseqüências do mesmo resultado). Em que sentido, pergunta o autor, podemos tomar o ato mental como causa da ação? (20:93). O caminho utilizado, para responder, é o que se refere à comprovação, para descobrir-se assim, ao respondermos a questão, se o agente possui certa intenção, responde-se no mesmo momento a outra: se ele considera que tal comportamento é resultado de sua intenção, se assim for, diz von Wright, ela não pode ser tomada como causa humana da ação (20:94).

O autor utiliza-se do silogismo prático apresentado por Miss Anscombe em seu livro INTENTION, de 1957. A premissa maior menciona algo desejado ou finalidade de uma ação; a menor relaciona a ação à finalidade, apresentando um meio de atingi-la. A conclusão, por sua vez, consiste no uso de tal meio para a obtenção da finalidade desejada. Exemplificando:

P.M. - (A) deseja abrir a janela

P.m. - (A) considera que só pode
abrir a janela se virar o
trinco.

C - (A), portanto, vira o
trinco, abrindo a janela.

Como se pode verificar se (A) se dispõe a realizar algo? Por um lado, pode-se simplesmente observar os movimentos corporais de (A), mas aqui, não se pode provar exatamente que o resultado da ação de (A) ocorreu, pelo fato de a ação exibir aquele duplo aspecto já estudado, e só se pode mostrar, por conseguinte, o aspecto externo, mas não o interno. Se a ação deixa de ocorrer, por mais que (A) a deseje, ou se ela ocorre por acaso, independente do ato de (A) virar o trinco, não se constata a intenção de (A), que pode ainda assim, neste caso, ocorrer. Como constatar, portanto, esse aspecto dual da ação, o de ter uma intenção e o de realizar algo para se obter o resultado desejado?

Há modos indiretos de fazê-lo. Sabemos, por exemplo, que (A) pertence a uma comunidade que possui tais e tais hábitos, ou que seu temperamento é tal que justifica a sua ação. Pode-se perguntar, quando possível, ao próprio (A) tal questão, que, por sua vez, pode mentir. Isto talvez leve aqui a uma espécie de solipsismo, mas pode-se também estar-se equivocado sobre o que realmente deve ser feito para que a intenção que se tem seja realizada. Parece, portanto, que não há meios de se descobrir a intenção de um agente de forma inequívoca, sem que se faça referência a uma constatação interna no sentido de se observar os resultados de ações, ou as condições externas como, por exemplo, na pesquisa de formas de condutas adotadas pela comunidade a qual pertence.

O enfoque de Stephen Toulmin, em seu artigo "Razões e Causas" publicado no livro A EXPLICAÇÃO DAS CIÊNCIAS DA CONDUITA (19), atribui um

papel relevante à questão dos procedimentos aprendidos, quando da sua pertença a uma comunidade, no que se refere a dar razões para as ações.

Cunhando com o nome de Paradoxo de Townes, em honra a um investigador da neurofisiologia, Toulmin coloca a questão de que se realmente é o intuito dos cientistas desta área descobrir que mecanismos puramente causais subjazem a todos os processos do pensamento racional, incluindo-se aí as próprias descobertas de tais mecanismos, e se ao mesmo tempo sentem-se orgulhosos e requerem para si a responsabilidade de tais descobertas, como podem conciliar as duas posições? Se todo os nossos pensamentos e idéias estão sujeitos à causalidade, que lugar sobra para se requerer responsabilidade pessoal sobre as descobertas? Serão as razões que se usam para explicar tradicionalmente o comportamento, um dia deixadas de lado ao se descobrirem tais tipos de causas?

O autor considera que, como fruto da aceitação de certas diretrizes adotadas para a ciência natural desde Galileo e Descartes, os cientistas têm cada vez mais avançado na pesquisa das causas para os fenômenos, mas por outro lado todos os homens continuam pensando, agindo, criticando-se uns aos outros e principalmente justificando-se, o que não se faz por meio de causas físicas ou mecânicas, e sim por razões pelas quais agiram como fizeram. Toulmin considera então que deve-se investigar afinal, do que se trata quando se fala de razões.

Procurando inicialmente aquelas situações da linguagem, onde

parece natural e bem colocado falar-se em "agir por certas razões", para contrastá-las com outras, onde não parece natural que tal dito seja adequado, o autor principia pela questão "do que se trata quando dizemos que se age "por certas razões"?".

Por razões, ele tomará somente alguns casos, tais como aqueles onde se diz quais as razões para tal ação. Em um outro sentido, muitas vezes, a palavra "razão" pode ser trocada por "explicação", como, por exemplo, quando se diz "razão pela qual" nevou ontem, sentido que pode ser também aplicado a alguns tipos de conduta humana. Tomemos outro exemplo apresentado pelo autor, o da menina que ruboriza quando alguém menciona o nome do jovem pelo qual ela nutria uma paixão secreta. Não se trata aqui das razões para a garota ruborizar e sim daquelas pelas quais ela ruboriza.

Mesmo que esse último uso da noção de razão tenha sido considerado alheio à noção de "razão" pelos filósofos, como acredita o autor, não se deve simplesmente deixá-lo de lado, e sim retornar a ele, após uma investigação de usos mais promissores, para depois voltar e pensar o porquê, qual a característica que permite sua exclusão. Toulmin considera três classes de exemplos: dar razões como justificações, como revelação de intenções, e como classificações ou redescrições, como nas ações ritualizadas. Ele nota ainda, que esta classificação nem sempre se coloca de forma tão clara e excludente, e que, por vezes, pode-se dar razões que se enquadram em mais de uma classe.

No primeiro caso, o de dar razões como justificações, aparecem vários modos pelos quais elas são requisitadas, geralmente, na forma de petição de uma resposta. Se é pedido, por exemplo, que se diga as razões pelas quais foram adotadas determinadas atitudes, crenças ou alternativas de ações, normalmente a questão é entendida como um pedido de uma justificativa que, dependendo do caso, pode ter um conotação moral ou legal. Em outros casos, pode ser que se requeira um argumento para que se possa demonstrar que tais crenças, atitudes, ou modo de atuação eram realistas, bem pensados ou efetivos. Podê ser ainda que se trate de dar razões para um procedimento que foi previamente calculado, pensado, pois sabia-se que tais perguntas poderiam ser feitas, e muitas vezes já são colocadas as razões de antemão. Isto não ocorre no caso dos hábitos, onde não se pensa comumente em suas razões, mas é sempre possível dá-las posteriormente. Há casos ainda onde, não podendo antever qualquer possibilidade de ser perguntado a um agente qual sua razão para uma determinada ação, ele seja tomado de espanto. Toulmin cita o exemplo de um turista que se deita em um lugar sagrado, e, ao ser perguntado por suas razões para cometer tal ato, ele simplesmente não possui nenhuma, pois nem ao menos sabia da peculiaridade do local onde se deitou. Ele não pode antecipar qualquer objeção à sua ação.

A segunda classe de exemplo pensada pelo autor, o dar razões como revelação de intenções, parece ser mais próxima de se explicar anomalias, a de se tornar um elemento chocante dentro de uma certa congruência, do que a de se oferecer argumentos e defesas.

Podemos perceber tal nuance se pensarmos que a ação não é auto-explicatória, e que se trata de um meio de se atingir algo além da própria ação, revelando uma meta ou destino, uma intenção. Segundo Toulmin: "porque você assobiou Jingle Bell quando passou o caminhão dos correios?" tem uma conotação se for respondida do modo "para que o carteiro saiba que há cartas para serem enviadas em nossa caixa de correio...é um código privado que usamos" e outra se se disser "Não o fiz por nenhuma razão particular, assobiava porque me sentia contente". No primeiro caso, com o revelar de uma intenção, esclarece-se uma incongruência, e a pergunta "porque você fez isto?" é equivalente à "o que você pretende?".

Quanto ao terceiro tipo, refere-se a intenções e sim a modos de conduta ritualizados: "Porque você levantou os três dedos quando passou o caminhão dos correios?", "é a saudação dos escoteiros e o carteiro é meu chefe de grupo". Neste caso, a pergunta "quais são suas razões para fazer isso" não difere muito de "o que você está fazendo". Aqui os resultados, efeitos e conseqüências das ações fundem-se uns com os outros, e pode-se classificar uma ação em termos de seus efeitos.

Resta verificar os casos onde não se trata mais de dar razões. Para tanto, voltamos aos exemplos que foram descartados logo no início.

No exemplo da menina que ruboriza, onde não seria apropriado perguntar-lhe "suas razões para ruborizar-se", (ao que ela responderia

"não posso evitar"), somente poderemos discutir as razões pelas quais ela ruboriza. Ou no caso de uma pessoa que realiza de forma não adequada seu trabalho, seria uma má compreensão da questão, se perguntássemos "suas razões" para tal fato. Nem tampouco perguntamos as razões de uma pessoa quando ela age por algum sentimento muito forte, que sabidamente leva a comportamentos exagerados. Ou seja, há casos onde podemos perguntar pelas razões de uma pessoa para sua ação e outros nos quais fica mal colocada a pergunta, pois não mais se trata de uma conduta deliberada e passa a ser autônoma, incompetente, incontrolada, distraída.

O autor usa então o piscar para exemplificar esses quatro casos do "dar razões". Normalmente é uma ação autônoma que ocorre sem que deliberemos ou formemos o hábito, ou como instrumento ou ação ritualizada. Por isso pode ser explicada em termos causais, por meio de fisiologia, ou através de funções orgânicas protegidas pelo piscar, ou por meio de argumentos evolutivos que podem, por exemplo, diferenciar uma espécie animal em relação a outra pelo piscar. Não se trata de explicar o piscar normal quando se pode especificar suas razões para tal.

Desta forma, por exemplo, o piscar após uma operação de ouvido pode ajudar a evitar vertigens e daí, se virmos um paciente piscando mais do que o normal, é adequada a pergunta por suas razões: "estou piscando para controlar as vertigens". Assim a conduta deixa de ser explicável em termos puramente causais.

No caso acima, a ação de piscar, comumente tomada como autônoma (e portanto para a qual é inapropriada a pergunta pelas "razões de uma pessoa" para essa determinada ação), passa, portanto, para a classe daquelas em que o dar razões é revelador de intenções. Podemos facilmente imaginar casos em que piscar possa ser pensado como pertencentes às outras classes: a das ações ritualizadas ou calculadas.

Por conseguinte, há uma escala que vai das ações realizadas por alguma razão, até aquelas realizadas sem qualquer razão, ou seja, abrange desde ações calculadas ou planejadas, passando pelas instrumentais ou ritualizadas, até puros atos reflexos, onde cada vez menos oferecem-se razões e mais atribuem-se causas.

Numa segunda etapa, após ter isolado os casos onde se coloca corretamente a pergunta pelas razões, o autor vai examiná-las na prática, pois as expressões linguísticas isoladas pertencem a contextos, e deve-se procurar no que se diferencia a prática do uso linguístico.

Em todos os casos de dar razões, acredita o autor, trata-se de procedimentos que foram aprendidos no curso de nossas vidas. No caso da primeira classe, as ações calculadas, deliberadas ou justificáveis, faz-se no contexto em que foram aprendidas, como, por exemplo, o jogador de xadrez ao executar sua jogada. Aqui podem ser atribuídos méritos ao mesmo tempo que críticas no caso de uso inadequado de tais procedimentos.

O mesmo vale para as ações ritualizadas. Os escoteiros possuem regras que devem ser seguidas, aprendidas através de instruções, e somente os que estiverem conscientes do significado de tais ações podem compreendê-las enquanto tal. Por pertencer, portanto, a um grupo que partilha algumas ações ritualizadas, é que ele deve ter um tipo de comportamento que se acaso não ocorrer, poderá suscitar críticas.

No caso das ações instrumentais, pode-se considerar que o piscar também seja feito como instrumento, como meio de se atingir algo, mas novamente coloca-se, para a distinção, uma linha divisória entre o que é aprendido e o que não o é. No caso do piscar normal, não se trata de algo aprendido, mas, no exemplo das operações de ouvido, sim.

Há, nessas divisões, que se colocam entre o que é aprendido e o que não o é, uma relação com a possibilidade da atribuição de responsabilidade. No caso de todas as condutas às quais não cabe a pergunta pelas razões, a atribuição de responsabilidade também não se coloca.

Neste ponto Toulmin introduz o que considera como primeiro passo na solução da questão colocada a respeito da distinção entre razão e causa. Diz ele: "As ações que realizamos "por razões" podem estar todas sujeitas, de um modo adequadamente preciso, à "causalidade" - mas a uma causalidade que lhes é própria... entram em consideração as "razões" que tinham peso para ele (o agente)." (19:37). E tais considerações "de peso"

podem ter, segundo ele, o mesmo valor que qualquer fator causal, e somente se trata de ações que aprendemos a realizar.

Toulmin posiciona-se então dentro da tradicional discussão travada pelos filósofos: são razões causas? E responde: não é esta a questão que deve ser formulada, não se trata de querer saber se as razões podem ser equiparadas às causas, e sim de se pensar se o justificar ações de uma pessoa em termos de razões é compatível com explicá-las em termos de causas.

Para o autor, se há algo que possa ser assimilado a causas, não são as razões de uma pessoa para uma determinada ação, é o seu reconhecimento de que tais razões são de peso para o agente em determinadas situações: quando o agente considera que sua aceitação pode ser tomada como condição suficiente e necessária para sua ação. Em si mesma, uma razão não tem qualquer eficácia causal, pois ela não é um fato nem um acontecimento, é somente uma consideração: mas é um fato ou acontecimento que uma pessoa reconheça ou se dê conta da força de uma razão. Porém, mesmo que as razões tenham um papel indispensável dentro da rede das causas que determinam nossa conduta, os enunciados de nossas razões para fazermos o que fazemos não são nem equivalentes nem inconsistentes com os enunciados das causas que determinam nossa conduta. Não são equivalentes, pois, no primeiro caso, referem-se a avaliações das ações de acordo com certas normas e critérios, e, no segundo, ao diagnóstico dessas ações, tomadas como fenômenos dentro de um regime

causal. Ou seja, o autor defende que não se trata de colocarmos razões de um lado e causas de outro, pois há um ponto onde elas se entrelaçam.

Mas não se reporta a diferenças entre modos de falar, estes apenas assinalam a diferença entre as condutas aprendidas e aquelas respostas que operam de modo autônomo.

O interesse do debate entre causalistas e intencionalistas está no fato de que retoma a discussão inicial em torno da distinção explicação VERSUS compreensão. Se pudéssemos ater-nos à concepção do monismo metodológico, como os positivistas lógicos, e se fosse possível oferecer causas para todos os fenômenos, incluindo aí as ações humanas, não faria muito sentido adotar o dualismo metodológico, e poderíamos dizer que explicamos sempre. No entanto, acreditamos que a ação seja intencional e que não possa ser explicada separadamente de seus resultados.

Podemos retomar, neste ponto, as obras nas quais Ricoeur defende uma nova articulação entre explicação e compreensão, para iniciarmos o direcionamento desse debate que se trava em torno das ciências para a psicanálise de forma específica. Os primeiros passos serão dados com o seu auxílio, mas nos referiremos ainda a uma outra obra antes de passarmos para a análise das freudianas.

Para fazê-lo, podemos retomar as concepções apresentadas por Ricoeur em suas obras posteriores a *Da Interpretação*. Trataremos

especificamente o conjunto de três ensaios denominado *Du texte à l'action*, encontrado em *ESSAIS D'HERMÉNÉUTIQUE* (12). Seu intuito é, novamente, o de encontrar a articulação entre explicação e compreensão. Para isso, defende que se deva realizar uma mudança tanto da noção de explicação quanto de compreensão, ambas se afastando das concepções apresentadas por Dilthey. Nesse sentido, a primeira não será mais aquela erigida sob o modelo das ciências da natureza, e sim, uma herdada dos modelos linguísticos. A segunda por sua vez, vai no sentido do abandono da busca de intenções, como sempre foi considerada, devido ao fato de ser retirada da concepção psicologizante de Dilthey. Nessa nova noção o que se buscam são referências, isto mediatizado exatamente pelo novo entendimento sobre explicação, e que se relaciona ao conceito de estrutura. Portanto, Ricoeur defende que a interpretação não seja mais um ato sobre o texto, mas sim um ato do texto. Podemos explicitar melhor do que se trata analisando justamente a noção de texto, como apresentada por ele.

Quando tomada em relação a um diálogo, a articulação entre as duas noções pode ser pensada como aquela em que se faz necessário explicar quando não se compreende o que havia sido explicado, para que se possa compreender melhor. Mas, no entanto, a situação em um sonho, por exemplo, um dos objetos de nosso estudo, não é decididamente, a de um diálogo, nem tão pouco a historiografia trabalha com diálogos. Como se dá então, esta articulação entre explicar e compreender no que não é diálogo? Para trabalhar tais situações, Ricoeur utiliza o conceito abrangente que ele denomina de "texto". O autor apresenta sua posição traçando um paralelo

entre as Teorias do Texto, da Ação e da História. Tomemos a teoria do Texto (pois é com o texto do sonho relatado e não com o sonho sonhado, obviamente, que se dá a investigação freudiana). Não se trata, pensa Ricoeur, de uma análise puramente linguística do texto, das palavras que o compõe, e sim de símbolos. Estes são os analisados. Tampouco uma análise puramente estrutural que deixa de lado as intenções de um autor, numa tentativa de objetivação do discurso; uma análise puramente estrutural, como pretenderiam os analíticos, dar-se-ia no sentido da explicação da narrativa, desconsiderando uma intersubjetividade que lhe é própria. É essa que os hermenêutas "românticos" temem perder com a análise estrutural. Na noção de texto, está colocada a de códigos narrativos semelhantes a códigos gramaticais, que fazem das cadeias frases com sentido. Para a compreensão das narrativas, esses códigos se revelam como explicações delas. Neste sentido, o trabalho da compreensão inexiste sem o da explicação, e, no sentido inverso, a mera análise de uma cadeia de frases inexiste sem o trabalho da compreensão que desvenda o mundo por trás da narrativa: o significado da obra, para quem ela se dirige, a intencionalidade de um autor que desvenda a ação humana. Como podemos ler no livro de von Wright supracitado, o momento da compreensão envolve o da explicação, que, por sua vez, desenvolve o da compreensão, que se apresenta, necessariamente, como um trabalho holístico (20:134).

Para introduzir essa idéia e a função dos códigos narrativos, o autor se dedica a trabalhar as diferenças entre o discurso da fala e o da escrita. Quando se passa do primeiro para o segundo, diz ele, o que se

afasta, inicialmente, é possibilidade da troca de questões e respostas, assim como ocorre em um diálogo, a possibilidade da apresentação, e da subjetividade do autor, ou seja, a intencionalidade do autor ao qual nos referimos acima. O que se realiza é a possibilidade de que "o escrito conserva o discurso e o transforma em um arquivo disponível para a memória individual e coletiva." (12:139). Seja como fôr, sempre que se fala de alguma coisa, existe o que ele denomina a função referencial do texto. É ela que se busca agora, estabelecendo um novo conceito de interpretação. Não há mais a procura pela intenção do autor. Quando passa para a forma escrita, cria-se, a partir daí, uma estrutura do texto, onde a frase é a primeira e mais simples unidade de discurso, que passa a ser analisado em termos de suas seqüências de frases. Sua explicação pode ser realizada a partir dos códigos narrativos semelhantes a códigos gramaticais.

Ou seja, o conceito de explicação não é mais aquele erigido das ciências da natureza e transferido a um domínio estranho, aquele dos monumentos escritos. Ele é procedente da mesma esfera da linguagem, pela transferência analógica das pequenas unidades da linguagem (fonemas e lexemas) às grandes unidades superiores da frase, aquelas da narrativa, do folclore, do mito. É através dela que se pode passar de uma interpretação ingênua para uma profunda. Ou seja, se ainda é possível dar um sentido à noção de interpretação, pode-se dizer que é confrontada com um modelo exterior às ciências humanas: ela está em debate com um modelo que pertence desde seu nascimento, se se pode expressar assim, diz ele, ao domínio das ciências humanas, mais especificamente, a uma ciência de ponta

nesse domínio, a linguística.

Por conseguinte, estamos assistindo a retomada de uma posição monista. Para os positivistas, e o positivismo caracteriza-se justamente por uma posição monista, a mesma metodologia deve ser utilizada para diferentes domínios do conhecimento. Por outro lado, os hermenêutas, desde a apresentação da tão citada dicotomia por Dilthey, sempre defenderam uma distinção metodológica entre os diferentes domínios. Em Ricoeur, novamente os domínios são tratados da mesma forma, mas através da introdução desse novo conceito de causa que, como vimos, não é mais o humeano, onde antecedente e conseqüente são logicamente independentes, e podem ser identificados separadamente. O conceito de causa é retirado da ação, como introduzido por von Wright, e discutido longamente por Ricoeur nesse texto. Nele se estabelece uma ligação necessariamente lógica entre causa e ação, como estudamos, tanto para os conceitos de intenção como de ação, embora seja considerada a relação típica do discurso da ação. É em torno disso que Ricoeur se permite aproximar as teorias do texto, da ação e da história, para estabelecer uma articulação definitiva entre explicação e compreensão. Em todos esses domínios, a relação deixa de ser dicotômica; em todos eles, ela se apresenta como articulada internamente.

Esta valor atribuído à utilização da linguagem da ação, pode ser encontrado, no que se refere à psicanálise, em outro autor: Daniel Widlöcher. Analisamos sua obra MEIAPSICDLOGIA_DO_SENIIIDO (22), publicada

em 1986, pelo fato dela apresentar pontos que podem esclarecer o que se ganha ao se utilizar essa linguagem para a leitura das obras freudianas. Por tratar especificamente da teoria freudiana, pode nos auxiliar, ainda, na articulação das idéias apresentadas aqui com as análises que realizaremos das obras freudianas.

O autor considera que seu livro poderia ser intitulado uma METAPSICOLOGIA DA AÇÃO, pois é na linguagem da ação que ele encontra as condições para garantir a existência de uma atividade mental inconsciente, que pode ser desvendada através do conteúdo proposicional do ato psíquico, que caracteriza o pensamento, e que pode somente ser construído a partir do evento que indica sua presença, dado que ele, ao ser comunicado, pode revelar essa atividade. A metapsicologia, de acordo com ele, constitui-se justamente no estudo dos processos que ordenam a aparição e sucessão dos de pensamento. Quando se analisa um sonho, interessa o relato, que surge a partir do momento em que se toma cada parte do sonho, trecho a trecho, independentemente, para a análise; ou seja, o discurso associativo construído na sessão. Interessa a forma como o primeiro relato consegue evocar eventos atuais e privados. "É um modelo psicanalítico pois supõe a emergência de representações involuntárias" (22:35).

Portanto, na medida em que o analista ouve, ele é capaz de realizar a evocação de acontecimentos atuais e privados daquele que fala, e atribuir-lhes um sentido. Somente, a partir daí, os atos mentais podem ser considerados como significativos. Esta é, devemos lembrar, a grande

hipótese que Freud fez para dar sentido a suas investigações.

A distinção entre ato da fala (*acte de parole*) e ato de linguagem (*acte de langage*), como é colocada pelo autor, pode auxiliar na compreensão dessas afirmações. O primeiro é definido pela materialidade do evento, ou seja, pelo conjunto de eventos fonemáticos, sintáticos e semióticos. O segundo, por sua vez, é definido pela intencionalidade da mensagem, ou seja, pelo sentido que ele veícula em função das condições de sua enunciação. O primeiro portanto é objetivo, enquanto o segundo mostra-se ambíguo (22:31). O que se pretende através da comunicação analítica é realizar a descrição do móvel do ato de fala pela intenção do ato de linguagem. Nesse sentido, quando se descreve o evento, não se quer mais reproduzi-lo e sim representá-lo. O ato de linguagem tomado dentro da regra fundamental, e de acordo com a técnica de análise, dá um sentido ao ato de pensamento. A associação desses pensamentos é transformada em ação intencional.

Se vimos que o objeto da metapsicologia é a inserção de atos de pensamentos em suas cadeias significativas, devemos nos perguntar como isso pode ocorrer através da comunicação analítica. Vimos também que sua presença só é indicada a partir dos eventos. Estes são, portanto, o ponto de partida. Cabe à análise dar-lhes sentido. Podemos adiantar desde já a conclusão a que se chega: o que funda a noção de ato psíquico é o fato da linguagem da ação poder ser aplicada a ele.

Podemos recuperar, agora, com o autor, as discussões travadas em torno das obras e artigos, tratados anteriormente, de Taylor, von Wright e Davidson, referentes à descrição das ações. Somente estas podem nos levar ao conhecimento dos atos. Vejamos o porquê.

Podemos partir do conhecido aforismo de Wittgenstein que observa que a diferença entre "eu levanto o braço" e "o braço se levanta" não é uma concernente a naturezas, e sim a descrições que podem ser dadas dos eventos. O ato, como o conhecemos, é dado por sua materialidade, critério que certamente não se aplica aos atos de pensamento, pois seria necessário que tivéssemos um conhecimento de neurofisiologia completo para que pudéssemos descrevê-los como tal (como proposto pelas distinções inicialmente colocadas por Taylor (16) e von Wright (20)). Dessa forma, não podemos nos ater a não ser a critérios de ordem psicológica e não situar o ato, enquanto evento propriamente dito, a não ser em relação a uma situação e pela transformação que ela introduz. Ora, diz Widlöcher, mesmo que os psicólogos tenham, cada um a seu modo, acreditado, até então, que comportamentos são critérios precisos de referência, como, por exemplo, o experimentalista, que veria no ato do sujeito levantar o braço uma resposta a um estímulo, ou o psicopatologista que o consideraria como uma ameaça de um sujeito impulsivo, deve ficar claro que o objeto de descrição é, em todo e qualquer caso, destacado de forma convencional e arbitrária. Ele é, nesse sentido, isolado no espaço e no tempo, e são justamente as ações que escolhemos para descrevê-los que permitem que sejam isolados. Portanto, o que a descrição da ação faz, é tomar a

associação e sucessão dos atos dando-lhes sentido em termos de uma meta dirigida em relação a um objeto. Ou seja, entre "ele levanta o braço", "ele nos reconheceu" ou ainda "ele faz sinal de que vai virar", mesmo que descrevam a mesma ação, há uma distinção muito grande na meta às quais se referem. Essas distinções já foram discutidas à exaustão e levaram justamente à noção de intencionalidade que, para ser mostrada, exigia que se lidasse com questões complicadas às quais retornaremos posteriormente.

Mas o que se quer dizer aqui é outra coisa. Não há como, dentro do quadro analítico, se colocado em termos da comunicação que lhe é própria, abordar os efeitos. Se se coloca a ênfase na questão sobre a descrição das ações (isto não é fortuito, pois a ação não existe a não ser transcrita na linguagem) é porque o sujeito pode dizer "eu levanto o braço" e porque o observador poderá então dizer "ele levanta o braço", o que permite que o ato receba sentido. Não se trata de dizer que a ação é linguagem, mas ela não pode se constituir como objeto de conhecimento a não ser pela linguagem. Wittgenstein faz suas afirmações de von Wright: "Podemos dizer que um comportamento intencional se parece com o uso da linguagem. É um gesto pelo qual significo algo. Do mesmo modo que o uso e a compreensão da linguagem pressupõem uma comunidade linguística, a compreensão da ação pressupõe uma comunidade de instituições, de práticas e de equipamentos tecnológicos os quais foram introduzidos pela aprendizagem e pelo exercício." (22:66). Mas a ação, diz o autor, está para além da linguagem, sendo ordenadora da atividade, ela, em um certo sentido, pode ser tomada como causa do ato. Isto poderá ser melhor

compreendido adiante.

O que interessa à psicanálise, e isto deve ficar claro, não é a materialidade dos atos de pensamento e sim as condições que permitem a atualização do ato, ou seja, o aparecimento de determinada representação em um dado momento (22:40). Como dissemos, o autor acredita que a metapsicologia constitua-se na realização do estudo dos processos que ordenam a aparição e sucessão dos atos de pensamento quando se considera a existência de uma atividade mental inconsciente. Mas, ao se falar de atos, deve-se tomar o cuidado para não se cair em uma metapsicologia do sujeito como fonte e agente do desejo. Podemos pensar, neste sentido, que o que distingue a psicanálise de uma psicologia é uma mudança em termos do sujeito e do verbo do enunciado para a noção de investimento.

Isto pode ser melhor entendido se se fizer, como Widlöcher, a distinção entre a noção de sujeito e a de agente. Não se trata de falar em um sujeito que está para além de suas ações intencionais, e sim de um agente, o que, por convenção, é falar de um lugar onde a ação se realiza, ou seja, de um ato que se realiza através dessa ação (22:72).

Colocada assim, dissipam-se as críticas que envolvem a noção de uma energia circulante e de suas fontes externas ou internas. Não se trata mais de anunciar o investimento enquanto sujeito das representações, e sim de perguntar: porque determinado ato foi investido (no sentido de sua manifestação)? Muda-se aqui o ponto de vista da investigação.

Tais mudanças (a de sujeito para agente, a de investimento para aquilo que investe o ato) terminam por estabelecer uma outra diferença, que permite que se possa, definitivamente, tomar o ato psíquico inconsciente como operante. Será em um sentido forte, diz o autor, que devemos entender a concepção de intenção, retirada da escolástica de Brentano. Dizer que o ato é intencional não significa simplesmente dizer que ele pode ser descrito em termos de uma relação a um objeto, mas que ele possui em si a tensão que leva a sua realização. Não se deve confundir a intencionalidade do agente e do ato assim como, segundo ele, ocorre em Politzer. Voltar à vontade do sujeito, como independente e causa de seus atos, seria tomar a metapsicologia de forma errônea e abandonar o modelo do aparelho psíquico em função de uma psicologia do sujeito. Dizer que um ato é intencional é dizer que ele carrega em si a sua intenção, ou seja o seu sentido e sua força, e não que ele corresponde à vontade de um sujeito ou a uma força que lhe é exterior.

Isso implica que devemos abandonar os dois polos que se colocaram até agora, o fenomenológico e o comportamental. Ou seja, afastar-nos da referência à vontade de um sujeito que, como vimos, fez-se necessária pela impossibilidade de tomar a vontade como determinante da intencionalidade da ação. (Podemos nos referir aqui ao exemplo apresentado por Taylor, no qual a intenção nada teve a ver com a ação, como naquele caso onde a pessoa tinha tomado a decisão de pular quando algo a assustasse, e isso termina por ocorrer involuntariamente quando algo a assusta (p.37).). Quanto ao polo comportamental, ele teve que ser abandonado, juntamente com

Taylor, quando ele realizou a crítica ao behaviorismo por tentar traduzir leis teleológicas em outras que não o são (p.26).

Retomando tais concepções frente à teoria psicanalítica, o autor refere-se ao paciente que, quando relata, é ocupado por uma sucessão de eventos, ele é o lugar onde os atos se atualizam. O jogo passa então a ser caracterizado em termos de investimentos, contra-investimentos, e de atenção, o que não requer que se faça referência a qualquer tipo de energia circulante. A energia não será portanto exterior ao ato, pelo contrário, ela é tomada como uma de suas propriedades. Nesse sentido, ele afirma que por não ser independente do ato, ela não pode ser pensada na sua ausência.

Tomada dessa forma, poder-se-á afastar a problemática questão da imputação de intenções a sujeitos e de responsabilidades, bem como todas as discussões que se travaram em torno da distinção entre intenção e ação.

Widlöcher propõe, a partir desses considerações, uma definição operatória para investimento: a quantidade de investimento corresponde à probabilidade de ocorrência de um dado ato em uma dada situação. Portanto, devemos entender o conceito de intencionalidade como não se referindo aos conteúdos dos atos, mas sim à explicação do porquê o ato se realiza. Ora, é precisamente disto que a psicanálise, afinal, pretende dar conta.

Cito Widlöcher:

"O raciocínio psicanalítico não consiste em se construir a lista das pretensas disposições inconscientes mas em descobrir, no curso dos atos psíquicos, as interferências que revelam a existência de atos psíquicos inconscientes. Os termos atos, processos ou estados indicam que nós apreendemos as produções inconscientes como eventos que produzem essas interferências. É claro que o evento não nasce ex abrupto, ele atualiza um cenário que existe permanentemente como uma disposição latente. Mas essa disposição não faz mais do que definir a existência do cenário e sua capacidade de se atualizar."

(22:43).

Como então explicar que em dada situação o ato possa ser investido, manifestado? Será tomando-o como ação (enquanto efeito de uma sucessão de eventos, comunicado dentro do quadro que se estabelece pela comunicação psicanalítica) que isso será possível.

Como explicar, por exemplo, que o paciente se levante bruscamente no meio da sessão?

Foi tomando da descrição cotidiana da ação, das características de tal discurso, que, com Taylor, chegamos à conclusão de que as explicações teleológicas, podem dar conta da explicação daqueles eventos que ocorrem em benefício de uma meta (p.27 ss.). Widlöcher faz referência a Taylor e afirma: a meta da ação é causa da realização do ato. Como explicar que em um dado momento o poder de um ato disposicional tenha se sobrepujado a outro, sem fazer referência à noção causal, ou à questão da vontade do sujeito, que leva a novas interrogações complicadas, como vimos. Podemos nos lembrar aqui do caso dos sazeiros que continham planos secretos, ou mesmo apelar para a questão mitológica de Édipo, que se casa com a rainha e não sabe que esta é sua mãe. Ao final da discussão, o que se concluiu foi que a questão da imputação de responsabilidades, nem sempre pode ser realizada com facilidade, e que quase sempre deve ser feita com qualificações. Conhecer a intenção do sujeito não se mostrou tão fácil quanto parecia ser de início. Mas, no momento em que abandonamos a noção de sujeito em prol da de agente, estas confusões se dissiparam.

A partir daí, a questão mudou de eixo. Passamos a falar de atos que tem a intenção de, possuindo em si a sua própria força de realização. Nesse sentido, não se fala mais de intenção do sujeito, que não pode ser reconhecida nem objetivamente, pelos efeitos do ato, nem subjetivamente, pela vontade do sujeito, mas sim de intencionalidade da ação. A noção de texto permitia da mesma forma o afastamento da busca da intenção de seu autor, e permitia que se pensasse somente em termos de uma referência do

texto em si.

Portanto, o autor, mostra aqui como as explicações teleológicas adequam-se bem à explicação psicanalítica. Se o paciente se levanta bruscamente do divã, será dito não que a situação o forçou a tal, e sim, que ela tornou possível a passagem ao ato. Dentre o repertório das ações disponíveis, aquela foi a que, esperando o momento adequado, pode se realizar. Há, nesse sentido, uma história do sujeito, um conjunto de ações possíveis em competição, esperando a situação adequada para sua realização. E, segundo Widlöcher, tanto a formação defensiva quanto a atividade de substituição e deslocamento são, em um certo sentido, respostas às situações. O autor considera que foi isso que von Wright quis dizer ao estabelecer que a conexão lógica entre ação e situação exige que se determine, ao mesmo tempo, a intenção da ação e a situação. Ou colocado em outros termos: a situação jamais é um sinal neutro, ela se constitui pela ação.

O conflito que se estabelece entre as diversas ações disponíveis, resulta da competição entre diversas leituras que se faz da situação. "A conexão lógica que se estabelece entre a ação e a situação, e o sucesso que resulta da competição na realização de uma ação explicam o seu poder de investimento. A força da ação resulta da melhor congruência da ação com a situação" (22:68).

A questão que se coloca, a partir daí, pode fortalecer a hipótese

de que se trata, na psicanálise, de uma explicação causal de cunho teleológico. Se há várias ações disponíveis, será possível determinar qual dessas ações, em um dado momento, ocorrerá?

Freud atribui uma força respectiva a cada fator que influi na ocorrência de determinada ação. Mas como conhecer tal força? O autor refere-se aqui a um "demônio" conhecedor que poderia ser um tipo de explicação para aqueles que argumentam em favor de um determinismo causal para a teoria. Mas, diz ele, mesmo esse "demônio" somente poderia conhecer as forças dos fatores antecedentes se já conhecesse o sentido da ação que delas se segue. Como conhecer a força do interdito, por exemplo, a não ser pela repressão que ela faz ocorrer? Ou seja, é apenas através da distorção de sentido que eu reconheço as forças presentes, nunca de forma independente. Não há como se escapar, portanto, do raciocínio circular que a explicação teleológica apresenta. Não se trata, afirma Widlöcher, de antecedentes causais enquanto forças, mas sim da competição entre ações disponíveis, e é escolhida aquela que conferir retroativamente valores distintos às circunstâncias antecedentes.

Podemos reconhecer, assim, a total impossibilidade de uma predição na psicanálise. O poder dos atos psíquicos só pode ser conhecido a partir de suas manifestações, ele só pode ser pós-dito. Trata-se de retrodição. Isto poderá ser devidamente confirmado pela utilização do próprio texto freudiano ao final do capítulo sobre atos falhos.

é por isso que a ação toma forma na linguagem e procura sua própria meta. Ou seja, diz o autor, identificamos um estado intencional pelo conteúdo proposicional e pela condição de satisfação que ele implica (meta). O que a linguagem da ação permite é nos livrarmos do dualismo, que coloca, de um lado o ato, movimento ou efeito suposto do movimento, e do outro, a intenção que a precede, "pois a intenção não existe sem um ato que a exprime, e o ato, descrito em sua intenção torna-se ação" (22:73).

Devemos, por conseguinte, encontrar o melhor lugar para mostrar que isso se adequa à teoria, e mostrar tal coisa implica o distanciamento total das dicotomias às quais nos referimos, pois a tese que se pretende defender afinal, é a de que a psicanálise utiliza a noção de ação em um sentido não humeano. Não se trata de considerá-la, no entanto, como uma teoria dos motivos, ou seja, realizar uma análise exclusiva das razões. Trata-se de mostrar que na teoria freudiana existe um ponto onde explicar e compreender coincidem, em que a causalidade envolvida é de natureza teleológica.

Para fazê-lo, devemos acreditar que a teoria freudiana satisfaz algumas condições que Taylor (16) considera características de uma explicação teleológica:

1. A PSICANÁLISE É UMA TEORIA ANTI-ATOMISTA - se as explicações teleológicas podem satisfazer a necessidade de independência lógica entre

antecedente e conseqüente, elas não satisfazem um requisito mais forte, como requer o positivismo lógico, aquele do atomismo, como discutimos na página 8 da presente dissertação. Um exemplo disso pode ser tomado da noção de desejo apresentada por Freud no capítulo VII de A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1:566).

Se, inicialmente, o aparelho psíquico estrutura-se como aparelho reflexo, de descarga motora a estímulos de grande "quantidade", com o seu desenvolvimento, ele aprende a reter pequenas "quantidades", para satisfazer no momento adequado às exigências da vida. Quando estas se apresentam exigindo uma resposta, deve ocorrer uma "experiência de satisfação" que cesse o estímulo interno. Conforme se repete tal "experiência", estabelece-se uma associação entre uma percepção específica e o traço mnêmico deixado pela excitação produzida pela necessidade. Quando reaparece o impulso, o desejo, a resposta não é qualquer, ela segue "caminhos preferenciais", aprendidos anteriormente por tais tipos de associações. São, portanto, elementos que nunca existem em estado isolado (mesmo a neurose de defesa pode ser vista como um isolamento aparente), são "estados de coisas" que determinam como deve ocorrer a satisfação do desejo.

2. A EXPLICAÇÃO PSICANALÍTICA EXIBE UMA ASSIMETRIA - explicações teleológicas podem ser tomadas como sendo dadas em termos de tendências naturais. Se assim for, quando a tendência esperada deixar de ocorrer, a

explicação teleológica não mais servirá, e teremos que lançar mão de explicações não teleológicas.

Podemos encontrar um exemplo dessa característica, apontada por Taylor, entre as páginas 17 e 22 de seu livro, e no próprio capítulo VII (1:529-30). Freud crê que, nos casos de lesões cerebrais, perdem-se as associações entre representações. Uma pessoa normal, mesmo quando acredita estar associando idéias livremente, não deixa de estabelecer relações lógicas entre elas, ou seja, não há acaso. Todo pensamento é propositado. Apenas, nos casos de pessoas com lesões cerebrais, as conexões são rompidas. Nesse sentido, a fala, por exemplo, não é mais fortuita, não se liga mais à realidade de um desejo, não é mais intencional. Aqui a fala é puro movimento e deve ser explicada por leis não teleológicas. É o caso por exemplo, de certas afasias, onde o sujeito só consegue repetir o que lhe é dito.

3. A NOÇÃO DE INTENÇÃO UTILIZADA POR FREUD NÃO SUPÕE NEM PRECISA SUPOR CONSCIÊNCIA POR PARTE DO SUJEITO - se desconhecemos o verdadeiro sentido de nossas ações, ou ainda, se erramos na sua descrição, ainda assim há propósito, a noção de desejo carrega em si a de objeto intencionado, mais ainda, aponta para a intenção de que ela ocorra. (16:58-9).

EM PSICOTERAPIA DA HISTERIA (8) podemos encontrar essa questão

dos motivos inconscientes como determinantes da ação. Cito Freud:

"Tem-se o direito de colocar, com efeito, para um histérico, e estendido também ao inconsciente, as mesmas exigências de ligação lógica e de motivação suficiente que se imporiam a um indivíduo normal. Um afrouxamento dessas relações não está ao alcance da neurose. Se as ligações entre as representações dos neuróticos, e, em especial, a dos histéricos, dão uma outra impressão, se aqui a relação das intensidades das diferentes representações parece inexplicável a partir apenas das condições psicológicas, já travamos conhecimento sobre a razão dessa aparência e sabemos que devemos ATRIBUI-LA À EXISTÊNCIA DE MOTIVOS OCULTOS INCONSCIENTES" (utilizo-me da tradução realizada por Gabbi Jr. apresentada por ele no texto já citado) (10:09).

(8:293).

4. A PSICANÁLISE ESTABELECE OS PROPÓSITOS BÁSICOS PERSEGUIDOS PELO SER HUMANO - quando no PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA (5) Freud afirma: " Quando o aparelho se torna mais complexo, o sistema de neurônios recebe estímulos do próprio corpo, estímulos endógenos que de igual modo devem ser descarregados: Estes provém de células do corpo e resultam nas

grandes necessidades: fome, respiração, sexualidade" (5:341), podemos entender como uma sugestão para elaborar uma teoria a respeito desses propósitos, como mais tarde se apresentará a teoria da pulsão.

5. A PSICANÁLISE ESTABELECE AS SITUAÇÕES BÁSICAS ONDE DESEJO E AÇÕES SÃO INSEPARÁVEIS - Taylor, após uma exaustiva investigação, parece concluir que não há como se falar de ação sem se falar de intenção, de desejo.

Freud parece tomar essa condição como central em sua investigação. Na sua análise de sonhos infantis, afirma que eles são pouco ou quase nada deformados pela censura - concluindo que no inconsciente não há diferença entre desejar algo e realizar algo, ou seja, entre desejo e ação. No capítulo III de A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS, Freud nos conta que um sobrinho seu, de 22 meses teve um dia dificuldade em entregar o presente de aniversário a seu tio, por mais que fosse induzido a fazê-lo (o que deve ter lhe causado um enorme desapontamento, diz Freud), e que, pela manhã, ao acordar, pronuncia uma frase que se refere ao presente. Freud supõe que esteja relacionada com um sonho que a criança costumava relatar à sua mãe. A criança compensa sua frustração realizando, no sonho, o que não pôde fazer. (1:131).

Devemos, portanto, partir para a análise das obras freudianas com o objetivo de, após sua realização, retomar todas as discussões abordadas

em torno da causalidade, já que, aparentemente, pelo menos do ponto de vista da formação, ela parece se apresentar como teleológica.

SEGUNDO CAPÍTULO

"Compreensão dessa espécie só ocorre a alguém uma vez na vida."

Com tais palavras, Freud conclui o prefácio da terceira edição inglesa de A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS (1), obra por ele publicada pela primeira vez em 1900, onde enfatiza sua importância para toda a sua teoria. Também podemos constatá-la, por exemplo, pela constante recorrência a ele em suas obras posteriores como as que nos interessam aqui: PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA (2) e O EGO E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE (3), e da mesma forma, pela freqüente referência a ela por parte de seus comentadores. A leitura cuidadosa dessa obra pode nos revelar o porquê da atribuição incontestável de tal importância.

Muitas das idéias apresentadas vinham sendo amadurecidas ao longo de anos. Em A INTERPRETAÇÃO DAS NEURASES (4)¹ de 1891, por exemplo, Freud já dava os primeiros passos em direção ao abandono de uma concepção baseada exclusivamente em termos de localização orgânica, fisiológica, para explicar alguns distúrbios mentais, no caso específico, certos

¹Na carta de 6 de dezembro de 1936 (carta 52) da correspondência com Fliess (6:208), Freud já fazia referência às estratificações do aparelho psíquico, e no Projeto esta nova concepção se torna realmente efetiva.

distúrbios da fala. A histeria, o esquecimento, as recordações encobridoras, tratadas num período de aproximadamente 7 anos, trazem o germe do que será o capítulo, considerado por muitos como "filosófico". Nele, podemos pensar, encontra-se a base da psicanálise: o famoso capítulo VII de A INIEREREIACÃO.... Tal capítulo será considerado, juntamente com IRÊS ENSAIOS SOBRE A TEORIA DA SEXUALIDADE de 1905, o fundamento teórico da psicanálise, até o aparecimento, em torno de 1920, da chamada segunda tópica, ego/id/superego, em substituição à primeira presente em A INIEREREIACÃO..., consciente/pré-consciente/inconsciente.

No capítulo V, Freud inicia a sistematização das concepções sobre os sonhos, para no capítulo VII, confrontá-las com a teoria do aparelho psíquico ali apresentada. Nunca, anteriormente, havia Freud exposto suas idéias com o mesmo grau de organização. Elas serão as vigas mestras de sua teoria por muito tempo. Talvez o PROJETO PARA UMA PSICOLOGIA CIENTÍFICA (5) escrito em 1895, e nunca publicado por Freud, possa ser considerado como a sua primeira tentativa sistemática, mas terminou, como se sabe, em uma tentativa frustrada de oferecer uma psicologia científico-naturalista. Questiono, portanto, a validade de tomá-lo para fundamentar o importante capítulo VII. No entanto, faremos referência ao PROJETO..., quando ele puder nos auxiliar na compreensão de idéias colocadas no capítulo VII, mas somente a título de ilustração.

Pretendemos realizar uma leitura do capítulo VII de A INIEREREIACÃO DOS SONHOS que vise captar o movimento de seus conceitos.

Esperamos que tal leitura mostre a necessidade de Freud ter, ao mesmo tempo, compreendido e explicado os sonhos.

O trabalho de fundamentação apresenta vários problemas, muitas vezes reconhecidos por seu próprio autor. É o caso, por exemplo, das psiconeuroses, já que Freud pretendia poder recorrer aos sonhos como referência para a abordagem das neuroses, e não o contrário como termina por ocorrer. Da mesma forma, a própria construção do aparelho psíquico parece não ter precedentes. Em nenhum momento, Freud faz referência a qualquer tentativa de construção de tal aparelho, na literatura que examina. Aparentemente, a construção é fruto de teorizações sobre suas próprias investigações empíricas. Muitos outros resultados, como veremos, parecem ter surgido da mesma forma. E se muitos dos resultados apresentados parecem advir de uma certa fatalidade, outros apresentam-se como construções teóricas que, por vezes, o próprio Freud caracteriza como especulativas.

No entanto, muitas das idéias encontradas, no capítulo VII, são fruto de um extenso trabalho de pesquisa das fontes sobre o tema, existentes na época; trabalho que o autor confessa a seu amigo Fliess, na carta de 9 de fevereiro de 1898, não lhe ter agradado muito: "Se ao menos não fosse necessário ler tanto! Já estou farto da escassa literatura que existe." (6:299). Mas é através dessa entediante literatura que Freud retira algumas concepções com as quais concorda, e outras que utiliza de forma metodológica para rebater possíveis críticas que certamente

surgiriam por parte de seus pares. . . Todavia, é realmente através da interpretação de sonhos, propriamente dita, que Freud, passo a passo, apresenta tanto o próprio método interpretativo quanto suas concepções sobre o chamado trabalho do sonho, ou seja, aquilo que faz com que o sonho seja o que é, da forma como o conhecemos e como dele nos recordamos.

Podemos pensar, no entanto, que a realização do capítulo VII somente foi possível devido ao próprio embricamento da tentativa de compreensão dos sonhos e de sua explicação em termos de uma dinâmica de forças que os possibilita, embricamento este que se constitui no próprio conceito de interpretação, conceito que, afinal, pretendemos examinar.

Para cumprir esse objetivo e verificarmos se isto realmente se dá, se a relação entre força e sentido nas obras freudianas investigadas constitui-se ou não em uma dicotomia - estudaremos, a título hipotético, os conceitos de deslocamento e condensação tal como apresentados por Freud, dado que, talvez, eles se revelem como bons guias para nossa tarefa. Nossa crença decorre do fato do autor considerá-los como "os dois fatores governantes a cujas atividades podemos, em essência, atribuir a forma assumida pelos sonhos." (1:308). Esses dois trabalhos dos sonhos são descritos durante as inúmeras interpretações realizadas, mas, no capítulo VI, ambos recebem um tratamento mais aprofundado. No entanto, a confrontação com o aparelho psíquico somente é realizada no capítulo VII.

Percorreremos, com Freud, um longo caminho investigatório até

chegarmos ao sétimo, no qual centraremos nossas análises, resumindo cada um dos seis capítulos que o antecedem; pois, muitas vezes, teremos que recorrer a eles para que possamos compreender melhor as concepções metapsicológicas que envolvem os dois trabalhos. Estes serão então tratados de forma demorada e cuidadosa. Tal leitura talvez pareça excessivamente detalhista. Mas não podemos evitar que assim seja por dois motivos. Primeiro, por considerarmos que tal capítulo constitui-se em um desenvolvimento de idéias, em uma unidade que, esperamos, nos possibilite estabelecer o embricamento dos aspectos semântico e da força, que acreditamos estarem presentes nos conceitos de deslocamento e condensação. Segundo, dado que, como veremos posteriormente, a análise das outras obras, aqui realizadas, levará em conta, essencialmente, a metapsicologia exposta no capítulo VII.

Gostaria antes de apresentar algo que, a meu ver, é problemático: as inserções posteriores a 1900, que muitas vezes parecem confundir um pouco o panorama. Podemos tomar como exemplo o conceito de Ego utilizado tanto no texto original, de 1900, como nos referentes às edições posteriores. Tal conceito já havia sido mencionado no *PROJEID...* de 1895 (5:368), e o vemos novamente nos textos referentes à segunda tópica. Como não é realizada uma abordagem, propriamente teórica, de tal conceito na versão original de *A...INIEREREIACÃO...*, e dado que sofreu inúmeras modificações desde 1895 até a segunda tópica inclusive, devemos estar atentos e nos perguntarmos a qual conceito, afinal, Freud se refere aqui. Como já tivemos oportunidade de observar anteriormente, não consideramos

que o PROJETO... deva ser utilizado para a análise do capítulo VII, e ainda mais, tampouco deve-se tomar para estudo de um dado texto, outros que sejam escritos posteriormente a ele, pois há um desenvolvimento da obra como um todo, que se refere ao contexto da descoberta, e que, penso, deva ser respeitado. Desconsidero, assim, todas as inserções posteriores a 1900. Muitas delas, deve ser notado, são somente exemplos de sonhos, exemplos que talvez Freud considerasse poderiam ampliar a compreensão do texto, não acarretando novos problemas, mas há trechos realmente delicados.

Tecidas tais considerações, passo à exposição dos primeiros seis capítulos da obra.

No primeiro, Freud realiza a análise da literatura da época sobre os sonhos, expondo as concepções de vários autores sobre o tema, tais como a relação dos sonhos com a vigília, o material e as fontes dos sonhos (estímulos sensoriais externos e internos, fontes psíquicas de estímulos), o esquecimento dos sonhos, as características psicológicas específicas dos sonhos, o seu sentido moral, as teorias sobre suas funções e sua relação com os distúrbios mentais. No capítulo V e posteriormente no sétimo, Freud retomará essas concepções para compará-las com as conclusões derivadas de sua teoria. No entanto, devemos notar que esta escolha de temas a partir da literatura não foi, certamente, realizada de forma aleatória, característica que pode ser notada em outras obras freudianas tais como, por exemplo, IOIEM_E_IABU e ainda em O_CHISIE_E_SUA_RELACÃO_COM_O

INCONSCIENTE, objeto de estudo do terceiro capítulo desta dissertação. Trata-se exatamente de entender que os pontos, expostos por Freud, são justamente os que se colocam para a sua investigação e sobre os quais ele constrói sua teoria, ou ainda aquelas concepções que pretende questionar.

No segundo capítulo encontramos aquele que parece ser o mais famoso de todos os sonhos descritos por Freud: o polêmico sonho da injeção de Irma (1:106-20), utilizado para elucidar o método de interpretação. O sonho, sonhado pelo próprio Freud, uma constante ao longo do livro, tem prestado bons serviços a seus biógrafos, pois contém muito material sobre sua vida. O objetivo inicial do autor é o de mostrar que os sonhos têm um significado, que há um sentido escondido do sonho que pode ser revelado pela interpretação, e não algo sem sentido, como apontam algumas teorias que desconsideram o sonho como ato psíquico. Quanto ao próprio conceito de interpretação, Freud assinala dois. Um que pretende interpretar o sonho como um todo, buscando trocá-lo por um outro conteúdo global, tal como, exemplifica Freud, a interpretação do sonho do Faraó exposto por José na Bíblia. Esta é a chamada interpretação SIMBÓLICA (1:97). O segundo método, o DECODIFICATIVO, tem como objetivo encontrar o significado de cada elemento do sonho através de uma chave fixa (idem). O método freudiano aproxima-se mais do segundo, mas não através de uma chave fixa, e sim pela análise de conteúdo, realizada em detalhe. Cada elemento, segundo Freud, faz parte de uma corrente de pensamento, idéia que retira da concepção de Breuer a respeito das fobias e obsessões e cuja cura se dá pela revelação através da fala (1:100). O objetivo é colocar o

sonho na cadeia psíquica à qual pertence. (Devemos nos lembrar aqui, desde já, das discussões presentes no final do nosso capítulo introdutório, referentes à comunicação analítica.) Cada elemento revela representações involuntárias que, pelo sonho, são transformadas em voluntárias (1:102). Surge, então, o primeiro indício de uma distinção que será central: a diferença entre conteúdo manifesto e latente, mas que só será explicitada no quarto capítulo do livro.

No capítulo III, encontramos uma afirmação que pode ser considerada como um dos elementos básicos de toda a sua teoria, aplicando-se não somente aos sonhos mas também a toda a patologia, à histeria, às neuroses, etc...: a realização de desejo como o grande móvel da manifestação psíquica do sonho. Seja em sonhos que mostrem claramente o desejo, seja naqueles que se apresentam de forma confusa e obscura, ou mesmo em sintomas, trata-se sempre de realização de desejo (1:122). Os sonhos infantis são freqüentemente claros a esse respeito. Freud dá vários exemplos de tais sonhos infantis, pois, muitas vezes, tornam ainda mais clara sua tese, eles são puras continuações de cenas diurnas (1:127-31). Mas por que os sonhos dos adultos não são assim, porque neles o desejo não se mostra de forma clara?

No quarto capítulo, Freud desenvolve a distinção, referida há pouco, entre conteúdo manifesto e conteúdo latente (1:135). Ele acredita que é exatamente por não terem realizado tal distinção que os outros autores, dedicados ao estudo dos sonhos, não lograram analisar alguns

deles corretamente, tais como, por exemplo, os sonhos de angústia, mesmo que acreditassem que se tratava de realizações de desejos. Isso, para eles, parecia contraditório, e portanto os obrigava a abandonar algumas concepções que poderiam levar a conclusões corretas. Não há nada de contraditório num sonho que cause desprazer, acredita Freud, pois trata-se sempre de duas forças (correntes ou sistemas), uma que constrói o desejo, a outra que executa sobre ele uma censura distorcendo-o devido à existência de algo desagradável para a segunda "agência", que a faz agir sobre a primeira. Pode inclusive ser outro desejo que se contrapõe ao primeiro e, assim, não o reconheceremos (1:143-5). Podemos, portanto, constatar vários indícios do que será organizado e sistematizado no capítulo VII, quando se realiza a confrontação dessas concepções com o aparelho psíquico aí exposto. Trata-se de um trabalho de construção, realizado passo a passo, e que se baseia em muitas e muitas interpretações de sonhos. No glossário de sonhos, publicado no final do livro, são compilados mais de 230, sendo 50 sonhados pelo próprio Freud.

Feita a distinção entre os chamados conteúdos manifesto e latente, Freud analisa outros sonhos no quinto capítulo; só que desta vez levando em consideração a distinção postulada, para procurar o que se mascara por trás do que se é capaz de lembrar do sonho quando se acorda. São sugeridos vários processos como deslocamento, condensação, simbolização que recebem a denominação de "trabalho do sonho". Mas o verdadeiro propósito do capítulo é adiantar, desde já, que mesmo as fontes

de estímulos tomadas por outros autores como o material criador do sonho (como estímulos externos ou endógenos) não devem ser totalmente descartadas, consideradas como irrelevantes, pois são também responsáveis pelo conteúdo do sonho, só que de forma bem diferente do que se acreditou. Elas podem estar ligadas a outras representações, o que as possibilitará serem manifestadas, e aqui, Freud é explícito: elas estão ligadas a desejos da infância (1:219)...

No último capítulo, antes do importante capítulo VII, Freud procura elucidar a relação entre conteúdo manifesto e latente. Para tanto, parte da análise do conceito de condensação, objeto de toda uma secção. Devemos, pelos motivos anteriormente explicitados, dedicar-lhe uma atenção especial. A motivação inicial da investigação, dá-se pela comparação do conteúdo descoberto pela análise do sonho com que é relatado, pois como se pode perceber ao longo do livro, o relato do sonho mostra-se curto e lacônico, enquanto a análise é normalmente muito mais longa. Freud questiona-se se o fenômeno não poderia estar relacionado à memória, dado que, ao acordarmos, somos capazes de nos lembrarmos bem mais dos sonhos do que com o passar do dia. Certamente isso se dá, mas não está em contradição com a existência de uma grande quantidade de compressão, pois, como se pode observar pelos sonhos analisados, a cada pedaço individual do sonho, retido pela memória, relaciona-se um grande número de representações (1:279-80). A primeira referência a tal conceito é, no entanto, encontrada na primeira secção do quinto capítulo do livro, intitulada "O material e as fontes dos sonhos", na qual Freud diz haver

uma necessidade por parte do sonho de combinar, em uma unidade, uma ou mais experiências adequadas para provocarem um sonho (1:179).

No sexto capítulo, Freud pergunta-se como ocorre a condensação. Responde que, dado que uma pequena quantidade de pensamentos do sonho ser representada, pode-se concluir que há omissão, ou seja, o relato do sonho não é uma projeção ponto a ponto dos pensamentos do sonho, mas uma versão incompleta e fragmentada. Dessa forma, a condensação favorece e possibilita a representação das relações de similaridade, consonância e da posse de atributos comuns, que podem ser realizadas ou por "identificação", quando se trata de pessoas, ou por "composição", quando o material de unificação são coisas. No primeiro caso, ocorre normalmente a representação de uma pessoa no conteúdo manifesto, sempre que se trata de uma situação ou relação que se aplica ou a ela ou às outras que ela representa. Tais processos, diz Freud, assemelham-se à formação de imagens compostas que se dão durante o período da vigília quando, por exemplo, imaginamos um centauro ou um dragão, com a diferença de que aqui, o que determina a produção da figura imaginária é a impressão que a figura composta pretende obter, enquanto que, no sonho, a estrutura será determinada por um elemento estranho à sua forma real, ou seja, ao elemento comum aos pensamentos do sonho. Freud exemplifica da seguinte maneira: "A tem sentimentos hostis por mim e B também. Eu faço uma figura composta de A e B no sonho, ou imagino A realizando um ato de algum outro tipo que é característico de B..." É fácil perceber, também, quão bem este método de representação por meio de identificação pode servir

para evadir a censura devida à resistência, que impõe tão severas condições sobre o trabalho do sonho. Aquilo ao qual a censura faz objeção pode estar precisamente em certas representações que, no material dos pensamentos do sonho, estão relacionadas a uma pessoa particular; dessa forma eu encontro uma segunda pessoa que também está conectada com o material objetável, mas somente parte dele.... Essa figura, à qual se chega por identificação ou por composição, é então admissível ao conteúdo do sonho, sem censura, e portanto, por fazer uso da condensação do sonho, eu satisfiz os requisitos da censura do sonho". O elemento comum aos pensamentos do sonho foi a atitude hostil em relação a ele (1:320-4). As mesmas relações podem ser pensadas para o caso de "composição", ou seja, quando se trata de coisas, mas mesmo no caso, por exemplo, de atribuição de gestos ou palavras de outras pessoas a uma outra, ou ainda dependendo da situação em que esta é colocada, a diferenciação entre "identificação" e "composição" não se mostra muito clara. Freud questiona-se então sobre as condições para a seleção de tais elementos. Cito Freud: "...devemos supor que ele (um dado elemento) foi o melhor adaptado para essa conexão." (1:176).

Ainda no sexto capítulo, Freud trata do chamado deslocamento. Mais uma vez, devemos nos deter por um tempo nas considerações aqui traçadas, devido à importância de tal conceito para nossa investigação. Assim como Freud dedicou uma secção ao trabalho de condensação, reserva uma também para o deslocamento: a segunda parte desse capítulo. A motivação para tal investigação é o fato do sonho estar centrado de forma

diferente daquela dos pensamentos do sonho, pois como se pode notar pelas análises realizadas, os elementos centrais no conteúdo manifesto não o são no latente.

Mas a primeira menção a tal conceito é encontrada no quinto capítulo. Nele, Freud refere-se inicialmente ao deslocamento de afeto (novamente tratado nas páginas 460 a 462), o qual segundo ele, não nos é surpreendente, pois não são levantadas objeções quando se vê, por exemplo, um soldado defendendo um pedaço de pano -uma bandeira- com o próprio sangue, ou ainda, citando mais uma vez Sheakespeare, um de seus favoritos, quando em Otelo, um lenço provoca um ataque de furor (1:177). No caso em questão, no entanto, trata-se de deslocamento de ênfase psíquica, - onde "...representações que tinham somente uma fraca carga de investimento, tomam a carga de representações que estavam originalmente intensamente investidas e finalmente obtém força suficiente para as permitir forçar uma entrada na consciência." (os grifos são do próprio Freud) (1:177). Isto se dá para garantir o acesso à consciência, ou seja, para que ocorra uma descarga. Mas devemos esperar até a apresentação do capítulo VII, para podermos compreender melhor esta afirmação.

Freud considera o deslocamento como o responsável pela relação entre o material recente e o material indiferente que vemos participar do sonho quando a análise é realizada, está devendo revelar a verdadeira fonte, psiquicamente significativa da vida da vigília, dado que a ênfase foi deslocada para um elemento indiferente. Como condição sempre

realizada, Freud coloca um componente do conteúdo do sonho como sendo sempre uma repetição de uma impressão recente do dia anterior. No mais, as fontes dos sonhos podem ser (1:180):

a- uma experiência recente e psiquicamente importante representada diretamente no sonho;

b- várias experiências recentes e expressivas combinadas em uma unidade simples pelo sonho;

c- uma ou mais experiências recentes e significativas representadas no conteúdo do sonho, por menção de uma experiência contemporânea mas indiferente;

d- uma experiência interna relevante (como por exemplo, uma memória ou uma cadeia de pensamentos) é invariavelmente representada no sonho através de uma impressão recente mas indiferente.

O fato de experiências muito antigas poderem pertencer ao sonho é explicado pela ocorrência de deslocamento de valor psíquico, presente no período ao qual a experiência se refere, pois Freud acredita, com base nas descobertas retiradas das análises de seus pacientes neuróticos, que "Nada que realmente permaneceu indiferente pode ser reproduzido em um sonho." (1:182).

O deslocamento foi reconhecido como sendo decorrente de uma força psíquica, cuja consequência é fazer com que o conteúdo do sonho não se pareça mais com os pensamentos do sonho, levando a uma distorção do desejo inconsciente. O deslocamento é tido como um dos métodos principais utilizados para distorção, e pode ser considerado como advindo da influência da censura. (Peter Gay afirma em seu livro FREUD-UMA VIDA PARA NOSSO TEMPO² que "enquanto a condensação não precisa envolver censura, o deslocamento é o trabalho por excelência desta.") Há certamente casos em que a condensação ocorre com vistas a burlar a censura, como vimos, quando da formação de figuras compostas; mas, ao final do capítulo VI, Freud apresenta um resumo das descobertas até então realizadas, para poder partir para o importante capítulo VII, que talvez corrobore essa afirmação de Gay. Freud não deixa de ser categórico:

"Esse produto, o sonho, tem acima de tudo que evadir a censura, e, com este fim em vista, o trabalho do sonho faz uso de um deslocamento de intensidades psíquicas até o ponto de uma transvaluação de todos os valores psíquicos. Os pensamentos têm que ser repro-

²GAY, Peter: Freud - Um vida para nosso tempo - p.119)

duzidos exclusiva ou predominantemente no material de traços de recordação visuais ou acústicos, e esta necessidade impõe, sobre o trabalho do sonho, considerações de representabilidade, obtidas pela realização de novos deslocamentos. Maiores intensidades têm provavelmente que ser produzidas a partir das que estão disponíveis nos pensamentos do sonho à noite, e este propósito é servido pela extensiva condensação realizada com os constituintes dos pensamentos do sonho."

(1:507).

Ainda no sexto capítulo, Freud atenta para a forma não condicional que se apresenta o sonho, pois nele não se coloca um "como se", assim como ocorre nos processos de pensamento da vigília, e ainda, para o fato de serem possíveis contradições. Há várias formas assumidas pelas representações encontradas nos sonhos. Podem ser visuais, alucinatórias, ou verbais, sem imagens, tais como jogos de palavras, ou podem ainda ser pensamentos puros (1:310-487). Mas, ao final, mesmo com todos esses elementos distorcivos, ainda há uma preocupação - que se aproxima da própria característica racional da vigília - a elaboração secundária, que procura dar um acabamento ao sonho. Não é criativa, mas pode, por exemplo, modelar o sonho de forma que se assemelhe a um sonho diurno que poderia ter ocorrido. Certamente não torna o sonho menos

confuso, mas busca torná-lo mais claro e vivo. Não se trata ainda, diz Freud, de um trabalho posterior com relação aos outros três, o de condensação, o de deslocamento e o da representabilidade, que devem ocorrer simultaneamente (1:488-93).

Chegamos, finalmente, ao capítulo VII, ao que realmente nos interessa, não somente por, como já afirmamos, sistematizar e organizar as idéias apresentadas ao longo de todo o livro, através da introdução dos chamados sistemas psíquicos, ou mais precisamente da primeira tópica, dando conta de explicar, através das relações de forças que se apresentam, os processos de produção do sonho, e as questões referentes a suas interpretações, como também pela importância que o estudo do sonho tem para a compreensão de todos os processos psíquicos. Devemos ter em mente que, se de início as investigações freudianas baseavam-se nos estudos de casos patológicos, como foi o seu "ESTUDOS SOBRE A HISTERIA" (8), publicado juntamente com Joseph Breuer em 1885, casos patológicos por introduzirem distúrbios no equilíbrio do aparelho psíquico e acarretarem uma perda de sua eficiência, o verdadeiro intuito de Freud era o de apresentar uma teoria geral do funcionamento da mente, que fosse capaz de explicar todas as produções psíquicas, patológicas ou não. Essa teoria teria um único quesito, o de possuir coerência interna. "A interpretação dos sonhos é a via régia de acesso ao conhecimento do inconsciente na vida mental" diz Freud ao final da quinta secção do capítulo VII (1:608). Num caminho em zig-zag entre as descobertas realizadas através do tratamento de seus pacientes e o seu trabalho teórico, distinção que não é muito

clara ou mesmo esclarecida em definitivo, Freud escreveu sua teoria sobre os sonhos. Afirmo isto dada a quantidade enorme de vezes em que Freud menciona seus pacientes histéricos e suas descobertas nos campos da histeria e das neuroses. Na mesma quinta secção, referida há pouco, Freud explicita o problema apresentado pela necessidade de adotar uma certa ordem de exposição que não pode ser da de descoberta:

"Embora minha própria linha de abordagem ao tema dos sonhos seja determinada por meu trabalho anterior sobre a psicologia das neuroses, não tive a intenção de fazer uso da última como base de referência na presente obra. Não obstante sou constantemente impulsionado a fazê-lo, em vez de progredir, como teria desejado, na direção contrária, e utilizar os sonhos como um meio de abordagem da psicologia das neuroses."

(7:626).

O que, no entanto, possibilita tanto a retirada do material da neurose para a construção da teoria sobre os sonhos, assim como o fato dela, posteriormente, conseguir explicar os processos patológicos, é o fato dela constituir-se como teoria do aparelho mental, e não somente dos sonhos, por mais que ela seja derivada deles. O sonho, enfatiza Freud, deve ser visto apenas como uma forma de expressão de impulsos que durante

o dia estão sob pressão de resistência mas que a noite, foram capazes de encontrar reforço de fontes profundas de excitação (1:614). Será, portanto, por um processo dinâmico entre dois sistemas, o inconsciente (Ics.) e o pré-consciente (Pcs.) que se dará a sua criação e expressão. Do Ics. vem o desejo como força motivacional, entre ele e o Pcs., há a censura que impedirá o seu acesso à consciência, deformando-o. Somente o desejo oriundo do Ics. é capaz de colocar o aparelho psíquico em funcionamento, seja em casos patológicos ou não. E é na relação com o outro sistema, o Pcs., onde também há desejos para realizar, que se dá a determinação do patológico. Mas não podemos ir além, pois o próprio autor confessa ter que deixar incompleta sua pesquisa sobre a relação entre sonhos e histeria por falta de material (1:607). Voltaremos ao tema depois da exposição da teoria propriamente dita, quando haverá melhores condições para pensá-lo.

O capítulo VII está dividido em seis seções. A primeira trata do esquecimento, portanto, da memória, dado que a teoria freudiana do inconsciente - e devemos ter isto sempre em mente - é, na sua essência, uma teoria sobre a memória. O tema mostra-se extremamente relevante dado que o esquecimento tem forte efeito sobre o conteúdo manifesto do sonho, quando se pretende descobrir o latente. Será também central em PSICOPATOLOGIA DA VIDA COIUIDIANA, pois Freud acredita que o esquecimento, por exemplo, dos nomes próprios, não se deve somente ao efeito do tempo sobre a memória e sim a um complexo jogo de forças, diga-se de passagem, o mesmo que atua no esquecimento dos sonhos (2:1-7). Freud já havia escrito

um texto a respeito em 1898, intitulado "O Mecanismo Psíquico do Esquecimento", e também no PROJETO... podemos perceber a importância que Freud atribui à memória. Diz ele: "Qualquer teoria psicológica razoável, tem que oferecer uma explicação da 'memória'" (5:343). Neste ponto do PROJETO..., surge a necessidade de se postular um segundo sistema neuronal, distinto do primeiro, que seja capaz de receber marcas após a passagem dos estímulos; ou seja, um que dê conta de explicar a memória. O postulado inicialmente não tinha como característica ficar marcado depois da passagem do estímulo, pois sendo usado para representar o sistema sensorial devia mostrar-se sempre novo para que as próximas percepções que chegassem do exterior do aparato não estivessem comprometidas desde o início, algo reconhecido empiricamente. O primeiro, denominado PSI, dá conta da memória, o segundo, FI, da sensação (5:344).

Devemos, no entanto, nos ater ao esquecimento no sonho, mais especificamente à relação entre o que sonhamos e o que somos capazes de nos lembrar. Freud considera que deve responder inicialmente a uma possível objeção para não ver todo o empreendimento solapado logo de início. Temos sempre a sensação de termos sonhado muito mais do que somos aptos a nos lembrar, e ainda mais, com o passar do dia, vamos paulatinamente esquecendo sonhos que, ao acordar, éramos capazes de nos recordar com clareza. Não se apresenta a memória que temos dos sonhos em forma fragmentada, inacurada e até mesmo falsificada? Certamente, acredita Freud. E mais, possivelmente o sonho não seja tão desconectado quanto o que dele temos a habilidade de nos rememorar, ou ainda nem tão

organizado quanto parece pela forma como os relatamos. Tais objeções, no entanto, interessam muito pouco a Freud pois, se o sonho é fragmentado, inexato ou falsificado, tais características já são, por si só, reveladoras do trabalho do sonho, e podem ser explicadas pela própria teoria. Mesmo o esquecimento insere-se nesse contexto, dado que também ele é decorrente da mesma censura que já havia atuado nos processos denominados de trabalhos do sonho. Nesse sentido, interessa o que é contado, o texto relatado do sonho, seja ele qual for, não havendo arbitrariedade no relato. Não se deve considerar que o sonho é o único que tem propósito, pois o seu relato, é, do mesmo modo, propositado, tem também uma razão de ser (I:527). Cabe justamente ao trabalho da interpretação descobrir o motivo do esquecimento. Quero enfatizar aqui que tal posição parece ser um dos pilares básicos da teoria freudiana, pois retira qualquer possibilidade de invalidação do relato do paciente. (Remete inclusive a uma questão interessante a respeito de toda a teoria psicanalítica, abordada em uma conferência apresentada por John Forrester na Universidade Estadual de Campinas em outubro de 1988, denominada LYING ON THE COUCH, onde ele defende a indiferença em relação à verdade ou à mentira que é contada no divã, pois qualquer que seja o relato, ele é capaz de revelar os mecanismos psíquicos que interessam, ou seja, nenhum relato é irrelevante.). Essa indiferença no que se refere à relação entre o que é sonhado e o que é contado garante a confiabilidade do material no qual se baseia a análise, enquanto representativo dos processos e, portanto, passível de interpretação.

Da mesma forma, a análise que se dá elemento por elemento também fica justificada, pois todos eles são importantes: se não o fossem não teriam sido representados. (Inclusive como tivemos oportunidade de perceber através do livro de Daniel Widlöcher, é somente através de tal tipo de análise que o analista poderá garantir sua inserção em cadeias psíquicas.).

Os argumentos apresentados fundamentam e garantem a validade da forma como foram realizadas as interpretações daquele enorme número de sonhos, com os quais nos deparamos nos seis primeiros capítulos. Fundamentam igualmente a validade das concepções retiradas deles: os sonhos são processos psíquicos significativos, sua força motivacional é um desejo que quer se realizar, e se este não se revela de modo claro, é devido à atuação da censura presente no trabalho do sonho.

Freud introduz, aqui, um conceito que mesmo sofrendo modificações radicais ao longo de toda sua obra, apresenta-se sempre, de uma forma ou de outra, como central. Devido às características analisadas, ele é introduzido em referência às questões técnicas. Assim, diz Freud, ao se contar o sonho mais de uma vez, aquele material que foi omitido ou adicionado, nos diferentes relatos, são indícios da operação da chamada "resistência", o mesmo ocorrendo com aqueles elementos dos quais mais se tem dúvidas. Podem e devem ser tomados como ponto de partida para a análise. Resistência é um dos conceitos mais importantes da teoria, e, por isso, deve ser sublinhado. Ela atua em dois sentidos, tanto na

elaboração dos sonhos como em sua interpretação. Mas é bem mais abrangente, pois refere-se a muito mais do que ao sonho, dado que tudo aquilo que interrompe o progresso do trabalho da análise é resistência (1:517). A resistência é fruto da censura.

Não é nosso objetivo realizar uma análise comparativa entre a INIERREIACÃO... e o PROJEIO..., mas parece ter havido uma mudança radical, um longo caminho percorrido entre o conceito de resistência em um texto e no outro. Neste resistência se refere a um conceito puramente clínico, é tudo aquilo que interrompe o processo de análise, enquanto que naquele, tratava-se de um conceito puramente hidráulico, era algo que dificultava a passagem de quantidade entre neurônios, possibilitando, entre outras coisas, o processo de somação, assim como a espera do momento adequado para uma descarga que tornava possível evitar o desprazer. O conceito de resistência por ser fruto da censura, adquire uma característica psíquica, dado que censura, como o trabalho do sonho, é uma noção tipicamente psíquica, não possuindo nenhuma conotação orgânica ou localizacionista.

Como vimos, a resistência é agora fruto da censura. Será através da utilização do conceito de censura que muitos processos oníricos, que levaram os autores que estudaram os sonhos a considerá-los como arbitrários ou até mesmo como processos psíquicos sem significação, poderão ser inseridos no nexa dos processos mentais.

Mas o que é censura? Poderemos compreendê-la melhor, pelo estudo da introdução dos chamados sistemas ESI, ou psíquicos, presentes na segunda secção do capítulo VII (1:537).

Ela não é a única questão que se procura elucidar nessa parte do texto, denominada "Regressão", também se tenta elucidar a natureza dos processos que, tais como os sonhos, se apresentam de forma alucinatória, característica que diferencia o sonho dos processos psíquicos da vigília.

Freud apresenta a construção tópica de um aparelho psíquico, inicialmente, através de uma metáfora. Ela consiste em sugerir que o aparelho seria composto de vários sistemas, assim como um telescópio ou um microscópio é formado por várias lentes (idem). Da mesma forma como se dá com tais aparatos, onde a formação de imagens ocorre em locais virtuais, no sistema psíquico existiriam as chamadas "localidades psíquicas". Freud enfatiza não haver aqui qualquer referência anatômica, tratando-se somente de bases psicológicas. Tal concepção, conta-nos o autor, é inspirada em uma frase de Fechner: "a cena de ação dos sonhos é diferente daquela da vida ideacional da vigília" (idem). Mas devemos ter em mente tratar-se somente de uma metáfora, de uma analogia, que, acredita Freud, pode ser adotada se se mantiver uma frieza de julgamento com relação aos resultados que podem decorrer dela (idem).

No princípio, o aparato funciona somente para a fuga de estímulo. Todo estímulo que entra, deve ser descarregado. Isto pode

ocorrer, dado que o aparato funciona inicialmente baseado no modelo do arco reflexo, na resposta imediata a esses estímulos, que se iniciam do lado perceptual, via nossos órgãos dos sentidos e fluem para o lado motor, terminal, onde são descarregados sob a forma de uma ação. Aqui se estabelece uma direção para o estímulo, um sentido para o fluxo. Tal funcionamento, rege-se então pelo que Freud denomina Princípio de Inércia, que garante ao aparato a maior distância possível dos estímulos. Trata-se nesse sentido de um aparelho não intencionado, ou seja, somente ocorre estímulo e resposta, o que pode ser pensado, por exemplo, como uma analogia a uma lei de choque. A atividade psíquica atem-se, assim, à descarga de estímulos através de inervações do lado motor. A criança chora, grita, o seu corpo se inerva. No entanto, se o aparato funcionasse sempre baseado nesse modelo, ele não seria marcado pelos eventos.

Para dar conta da memória, faz-se necessário então, que se postulem novos sistemas, os mnêmicos, pois um aparelho que funciona no modelo do arco reflexo como o apresentado, não pode ficar marcado e ao mesmo tempo descarregar todo e qualquer estímulo, dado que deve estar sempre novo para receber o próximo, como ocorrem com as percepções. Será novamente com uma analogia que poderemos perceber do que se trata. Em uma nota Freud observa que a lente de um telescópio não pode ser uma chapa fotográfica; ou seja, podemos imaginar um sistema que possa reter, depois da passagem de estímulos, traços permanentes na memória (1:538).

Em suma, o aparelho é constituído entre dois polos, um perceptual

e um motor, onde entram os estímulos sob a forma de percepções e saem sob a de ações. Entre eles, localizam-se os sistemas de memória. O primeiro, relaciona-as segundo a sua simultaneidade no tempo (1:539), mas para compreender o seu alcance, é necessário que se adicionem outras informações a seu respeito.

Se até então a construção do aparelho deu-se de forma, digamos, fenomenal, pois Freud não fez referência a nada, e procurou através dele, explicar os sonhos, daqui por diante ele irá muitas vezes recorrer aos resultados obtidos na interpretação dos sonhos, e aos retirados do seu trabalho com pacientes neuróticos, para poder prosseguir na construção do aparelho psíquico. Estamos diante de uma construção ad-hoc. Voltaremos ao quarto capítulo para compreender a forma pela qual o trabalho da censura opera sobre o conteúdo do sonho.

O que há de novidade em Freud é a distinção já apresentada entre conteúdo manifesto e latente do sonho. "Não há nada de novo", diz ele, "na idéia de que alguns (o grifo é do próprio Freud) sonhos devem ser considerados como realizações de desejos; as autoridades já perceberam isso há muito tempo." (1:134). Mas toda teoria sobre o sonho até então apresentada toma simplesmente para análise e interpretação aquilo que é lembrado pelo sonhador. Obviamente, afirmará Freud ao final do capítulo VII (1:612), não há como conhecer o conteúdo latente a não ser que ele seja comunicado e observado, mas deve-se procurar ter em mente que no conteúdo latente os pensamentos que são sua força motivadora encontram-se

escamoteados, mostram-se deturpados à consciência. São eles que carregam toda a problemática, são eles inclusive os motivos para a formação dos sintomas nos casos de neuroses e de histerias, não sendo compreendidos da mesma forma que o sonhador não compreende o próprio sonho. E se não entende é porque estão distorcidos, porque o sonhador é iludido por um sentido diverso daquele presente no pensamento do sonho. O que exige um trabalho de interpretação, que deverá revelar o sentido oculto, o conteúdo latente que se encontra distorcido. O trabalho deve caminhar no sentido inverso ao trabalho do sonho, o trabalho de distorcer. Freud então elucida o que possibilita a distorção.

Há inicialmente a suposição da existência de duas forças psíquicas, dado que a análise de espécimes de sonho permitiu a Freud concluir que o fenômeno de censura e de distorção do sonho se correspondem nos mínimos detalhes e que portanto devem ser similarmente determinados (4:143-5). A primeira destas forças constrói o desejo, expresso pelo sonho, enquanto a segunda exercita a censura sobre o desejo onírico, provocando uma distorção na sua expressão. Ora, se a censura caracteriza-se por fazer resistência à passagem dos pensamentos latentes à consciência, deve-se imaginar que nada que venha do primeiro sistema chegue a ela sem passar pelo segundo. Quanto ao desejo que constrói o sonho, durante todo o tempo, ele visará sua realização, tanto durante a vigília quanto durante o sono. Mas durante a vigília, a resistência imposta pela censura é tão forte que nada consegue chegar à consciência. À noite, com a oclusão dos órgãos dos sentidos, que no período da vigília

fazem com que o aparelho fique com sua atenção o tempo todo voltada para elas, e com o fluxo continuamente direcionado no sentido percepção - motividade, ocorre um relaxamento da censura, possibilitando, então, um fluxo no sentido inverso, na direção da percepção.

É justamente esse fluxo na direção do sistema perceptual que caracteriza o que Freud chama de "regressão", conferindo ao sonho sua característica de alucinação. Mas isso é um dos sentidos de regressão, denominado regressão tópica. Há outros sentidos mas, para melhor compreendê-los, é necessário prosseguirmos na investigação do aparelho psíquico.

Para explicar de acordo com o esquema proposto, em termos de sistemas, o sistema apresentado como Pcs. ou pré-consciente é "posicionado" no final oposto àquele que recebe as percepções, e é assim denominado por ser o último que deve ser atingido antes do processo excitatório chegar à consciência. É a ele também, que se atribui a possibilidade do movimento voluntário (1:540). O sistema anterior (o Ics.) é denominado "inconsciente" e acha-se antes do Pcs. (1:541). O inconsciente considerado como a fonte de todos os desejos que se pretendem realizar, sendo que posteriormente veremos que o Pcs. também pode ser uma fonte para eles. É entre os dois sistemas que Freud localiza a operação da censura, pois os pensamentos do Ics. tentam forçar a sua passagem para o Pcs. e, portanto, para a consciência. A censura não permite; se o permite, é somente após realizar certas modificações.

Quando se tenta recordar algo, no estado da vigília, também há fluxo regressivo, de acordo com Freud, embora neste caso sejam somente atingidos os sistemas mnêmicos e não o perceptual. Portanto, não ocorrem alucinações. Por outro lado, sabemos de processos patológicos onde elas se presentificam sem que haja oclusão dos órgãos dos sentidos. O que se deve, então, entender quando se fala de regressão? Isto ainda está por ser respondido.

Voltemos ao desenvolvimento do aparelho psíquico.

Com o aparecimento das chamadas necessidades da vida, o aparelho psíquico desenvolve-se, criando a capacidade de tolerar um certo acúmulo de estímulos para poder satisfazê-las, aprendendo assim a liberá-las na hora certa. Deve-se notar que a descarga contínua tem um papel relevante. São estímulos internos que devem, da mesma forma que os externos, ser descarregados, algo que não pode ser realizado de qualquer maneira, pois o acúmulo não deixaria de ocorrer e as necessidades não seriam satisfeitas. É somente através da "ação específica" que se dá a descarga satisfatória, que deste modo "coloca fim ao estímulo interno" (1:565). Há inicialmente uma primeira "experiência de satisfação", quando surge pela primeira vez a necessidade e ela é satisfeita (isto pode ocorrer várias vezes). Quando a necessidade surge novamente, é através do traço mnêmico, deixado pelas experiências de satisfação, associado ao traço deixado pela excitação causada pela necessidade que se busca sua repetição, ou seja, busca-se o traço mnêmico da satisfação anterior para

fazê-lo coincidir com a nova necessidade, repetindo-se, por conseguinte, a experiência de satisfação.

Freud denomina desejo, um impulso desse tipo que reinveste os traços quando reaparece a necessidade. Sua realização é o reaparecimento da percepção que corresponde ao traço da necessidade (1:566). O circuito do desejo, nessa forma, é alucinatório. O desejo já é sua própria realização, pois sempre que se fala de desejo, já se fala de desejo realizado; pois, enquanto alucinação, ele não depende de nada. Trata-se somente de investir ao mesmo tempo a representação da necessidade, o traço de memória correspondente ao objeto, e a representação da notícia de que a vontade está satisfeita, ou seja, que o desejo foi realizado. Quando ocorre a vivência (e por vivência queremos dizer as primeiras satisfações reais de necessidade, antes da ocorrência de alucinações), ela se dá por contigüidade, ou seja, há uma ordem de investimento das representações: primeiro a necessidade, depois o objeto que satisfaz a necessidade, e, posteriormente, o traço mnêmico de que ocorreu a satisfação. Mas com a repetição, agora sob forma alucinatória, ela se dá por simultaneidade. É a isto que Freud se refere quando coloca a associação por simultaneidade no tempo no primeiro sistema mnêmico. É dessa forma que o aparelho passa a operar, passa a se estruturar. Neste sentido, a dimensão temporal está ausente. O desejo não sabe esperar. Ele quer a todo custo realizar-se. A primeira forma para isso, e por primeira quer-se indicar não somente um aspecto temporal, mas também um sentido de organização, é dada pela alucinação, pois através dela, pode-se adquirir consciência,

expressividade.

Mas não há satisfação da necessidade com a alucinação, pois aquela continua a agir indefinidamente. O aparelho precisa, então, aprender a esperar o momento adequado para a descarga.

Para a satisfação da necessidade são necessárias alterações no mundo exterior, isto é, ações. Referimo-nos a um segundo sistema que controla a atividade voluntária, o Pcs.. No entanto, o desenvolvimento do aparelho é um processo demorado, que no início, só sabe alucinar. Com o tempo, aprende a esperar a devida alteração do mundo exterior para descarregar. Inicialmente, ele se organiza, apenas, de acordo com a fuga ao estímulo. Na verdade, tal tendência permanece. O aparelho sempre terá como objetivo desfazer-se do acúmulo de excitação, mas será de outra forma, regido por outro princípio. Não será mais pelo da Inércia - a tendência a ficar livre de toda e qualquer excitação, de manter um nível zero de acúmulo - passa a ser regulado por aquilo que Freud vem chamar de Princípio da Constância. Através dele, o aparelho aprende a tolerar um certo acúmulo de excitação de modo a descarregar e realmente satisfazer sua necessidade: quando ocorre uma percepção real vinda do mundo exterior. Neste sentido, o aparato passa a ser intencionado, ou seja, a ser direcionado em relação a uma meta, o encontro dessa percepção real, e não descarregar de forma automática, livrando-se a qualquer custo de qualquer quantidade de excitação que o atingisse como ocorria quando o aparelho respondia unicamente ao Princípio da Inércia. Mas isto somente

ocorre quando o Pcs. estiver totalmente desenvolvido, e, com o seu desenvolvimento, começa a funcionar também a censura. Isto explica o porquê dos sonhos infantis serem realizações claras de desejos, muitas vezes continuções de cenas diurnas. Dado que o Pcs. é o sistema responsável, em um certo sentido, pelo aparecimento da censura. Uma vez que ele não está ainda desenvolvido na criança, e assim a censura, responsável pela distorção do sonho, não há disfarce nas manifestações oníricas infantis.

Se compararmos as duas formas de realização de desejo apontadas, podemos acreditar que o processo regressivo está justificado. O acesso à consciência durante o dia, não é possível, devido, por um lado, ao fluxo perceptivo, e por outro, à operação do Pcs. - o guardião de nossa saúde mental - que subjuga o Ics.. Mas este quer, durante todo o tempo, realizar seus desejos, independentemente do surgimento de necessidades, como ocorria na estruturação do aparato, e ele continua durante a noite. Mas é nesse momento que o sistema Pcs. não tem nenhuma forma de oferecer sinais de que a realização do desejo foi executada, o que se dá quando se atinge a consciência. Procura então outros caminhos, e encontra: a alucinação. Esta também capaz de gerar consciência, podendo então expressar o desejo. Há ainda uma terceira forma de se adquirir consciência: através de associações verbais realizadas no Pcs.. Devemos ressaltar que essa é a forma de estruturação das representações durante a vigília. Nesse sentido, podemos pensar que a censura representa uma interdição à expressividade do desejo, pois, operando entre o sistema Ics.

e o Pcs., ela barra o acesso à consciência, à expressividade. Ou seja, o desejo do inconsciente visa o tempo todo tornar-se consciente, expressar-se. Por "tornar-se consciente", devemos entender ser percepção ou ação, o que também inclui a fala.

Quando o Pcs. está desenvolvido, a ordem temporal se presentifica de novo pois, como havíamos observado, antes havia somente associações por simultaneidade no tempo. São oferecidos, então, sinais da realidade, através de sinais de consciência, dados ou por percepções ou por sinais linguísticos.

Depois de sua constituição, como se pode pensar a forma dele se relacionar com o Ics., a fonte de força motivacional, do desejo, dado que a censura existe entre eles?

A resposta parece estar numa referência, presente na página 546, publicada pelo próprio Freud em itálico, o que revela sua importância: um sonho é um "substituto para uma cena infantil modificada por ser transferida para uma experiência recente". Por conseguinte, a cena infantil é a alucinação de uma vivência que um dia teve a possibilidade de satisfazer um desejo.

A que experiência recente Freud se refere? Parece haver aqui uma indicação para a seção seguinte denominada "Realização de Desejo". Adianto desde já: há sempre uma "transferência" de investimento para uma

experiência recente, mais especificamente, para um pensamento trivial ou mesmo recente, do dia anterior ao sonho, a partir de um desejo do Ics.. (1:562).

Tal característica foi retirada por Freud das interpretações, pois mesmo que se suponha que os desejos sejam oriundos do Ics. é inegável que muitas vezes eles carregam um certo conteúdo que reconhecemos como tendo ocorrido na vigília, algo que aparece claramente ao longo de grande parte das análises de sonhos realizadas por Freud nos seis capítulos anteriores. Quando dormimos, podemos evitar que pensamentos da vida diurna sejam energeticamente investidos, algo fácil de realizar para alguém que dorme bem, mas nem sempre possível. Freud classifica cinco grupos de "restos diurnos" (1:554):

- 1- pensamentos não concluídos por algum fator de obstrução;
- 2- aqueles não resolvidos por alguma incapacidade, por exemplo, uma incapacidade intelectual;
- 3- aqueles suprimidos ou rejeitados durante o dia;
- 4- pensamentos do Ics. colocados em ação pela atividade diurna;
- 5- pensamentos considerados irrelevantes e, portanto, deixados de lado.

Como durante o dia são operativos, à noite, podem continuar na sua tentativa de serem representados. Mas, para isso, devem associar-se à um desejo do inconsciente, diz Freud, o único capaz de fornecer FORÇA MOTIVACIONAL - em um duplo sentido tanto semântico como energético - para o sonho, ou seja, o único capaz de produzir um sonho (1:560).

Freud recorre aqui a uma interessante analogia que poderá nos auxiliar posteriormente na compreensão dos processos de condensação e deslocamento. O pensamento diurno pode ser pensado como o "realizador", que teria a idéia e a iniciativa de sua realização. O desejo do inconsciente por outro lado é considerado o "capitalista" que possui o capital que o realizador não possui. As relações entre eles podem ser várias. Há casos em que o capitalista é o próprio realizador, o caso mais comum de acordo com Freud, em que uma atividade diurna consegue fazer com que um desejo do inconsciente construa um sonho. Ou o realizador pode ainda contribuir com certo capital; vários realizadores voltarem-se para o mesmo capitalista, ou vários capitalistas contribuirem para o mesmo realizador.

Freud descreve o que ocorre entre as memórias diurnas e o desejo do inconsciente, recorrendo ao conceito de transferência, pois os elementos do sonho têm algum material para trocar: a energia psíquica que investe as representações, ou, usando a metáfora, o capital que o capitalista emprega. É nesse sentido que o material recente e trivial tem

maior capacidade de burlar a censura e, portanto, é a ele que se liga o desejo do inconsciente. Dessa forma, ambos conseguem ser representados: o material recente passa a fazer parte do sonho e, ao mesmo tempo, é utilizado pelo desejo do inconsciente para que este se presentifique (1:561-4).

Através de suas descobertas sobre as neuroses, Freud explica essa ligação que termina por provocar um efeito de superficialidade. Freud refere-se a tais associações superficiais logo na primeira secção do capítulo, juntamente com a idéia de que nada do que se lembra ou se conta do sonho é sem propósito. Tais idéias podem ser consideradas os dois pilares básicos de toda a técnica de análise. Das neuroses, diz Freud, aprendemos que uma representação inconsciente é incapaz de entrar no pré-consciente se não conseguir estabelecer uma conexão com uma representação já presente no pré-consciente, para a qual transfere sua intensidade, e sendo por ela "englobada". Freud denomina tal fenômeno "transferência", que deve ser pensado na sua generalidade como todo o traslado de energias psíquicas entre as representações nos processos mentais.

O papel dos restos diurnos é extremamente importante, pois, às representações inconscientes, é oferecida uma forte censura à sua passagem pelo sistema pré-consciente e posterior acesso à consciência. Utilizam-se então as representações triviais abandonadas ao seu próprio curso, ou mesmo as novas não sujeitas à censura, para que tais representações possam

se fazer representar nos sonhos (1:563). Por um lado, os elementos triviais conseguem, através das quantidades disponíveis dos desejos inconscientes, serem representados nos sonhos, enquanto os desejos do inconsciente, por outro, encontram os elementos necessários para poderem burlar a censura e serem também dessa forma representados.

Freud considerou inicialmente que todos os desejos eram oriundos do inconsciente, deixando claro que posteriormente apresentaria suas justificativas. Devemos estudá-las agora.

Freud investiga as possíveis fontes de tais desejos, contrastando a vigília com o sonho, e as apresenta em três grupos (1:551):

1- desejos suscitados durante o dia e que, por razões externas, não puderam ser satisfeitos, e são portanto deixados para a noite;

2- desejos que igualmente surgem durante o dia e que foram repudiados, sendo também deixados para a noite;

3- aqueles que não tem conexão com a vida diurna e que aparecem durante a noite emergindo do material que foi em outra época suprimido, dada a operação de parte da mente, responsável pela atividade noturna.

Com relação ao aparato psíquico construído na seção anterior, os

primeiros seriam localizados no sistema Pcs., os segundos teriam sido levados do sistema Pcs. para o Ics. onde continuam existindo, enquanto os terceiros seriam oriundos do sistema Ics.. Haveria ainda uma quarta classe, aqueles que surgem à noite estimulados, por exemplo, por sede ou por necessidades sexuais. No entanto, mesmo que seja claro que os sonhos infantis são realizações de desejos diurnos, quando se trata do adulto a origem dos sonhos não é qualquer. Por exemplo, os primeiros, instigadores de sonhos nas crianças, acredita Freud, seriam insuficientemente fortes para tanto nos adultos. No máximo, seriam capazes de contribuir, mas a verdadeira força motivacional dos sonhos deve vir de outro sistema e não somente do Pcs., e sim, especificamente do Ics.. Cito Freud: "Minha suposição é que um desejo consciente pode somente tornar-se um instigador de sonho - se ele conseguir suscitar um desejo inconsciente com a mesma tendência e obtendo reforço deste" (1:553). Ou seja, o desejo do Pcs. deriva do desejo inconsciente.

Mas o desejo inconsciente não pode ser qualquer. O estudo das neuroses, mais uma vez, leva Freud a uma contribuição para a teoria dos sonhos, algo que, no seu modo de ver, fica justificado devido ao fato de haver uma identidade completa entre sintomas e sonhos, dado que da mesma forma como ocorre com sonhos, os sintomas também são devidos a pensamentos normais que foram submetidos a um tratamento anormal. Nesse sentido, há várias características que possuem em comum: sua formação se dá por "...meio de condensação e de formação de compromissos, por associações superficiais e que ignoram as contradições, o que pode ser feito pelo

caminho da regressão." (1:597). Freud então conclui: tais desejos são sempre desejos infantis, desejos suprimidos, e por isto entenda-se os que foram levados ao inconsciente (1:553). E Freud vai além: para que possam ser suprimidos, eles devem ser desejos sexuais, mas tal afirmação não deve ser realizada ainda com todas as letras, pois trata-se de um resultado retirado da sua teoria sobre as neuroses que ainda requer maiores investigações (1:606). No caso da criança, quando ainda não se desenvolveram plenamente tais sistemas e a censura ainda não opera totalmente, os desejos que se realizam à noite são os que não o foram durante o dia, mas tampouco foram suprimidos.

Todo este material ao qual nos referimos, tanto o diurno, quanto os desejos conscientes que não puderam ser satisfeitos, tem dois cursos a seguir. Ou eles são deixados para si mesmos no sentido de que as energias a eles ligada espalham-se pelo sistema e terminam por gastar-se, ou eles se ligam, ao invés de serem descarregados. Deste último tipo é o sonho. Liga-se sempre um conteúdo do Pcs. a um desejo do Ics..

Há aqui um pressuposto básico da teoria sobre os processos inconscientes que deve ser enfatizado. As transferências entre conteúdos do Pcs. e desejos do Ics., devem ser realizadas durante o dia, ou mesmo antes de estabelecer-se o estado de sono, ou melhor, são realizados durante o período de vigília. Isto será essencial para podermos compreender a ocorrência de atos falhos, ou de quaisquer outros efeitos sobre o curso dos eventos mentais. Não fosse assim, os desejos do

inconsciente jamais poderiam interferir em qualquer curso, pois não são de qualquer outra forma acessíveis. A teoria psicanalítica ruiria. Esse pressuposto deve, dessa forma, ser tomado como típico do funcionamento mental propriamente dito, e não característico dos mecanismos dos sonhos. Neles ocorrem outros processos, o chamado trabalho do sonho.

Ele já havia sido apresentado nos capítulos cinco e seis, como vimos, sendo considerado como o responsável pelas alterações ocorridas entre o conteúdo manifesto e o latente. Aqui, o aspecto energético predomina, seu alcance é maior, e não se atém somente ao caso dos sonhos. Certas características encontradas em determinados fenômenos, de acordo com Freud, não podem mais ser reconhecidas como típicas de processos psíquicos normais. São, na realidade, estruturas patológicas. (1:595 ss.)

A primeira delas a ser reapresentada é a condensação: "As intensidades das representações individuais tornam-se capazes de serem descarregadas *en bloc* e transferidas de uma para outra, de tal modo que certas representações formadas são carregadas de grande intensidade.". Mesmo que na vida mental normal encontremos idéias nodais, ou resultados finais de cadeias de pensamentos, muito significativas, sua representação perceptual não é mais intensa do que seu significado psíquico.

Uma outra dessas características, que não ocorre no pensamento normal e sim no sonho, pode também ser constatada, segundo Freud, em certos atos falhos. São casos onde a ênfase principal é colocada em um

elemento menos importante, ou seja, em "representações intermediárias", e não no elemento "correto". A terceira delas é vista como típica dos chistes: relações que permitem explorar uma pluralidade de sentidos, como é o caso de homônimos ou similaridades verbais. (Desde já Freud se refere a chistes, aqui especificamente falando de deslocamento de ênfase psíquica, ou seja de deslocamento. Desde 1900, portanto, ele já sabia o que tinha em mente quando escreveu o livro sobre chistes, as teses ali apresentadas já estavam muito bem delineadas.). Refere-se ainda à ocorrência não problemática de contradições, o que de forma alguma está presente em nos pensamentos da vigília.

Dado que o aparato está construído, e sabemos que as ligações são realizadas durante o dia, podemos avançar na investigação das concepções propriamente dinâmicas dos sonhos, ou seja, daquelas que se referem especificamente à questão de conflitos entre forças, entre agrupamentos psíquicos que pertencem ao inconsciente e ao pré-consciente, para com isso expormos o ponto de vista da força no que se refere aos processos de condensação e deslocamento. Tais concepções, no entanto, não podem ser separadas do ponto de vista econômico dado que a metapsicologia, afinal, caracteriza-se justamente por ser uma abordagem tripla: dinâmica, tópica e econômica.

O desejo transferido para um material recente quer ter acesso à consciência. Ele utiliza para isso de representações oriundas do Pcs., as quais, na realidade, ele, em parte, pertence. Neste ponto, encontrará a

censura. Será então distorcido. A censura utiliza-se em tal tarefa de associações que já foram previamente feitas. devido ao estado peculiar do Pcs. durante o sono (não podem haver alterações do mundo exterior), o avanço progressivo é barrado, e inicia-se o processo de regressão para o lado perceptual, podendo então ser notado pela consciência, e descarregado.

Para que o processo de regressão ocorra, algumas condições devem ser satisfeitas, entre elas, que um certo grau de intensidade seja atingido. Podemos citar Freud: "Quando considerávamos o trabalho da condensação nos sonhos, fomos levados a supor que as intensidades que se ligam às representações podem ser completamente transferidas pelo trabalho do sonho, de uma para outra. É possivelmente esta alteração no procedimento psíquico normal que torna possível o investimento do sistema perceptual na direção reversa, iniciando-se no pensamento, para a intensidade sensorial completamente vívida."(1:543).

Outra dessas condições refere-se ao tipo de representações utilizadas para a regressão. Certamente, dirá Freud, o estado do sono pode ser tomado como alterando o funcionamento do sistema psíquico, algo que as autoridades consideram como sendo responsável pelo ocorrência do sonho, mas se se toma o caso das patologias onde também há regressão, ainda que no estado de vigília, deve-se pensar que ela seria devida a outros fatores. Nesse sentido, os pensamentos que sofrem as transformações para imagens não são quaisquer, somente aqueles que estão

intimamente ligados a recordações e que foram suprimidos ou permaneceram inconscientes (1:544).

Ao discutir a relação temporal entre os trabalhos do sonho (incluindo a figurabilidade e elaboração secundária), Freud observa que: "O processo do sonho tem agora adquirido intensidade suficiente pelo trabalho do sonho para atrair consciência para si, independentemente do tempo ou da profundidade do sono ou essa intensidade é insuficiente para realizar tal coisa e deve manter-se em estado de prontidão até que, logo antes de acordar, a atenção torna-se móvel e vai encontrá-la." (1:576). Podemos, então, considerar que o propósito dos trabalhos do sonho é o de adquirir quantidade suficiente para tornar-se consciente.

Mas será ao estabelecer que os processos que ocorrem nos sonhos podem ser tomados como realmente distintos dos normais que Freud afirmará com todas as letras: "O resultado da atividade de condensação é a obtenção das intensidades requeridas para forçar um caminho para os sistemas perceptuais" (1:596). Podemos então pensar que, Freud, ao observar, no quinto capítulo, que as representações têm uma necessidade de condensação (p.11), estava querendo dizer que, dessa forma, elas serão capazes de serem representadas, e por isto devemos entender serem descarregadas.

Descarga, ou seja, realização de ação ou encontro da percepção adequada, é sempre o objetivo do aparato, que aqui ocorre de acordo com a necessidade de evitar o desprazer, e somente pode manifestar-se, se

adquirir, de uma forma ou de outra, a característica qualitativa da consciência.

Prazer/Desprazer são séries qualitativas que também possibilitam a descarga, tal como ocorre com as percepções que podem enviar um sinal qualitativo adequado para lembranças. São sinais qualitativos ligados a transposições de energia dentro do aparato. Este, antes de estar completamente desenvolvido, somente sabia fazer associações por simultaneidade como forma de realizar seus desejos. O que se dava inicialmente através daquela recordação perceptual que correspondia à memória da realização de desejo. Depois, ele aprendeu a esperar uma notícia da consciência, via percepção, para a realização do desejo, aprendeu assim, a tolerar um certo desprazer. Ao livrar-se da necessidade dos sinais qualitativos da série prazer/desprazer, o aparato entra em seu último estágio, típico dos processos de pensamento, onde a consciência pode ser atingida por sinais da fala.

Devido ao fato do Pcs. não atuar durante o sono, não há possibilidade de movimento. O desejo só pode encontrar seu sinal qualitativo alucinando. O Pcs., às vezes, age durante a noite e retoma o controle do Ics. que, na realidade, é o sistema que opera à noite e tenta realizar o circuito do desejo. Ele também faz isso durante o dia, mas o Pcs., que comanda a ação, o controla, e não permite o acesso de seus desejos à consciência. Quando temos um sonho de angústia, terminamos por acordar, pois se continuássemos dormindo seria gerado desprazer, e o

aparato tem como intuito buscar o prazer, pela descarga, pela realização do desejo. O Pcs. retoma o controle, para que o desejo possa ser realizado, ou seja, se voltarmos a dormir, o circuito pode recomeçar. Isto se deve ao fato do Pcs. também ter desejo, desejo este, que se apresenta como desejo de dormir, ou como qualquer outro desejo devido à fome ou à sexualidade. Nesse sentido, o autor tende mais uma vez a acreditar em um resultado retirado de suas investigações sobre as neuroses. Nelas, Freud descobriu que há sempre dois desejos agindo, cada um advindo de um sistema. O transposto ao sonho significa que, enquanto o desejo sexual procura se manifestar, o do Pcs. garante a sua manifestação, mas de forma disfarçada e oferecendo suas representações para tal disfarce. Caso se iniciasse geração de desprazer, ele assumiria o controle, o que ocorre quando cessa a oclusão dos órgãos dos sentidos, ou seja, quando se acorda.

Esse resultado, como dissemos, foi retirado do estudo das neuroses, mais especificamente, da histeria, e tem como base a afirmação de que os processos inconscientes são indestrutíveis. O que pode ser constatado, de acordo com o autor, através do fato de que aqueles pensamentos que levam aos ataques de histeria podem, quando ocorre um acúmulo suficiente de excitação, tornarem-se operativos novamente. Podem retornar com a mesma carga emocional do que quando foram vivenciados. É aqui, diz Freud, que a psicoterapia deve intervir. Seu intuito não é outro a não ser o de recuperar o domínio do Pcs. (1:578). Assim, o grau de controle do Pcs. é a medida da normalidade, pois como vimos, nos casos

de histeria, o Ics. passou a dominar.

Podemos, portanto, atribuir uma função ao sonho que muitos autores acreditavam não existir. Ele é uma válvula de escape. O desejo do Ics., que na vigília está sempre sob o controle do Pcs., à noite tem maior possibilidade de atingir a sua realização, ligando-se às representações do Pcs.. Este, por outro lado, ao oferecer suas representações para serem investidas, ainda na vigília, ou seja, quando detêm o controle do aparelho, garante também a realização de seu desejo, o de dormir. Trata-se nesse sentido de uma formação de compromisso, compromisso entre dois desejos de sistemas diferentes.

Devemos ter em mente que os sistemas devem ser pensados como organizadores de representações. Elas estão sempre arranjadas de uma maneira ou de outra, dependendo do grau de atuação de dado sistema, mas uns arranjos são mais arcaicos do que outros. Diz Freud: "o sonho é um pedaço da vida mental infantil que foi superada" (1:567).

Ou seja, o que se conclui é que, ao lado dos pensamentos típicos da vigília encontrados nos sonhos, há outros presentes em estruturas onde ocorrem formações de compromissos, como é o caso com os sonhos.

Para explicá-los, Freud distingue entre os chamados processos primários e secundários, o que pode ser tomado em vários sentidos. Em um sentido típico, primário caracteriza o sistema inconsciente, enquanto

secundário caracteriza o pré-consciente - consciente. Mas agora nos interessa o ponto de vista econômico e dinâmico.

Há um sentido no qual secundário significa inibitório e que pode ser compreendido se relembrarmos o desenvolvimento do aparelho psíquico. No início, quando o funcionamento se dava de acordo com a fuga do estímulo, no modelo do arco reflexo, não era possível tolerar qualquer acúmulo, pois isto geraria desprazer. Freud aqui apresenta a repressão, noção extremamente importante, pois dirá: "Uma cadeia normal de pensamento somente é submetida a um tratamento anormal psíquico do tipo que descrevemos até então se um desejo do inconsciente, derivado da infância e reprimido for transferido para ele." (1:598). Freud refere-se ao sonho, mas como veremos nos capítulos que se seguem, atos falhos e chistes também são considerados da mesma forma. O protótipo da repressão é visto como uma fuga de qualquer imagem mnêmica que pudesse começar a causar desprazer, tornando-se assim, alijada da consciência.

Com o seu desenvolvimento, o aparelho deve começar a tolerar um certo acúmulo para que possa esperar o sinal adequado de realidade para a descarga. Ainda aqui, deve ser válido aquilo que será posteriormente denominado de Princípio de Prazer, porém, nesse caso, o aparelho passa a funcionar de outro modo, devendo aprender, de antemão, a reconhecer o que lhe causará desprazer. O que pode ser realizado pelo pensamento através de inibição de investimento daquelas representações que se mostrem desprazerosas. O desprazer passa somente a ser um sinal, e não mais um

princípio regulador. O processo secundário é desse tipo, onde não mais se busca uma identidade de percepção, mas de pensamento.

Devemos entender, ainda, que processo primário representa uma forma de investimento, como dissemos acima, pois as energias podem escoar-se livremente, investindo as representações que correspondam às realizações de desejos. Por conseguinte, os mecanismos de deslocamento "pelo qual a uma representação muitas vezes aparentemente insignificante podem ser atribuídos todo o valor psíquico, o significado e a intensidade originalmente atribuídos a outra" e de condensação onde "numa representação pode confluir todos os significados das cadeias associativas que ali vêm se cruzar." (23:475) somente são possíveis ao escoamento de energia. No processo secundário, por outro lado, elas são ditas ligadas, pois são inibidas pelo Pcs.. Ou seja, o que é móvel não é a estrutura psíquica em si, mas sim as inerções (1:611).

Podemos ainda pensar esses dois sistemas como duas formas distintas de descarga. No primário, ela se dá por via alucinatória procurando os caminhos mais curtos, através da identidade de percepção. Já no secundário, só ocorre quando houver identidade de pensamento, após uma "investigação" prévia daquilo que deve ou não ser investido.

Durante o dia, mesmo que o Ics. esteja continuamente tentando realizar seus desejos, há o domínio do Pcs.. Como eles não conseguem atingir a consciência, inicia-se um processo de transferência entre eles e

as representações diurnas. Mas há outros processos primários não alucinatórios, que podem ocorrer, e que, da mesma forma, apresentam deslocamentos e condensações: chistes e atos falhos. À noite, o Pcs. também continua funcionando, ele quer ter seu desejo realizado. Para isso muitas vezes, quando por exemplo, se acorda no meio de um sonho que poderia gerar desprazer, ele volta a dominar, volta-se a dormir e o processo se reinicia.. Trata-se sempre, portanto, da operação dos dois sistemas. Nos casos patológicos, como vimos, o Ics. tem inteiro domínio, e somente o trabalho da análise pode fazer com que o Pcs. volte a predominar.

Processos primários são, ainda, aqueles que, em um sentido cronológico, ocorreram primeiro; os secundários, posteriormente.

Se o processo primário é considerado como alucinatório, deve-se pensar que o sonho, por apresentar igualmente tal característica, também o seja, bem como os casos patológicos onde ocorrem alucinações. Este é o outro sentido de regressão para o qual apontamos, tratando-se de regressão para algo mais primitivo, para uma forma de funcionamento menos desenvolvida.

A regressão, nos casos patológicos caracteriza-se como uma falha no funcionamento do Pcs., que deixa de dominar o Ics.. Dado que predominar é uma de suas funções, o grau de normalidade psíquica é medido por esse controle, como já tivemos oportunidade de apontar.

Mas se nos casos patológicos o Pcs. não domina o Ics., no caso do sonho, mesmo que tal se dê, como não há movimento, ele não desequilibra o aparelho psíquico. Há alucinação, mas não se trata de algo patológico em sentido clínico.

Em ambas as situações, o que ocorre, e o que possibilita que se diga que há regressão, é o fato do aparelho passar a funcionar de acordo com uma forma mais primitiva de organização de representações. Se pensarmos em termos dos três sistemas apresentados como três sistemas de estruturação de memória, em um deles, no perceptual, as associações entre representações se dão por simultaneidade, no segundo, no Ics., elas se dão por ligações lógicas e no Pcs., por ligações verbais. Tanto no caso do sonho como nos patológicos, as associações deixam de ser verbais, elas se dão ou por simultaneidade, ou por ligações lógicas. Devemos aqui entender que com isso quer-se dizer relações intencionais, relações entre a ação e a intenção, só que não mais conscientes. Ainda assim, elas são intencionais. Cabe ao trabalho da interpretação descobrir qual é essa relação.

A título de ilustração, podemos pensar, por exemplo, no caso da paciente freudiana Emma, tratado no PROJETO... (5:400-3). Emma não era capaz de entrar em uma loja sozinha, pois considerava que os vendedores iriam rir de seu vestido, o que lhe causaria desprazer. Após o trabalho de interpretação de tal fato, tomado como sintoma, Freud conclui que a ligação que esta fazia entre o vestido e o riso era somente superficial, e

portanto escondia outra. Escondia a relação entre "o confeitiro seduziu-me" e "entrar no local de sedução", relação causadora do sintoma.

Há ainda no *ERDJEID*, algo que pode ajudar a elucidar a questão tratada aqui. Cito Freud (5:396):

" Antes da análise, A é uma representação fortíssima que frequentemente pressiona a consciência e leva sempre ao choro. O indivíduo não sabe porque A o leva a chorar, acha absurdo, mas não pode impedi-lo.

Após a análise descobre-se que há uma representação B que com direito leva ao choro, que com direito se repete frequentemente enquanto um certo e complicado desempenho psíquico não for realizado contra ela. O efeito de B não é absurdo, é compreensível pelo indivíduo, pode ser combatido por ele mesmo.

B tem uma relação determinada com A.

Isto é, existiu uma vivência que consistiu em A + B. A era uma circunstância acessória, B era apropriada para exercer um efeito duradouro. A reprodução desse acontecimento na memória tomou agora a forma de como se A pudesse ocupar o lugar de B. A é o substituto, tornou-se símbolo de B. Daí a incongruência, A é

acompanhada de conseqüências que ela não parece merecer, que não se ajustam a ela.

A mesma simbolização manifesta-se no sonho, através de associações superficiais, acarretando, da mesma forma, alteração de sentido.

Para ilustrarmos tais alterações, depois de termos analisado o capítulo VII, dando especial ênfase aos processos de deslocamento e condensação, tomaremos um sonho específico e sua análise para que possamos ilustrar devidamente o modo como aparecem esses processos, seus efeitos e objetivos, no que se refere, por um lado, a uma teoria do sentido e por outro, a uma da força, ambas presentes nas obras freudianas, como apontamos desde o início. Escolhemos o sonho da MONOGRAFIA BOTÂNICA, pois mesmo que sua análise não tenha sido realizada até que se encontrasse o desejo inconsciente que o motiva, acreditamos que seja exemplar para nossos propósitos, como esperamos mostrar no curso dessas investigações. Podemos notar, logo de início, como o relato do sonho mostra-se curto e lacônico enquanto a análise é muito mais longa, devido ao fato de se descobrir que grandes cadeias de pensamentos participam dele, o que somente pode ser constatado através de sua análise. Devemos nos lembrar que tal diferença foi apontada como a motivação inicial para a investigação do processo de condensação.

A primeira referência a esse sonho surge na tentativa de assinalar que sempre há um ponto de contato entre os elementos do conteúdo do sonho e as experiências do dia anterior (no caso, Freud sonha que havia escrito uma monografia e ele realmente havia visto uma em uma loja durante o dia) (1:165). Algumas páginas depois, Freud observa que qualquer material que fizer parte da vida do sonhador pode ser representado, contanto que esteja de alguma forma ligado a estas experiências do dia anterior (1:169). Para demonstrar essas ligações, é descrito o sonho da MONOGRAFIA BOTÂNICA ao qual nos referimos e que transcrevemos aqui.

"Eu havia escrito uma monografia sobre uma certa planta. O livro estava à minha frente e eu estava no momento abrindo uma prancha colorida dobrada. Colada a cada cópia, havia um espécime seco da planta, como se tivesse sido retirado de um herbário." (idem).

Freud realiza uma extensa análise desse sonho (1:169-76). Somente utilizaremos algumas de suas partes, as que forem suficientes para alcançarmos nosso objetivo.

Naquela manhã, Freud nos conta, havia visto uma monografia de uma certa planta intitulada *Ihe Genus Cyclamen*. *Cyclamens*, refletiu, eram as flores favoritas de sua esposa, e raríssimas vezes ele se lembrava de lhe levar flores, algo que a agradaria. Isto o faz lembrar de uma anedota que havia recentemente contado em um círculo de amigos. Ele a utilizava como evidência em favor de sua teoria de que o esquecimento é

geralmente determinado por motivos inconscientes que podem sempre ser deduzidos. Uma jovem senhora recebia, frequentemente, flores de seu marido por ocasião de seu aniversário. Em uma dessas ocasiões, tal hábito foi esquecido, e ao vê-la chorando, seu marido diz: "Desculpe-me, mas eu me esqueci. Sairei já e lhe trarei algumas flores.". Isto não a consolou, pois para ela significava que já não possuía mais o mesmo lugar em seus pensamentos. Esta senhora, Frau L., ex-paciente de Freud, tinha encontrado sua esposa dois dias antes do sonho, e perguntado por ele.

Freud, portanto, inicia a análise pelo elemento monografia, e é levado por várias idéias ao tema flores, e a lembrar-se de Frau L., temas aos quais retornará posteriormente.

Com o mesmo elemento do sonho (monografia), a análise é reiniciada, mas através de outra cadeia de pensamentos. Lembra-se que tinha realmente escrito uma monografia sobre uma planta, uma dissertação sobre a planta de coca ("Coca", 1884e), e que no dia do sonho, tinha pensado sobre cocaína: se um dia tivesse glaucoma viajaria para Berlim, ficaria na casa de Fliess e seria tratado por um cirurgião, recomendado por ele, que falaria das vantagens do uso da cocaína como anestésico, sem conhecer a verdadeira identidade de Freud, um dos descobridores de tal propriedade da planta. Pensa então como considera embaraçoso ter que pedir para ser tratado por um colega. Tal fantasia faz Freud lembrar-se que havia um fato real por trás dela. Depois da descoberta do efeito anestésico da cocaína por Koller (que de acordo com

Freud teve sua atenção dirigida para tal propriedade justamente pelo artigo de Freud supracitado), seu pai teve glaucoma, e foi operado por seu amigo Dr. Königstein, um cirurgião oftalmológico, enquanto Dr. Koller ficou encarregado da anestesia de cocaína, o que levou ao comentário (na época) de que tal operação havia reunido os três homens que tiveram um papel na descoberta do efeito anestésico. Vemos ocorrer aqui, através de uma cadeia de pensamentos, a recuperação de uma lembrança antiga por um elemento recente e indiferente.

A partir daí, Freud dirige sua atenção para a última vez na qual havia pensado sobre cocaína. Alguns dias antes do dia do sonho, ao ler uma cópia de um *Eastschrift*, nota uma referência à descoberta dos efeitos anestésicos da cocaína por Koller. Percebe então que seu sonho estava mais uma vez conectado aos acontecimentos do dia anterior, pois nesse dia, tinha tido uma conversa com Dr. Königstein, na qual, pelo que podemos entender, tinham falado desse tema. Durante a conversa, o Professor Gartner e sua esposa juntaram-se a eles, e Freud os havia cumprimentado por sua aparência tão florescente. Este professor, ainda mais, era um dos autores do *Eastschrift*, o que deve tê-lo feito lembrar, posteriormente, do assunto sobre cocaína. A senhora L. também tinha sido citada, apesar, diz Freud, que em conexão com outro tema. Algumas páginas adiante, Freud irá relatar que se recorda que um dos pivôs de tal conversa foi uma paciente sua de nome Flora.

A conversa com o Dr. o faz estabelecer novas conexões com temas

Já reconhecidos: flores e Frau L., o que indica que mesmo tomando outra cadeia associativa, os mesmos elementos são recuperados. Uma nova temática, no entanto, vem agregar-se devido a ela: a cocaína.

Outros determinantes do conteúdo do sonho são ainda interpretados. Um espécime seco de cada planta, o faz lembrar uma recordação da escola secundária, na qual o diretor chama os alunos dos anos adiantados para dar-lhes o herbário da escola, para ser olhado e limpo, no qual pequenas traças de livros foram encontradas. Para Freud, couberam somente algumas folhas, entre elas Cruciferae. Lembra-se então, que não tendo tido muita intimidade com botânica, tinha certa vez, errado justamente a classificação de um crucifer em um dado exame. De Cruciferae ocorre-lhe Compositae. Alcachofras, pensou ele, são Compositae e suas flores favoritas, que sua esposa sempre lhe trazia. Ou seja, mais uma vez, o tema sobre as flores é recuperado pela análise, e ainda, traças e "favorita" apresentam-se como novas conexões.

As pranchas coloridas dobradas o lembram que quando era estudante de medicina tinha um impulso a ler monografias, e que conseguiu um volume de uma publicação destas de uma sociedade médica, cujas pranchas coloridas o deslumbraram. Lembra-se então, nem ele mesmo sabe como, de uma recordação de sua tenra infância na qual seu pai, a seu pedido, lhe havia dado um livro com muitas pranchas coloridas (tratava-se de um relato de uma viagem à Pérsia) para que ele e a mais velha de suas irmãs pudessem destruí-lo. Esta recordação, diz ele, era a

única que retinha dessa fase de sua infância, na qual ele e sua irmã destruíam o livro, arrancavam-lhe as páginas como se fosse uma alcachofra. Ainda mais, quando era criança tinha uma paixão por colecionar e possuir livros, o que ele considera análogo ao seu gosto por ler monografias: um hobby favorito. Freud aqui aponta para o fato de que favorito já lhe havia ocorrido tanto em conexão com ciclamens quanto com alcachofra. Tinha se transformado ele mesmo, diz Freud, em uma traça de livros, em um rato de biblioteca. Lembra-se de que uma vez havia comprado mais livros do que podia pagar, o que o faz retornar a sua conversa com o Dr. Königstein, pois tinham discutido a sua tendência a se envolver demais com seus hobbies favoritos, o que terminava por lhe causar constantes aborrecimentos.

Podemos agora utilizar esses elementos que vemos reaparecer várias vezes para ilustrarmos os dois processos que nos interessam. Freud não chega a terminar a análise até o ponto de desvendar o desejo que motiva o sonho, somente indica a direção na qual ela deve seguir: o que o sonho queria dizer era da ordem de uma auto justificação, uma defesa de seus próprios direitos. Cito Freud: "O que o sonho significava era: "Apesar de tudo, eu sou o homem que escreveu o valioso e memorável artigo (sobre cocaína)...Posso me permitir fazer isso." (1:173).

Freud aponta para o fato de que várias vezes foi direcionado, pela análise, à sua conversa com o Dr. Königstein. Todas as cadeias de pensamento que se iniciavam no sonho desembocavam, de uma forma ou de

outra, em tal conversa: a questão sobre suas flores favoritas e as de sua esposa, sobre cocaína, sobre o embaraço de ser tratado por colegas médicos, sobre sua preferência pela leitura de monografias e sobre sua negligência por certos ramos do conhecimento tal como botânica. Isto mostra inicialmente que, se aparentemente o conteúdo manifesto relacionava-se com um único evento do dia anterior (a monografia que havia visto em uma vitrine, uma impressão indiferente), pela análise, pode-se perceber que outro fator teve um alto grau de importância psíquica: sua conversa com o Dr. Königstein.

Para explicar isso, retomaremos brevemente o que foi investigado sobre os conceitos de condensação e deslocamento, visando observar a forma como eles ocorrem no sonho descrito, dado que esses processos foram escolhidos para podermos alcançar nosso objetivo de estabelecer a relação entre força e sentido. Inicialmente, eles se revelaram, do ponto de vista da força, como fruto de alterações de investimentos. Cito Freud: "Quando considerávamos o trabalho da condensação nos sonhos, fomos levados a supor que as intensidades que se ligam às representações podem ser completamente transferidas pelo trabalho do sonho, de uma para outra." (1:543). Quanto ao deslocamento, podemos pensá-lo como um deslocamento de quantidade, onde "representações que tinham somente um fraca carga de investimento, tomam a carga de representações que estavam originalmente intensamente investidas..." (1:177). Certamente esses processos ocorrem de acordo com o funcionamento geral do aparelho psíquico, ou seja, com a busca constante de descarga para que a consciência seja atingida. Ela pode ser imediata,

de acordo com o princípio do prazer, ou controlada, inibida, de acordo com o Princípio da Realidade, e esses processos nada mais são do que tentativas de garantir tal descarga. Condensação, por acúmulo de investimento até que tenha sido atingida a quantidade suficiente para descarregar, retornando ao sistema perceptual, ou criando composições capazes de burlar a censura e deslocamento alterando os investimentos para conseguir da mesma forma não ser barrado pela censura.

Observados, agora sob o aspecto do sentido, deslocamento e condensação, no sonho analisado (utilizado por Freud justamente para ilustrá-los), revelam-se responsáveis pela transformações de pensamentos em outros que foram apresentados na forma do relato do sonho. O processo deslocamento, é considerado como o responsável pela relação entre o material recente e o material indiferente que vemos participar do sonho quando a análise é realizada, esta devendo revelar a verdadeira fonte psicologicamente significativa da vida da vigília, dado que a ênfase foi deslocada para um elemento indiferente. A conversa com o Dr. Königstein pode ser considerada como a experiência recente e significativa, enquanto a monografia na vitrine como a indiferente, sendo que "monografia botânica" foi escolhido para relacionar essas duas experiências. A princípio, a monografia na vitrine parecia ser carregada de uma forte intensidade psíquica, mas na realidade havia sofrido um deslocamento, pois a intensidade psíquica, na verdade, estava ligada à conversa de Freud a respeito de conflitos profissionais e dos seus hobbies.

Freud atenta ainda para a ocorrência de deslocamento de afetos ao qual já nos referimos. Na base dessa discussão, está a idéia de que afetos e representações não se constituem em "uma unidade orgânica indissolúvel...mas que essas duas entidades separadas podem estar meramente soldadas e podem ser portanto desligadas uma da outra pela análise." (1:461-2), o que possibilita a supressão de afetos. Como foi mencionado acima, o significado do sonho era um apelo apaixonado em nome de sua liberdade de ação como lhe parecesse mais adequada, para que pudesse governar sua vida do modo que lhe parecesse mais favorável a ele e somente a ele. No entanto esta ligação dava-se de forma totalmente indiferente como ficou demonstrado pelos conteúdos escolhidos para a sua expressão (1:467).

Nesse sentido, podemos relacionar alteração de sentido com alterações nas quantidades de investimentos. Um termo que sofreu deslocamento como "monografia botânica", teve sua ênfase alterada, e em termos energéticos, sofreu um investimento preferencial a custa dos restantes. Como dirá Freud: "...o trabalho do sonho faz uso de um deslocamento de intensidades psíquicas até o ponto de uma transvaluação de todos os valores psíquicos" (1:507). Ou seja, houve uma alteração de quantidades, mas simultaneamente, uma de ênfase psíquica - representações fracas tornaram-se dominantes.

Quanto ao processo de condensação, os elementos "monografia" e "botânica", mostraram-se possuidores de uma enorme quantidade dela, pois

ambos levam através da análise a conexões mais e mais profundas. "Monografia" representava o pesado custo de seus hobbies e sua preferência por esse tipo de publicação. "Botânica", por sua vez, representava suas flores favoritas, as de sua esposa, o encontro com Professor Gartner, à aparência florescente deste e de sua mulher, à sua paciente Flora, e à Frau L. sobre quem conta a anedota sobre as flores esquecidas. Daí há uma conexão com as flores favoritas de sua esposa e com a monografia que havia visto na vitrine. Relaciona-se também ao episódio da escola secundária e a seu exame de botânica. Sua conversa com o médico liga-se aqui, através da idéia de seus hobbies favoritos, à sua flor favorita (as alcachofras) que se vincula ainda a uma lembrança da infância, quando despetalava um livro como se fosse uma alcachofra. Por serem representados nos pensamentos dos sonhos várias vezes, ou seja, por serem sobredeterminados, são denominados, por Freud, pontos nodais. Portanto, podemos notar que ocorrem omissões de representações, de forma que o relato do sonho não será uma projeção ponto a ponto dos pensamentos do sonho, mas uma versão incompleta e fragmentada.

Podemos novamente relacionar alteração de sentido com alterações nas quantidades de investimentos, só que agora, não que se refere ao processo de condensação. Nesse sentido, um termo que sofreu condensação, como é o caso com "monografia", carrega em si uma pluralidade de sentidos, que, se tomada em termos energéticos, de acordo com a teoria freudiana, significa que o investimento de sua representação é o produto de uma soma de investimento. Nesse sentido vemos Freud afirmar: "A maior intensidade

é mostrada por aqueles elementos de um sonho em cuja formação a maior quantidade de condensação foi gasta." (1:330).

Podemos, assim, considerar que a teoria freudiana, ao se utilizar de termos ditos energéticos e termos ditos hermenêuticos, não implica que se trate de uma dicotomia, pois força e sentido exprimem uma mesma relação. Não há como explicar a alteração de sentido se não se fizer referência às alterações de investimentos. Estas, por sua vez, não podem ser assinaladas a não ser quando manifestadas por alterações de sentido.

Deslocamento, como vimos, é sempre, do ponto de vista semântico, uma alteração de ênfase psíquica, e do da força, uma de quantidades. Condensação, por sua vez, mostra-se sempre como pluralidade de sentido que é atribuída a determinados elementos, o que ocorre devido a soma de investimentos.

Para fortalecermos essa idéia, observaremos ainda, a forma como esses dois "trabalhos" atuam nos atos falhos e nos chistes. Devemos acreditar que as mesmas relações entre sentido e força aqui encontradas, também o sejam em PSICOPATOLOGIA DA VIDA COIDIANA e em O CHISTE E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE. Partimos, portanto, para a análise dessas duas obras nos capítulos que se seguem, tomando para cada uma, assim como foi realizado aqui, um exemplo para análise.

TERCEIRO CAPÍTULO

No início desta dissertação, fizemos referência a uma característica que consideramos poder ser notada especialmente em três obras freudianas, A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS, PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA, e em O CHISTE E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE: a utilização de uma aparente linguagem mista, que recorreria ao mesmo tempo a termos correlatos a uma hermenêutica e a uma energética. Realizamos então uma análise de A INTERPRETAÇÃO..., especialmente do capítulo VII, onde notamos uma sistematização das idéias e conceitos que se presentificavam em outros textos freudianos anteriores. Na busca de um alicerce para tais idéias, pudemos perceber que elas se auto fundamentam o que, ao final, parece ser a grande e intrigante conclusão sobre a psicanálise que se coloca para a epistemologia. Referimo-nos, aqui, especialmente ao aparelho psíquico desenvolvido e exposto por Freud em tal capítulo, que não possui precedentes em toda a literatura que concernia ao tema na época, pelo menos assim nos faz crer Freud.

Ora, se o aparelho psíquico se auto fundamenta, o conceito de interpretação, que afinal pretendemos analisar, termina por ser novo, ou seja, tem características que em nada se assemelham àquilo que, por exemplo, o consideram os hermenêutas, pura compreensão de um símbolo. Vamos mostrar que se trata do conceito de interpretação colocado frente ao aparelho psíquico.

Para estabelecermos a relação entre interpretação e aparelho psíquico, mais especificamente entre sentido e força, analisamos os conceitos de deslocamento e de condensação em A INIERPRETAÇÃO DOS SONHOS, recorrendo a um sonho específico para explicá-los de modo a mostrar que alterações de investimentos equivaliam sempre a alterações de sentido. Tal obra nos pareceu o melhor lugar para fazê-lo, devido justamente ao fato de ali ser apresentado o aparelho psíquico, o que permitiu oferecer descrições de tais processos, em termos dinâmicos e econômicos, e ainda, observar como tais processos são capazes de alterar os sentidos. Analisaremos agora PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA e O CHISTE E SUA RELAÇÃO COM O INCONSCIENTE visando igualmente observar tais alterações, sendo que, da mesma forma, tomaremos, inicialmente, um ato falho específico e sua análise, e posteriormente dois chistes, para nos auxiliar em nossa tarefa.

Podemos justificar a escolha de tais obras, se pensarmos que lapsos e chistes apresentam-se como manifestações de puro sentido, requerendo, portanto, interpretação. Não se trata, mais uma vez, de revelar um sentido através de uma chave fixa, mas sim por meio de uma dinâmica de forças descoberta durante a análise, e que deve ser exposta para que se possa encontrar o verdadeiro motivo da ocorrência de tais manifestações psíquicas. Isto pode ser feito se nos ativermos novamente aos conceitos anteriormente analisados: condensação e deslocamento.

A palavra motivo foi acima sublinhada, não sem razão. Uma das

características que mais se sobressai na teoria freudiana é a atribuição de significado, através da inserção de todas as manifestações do ser humano em cadeias psíquicas significativas, um esforço que Freud sempre procura realizar. Se pensarmos em sua obra como um todo, devemos imaginar que esse parece ser, afinal, o seu grande objetivo. Sonhos, sintomas, manifestações artísticas, recordações encobridoras, e ainda lapsos e chistes, não devem ser considerados como arbitrários. Há sempre um motivo em cada um deles que deve ser descoberto pela análise.

Já tivemos oportunidade de apontar para uma característica comum em vários livros freudianos: a apresentação da literatura relativa aos temas tratados em toda obra a que Freud tinha acesso na época. Isto ocorre, como expusemos no capítulo anterior, em A INTERPRETAÇÃO, em O CHISTE, e ainda em IDIEM E TÄBU. A escolha dos temas a serem apresentados de cada autor, não se dá ao acaso, trata-se sempre de levantar idéias para, ao final, mostrar que as suas são mais adequadas. Não somente os autores não consideram os fenômenos como determinados psíquicamente, algo ao qual Freud refere-se inúmeras vezes ao longo de seu texto, mas mesmo quando eles apontam para concepções com as quais concorda, não conseguem, no seu modo de ver, submetê-las a um todo conciso, conectá-las através de uma teoria propriamente dita, onde todas as manifestações psíquicas sejam explicadas organicamente, como fruto de um mesmo processo. Talvez isso não seja possível sem a concepção tópica, econômica e dinâmica, ou seja, sem a metapsicologia introduzida por Freud...

Se poucos daqueles que se dedicaram aos mesmos temas que Freud defenderam a concepção de um determinismo psíquico, os literatos de todas as épocas parecem ter-se dado conta dele. Não é nosso objetivo analisar a forma de exposição adotada por Freud em suas obras, trabalho que se mostraria deveras interessante. Mas há algumas características de tal estilo de escrita que não podem passar desapercibidas, e que merecem ser apontadas. Além da análise das obras que tratam dos mesmos fenômenos que lhe despertavam interesse, podemos perceber uma quantidade imensa de citações retiradas de obras propriamente literárias. Shakespeare parece ser o seu favorito, mas cita também, por exemplo, várias vezes Goethe, Schiller e outros. Tais fenômenos, diferentemente do modo como foram tratados pelas autoridades médicas, parecem ter sido sempre considerados como significativos por parte de literatos, pelo menos o uso que fazem deles mostra-se correto sob o ponto de vista de sempre revelarem uma motivação, de não serem considerados como arbitrários. Há um comentário interessante, em uma inserção datada de 1919, no nono capítulo de PSICOPAILOGIA..., na qual Freud fala da dificuldade de um psicanalista descobrir algo novo (no que se refere ao tema dos lapsos cotidianos) que não tenha sido do conhecimento de seus escritores (2:205).

Antes de passarmos para a análise de PSICOPAILOGIA..., para posteriormente analisarmos O_CASISIE..., há algumas considerações que devem ser tecidas e que se referem à estrutura das obras em questão. Já tivemos oportunidade de comentá-la quando analisamos A_INIERPREIAÇÃO..., na qual, no primeiro capítulo, Freud iniciava com um estudo da literatura sobre os

sonhos à qual tinha acesso, trabalho considerado por ele como "entediante". Nos capítulos posteriores, através das análises dos sonhos, retira as "concepções" sistematizadas no capítulo VII. Considerado como um todo, poderíamos retomar o livro e perceber que todos os sonhos eram explicados por aquela teoria de forma única.

Já em D...CHISIE...E...SUA...RELAÇÃO...COM...O...INCONSCIENTE publicado em 1905, percebemos uma estruturação semelhante a esta, mas bem distinta daquela encontrada em PSICOPATOLOGIA... Não há, no entanto, um capítulo "teórico" propriamente dito, assim como o capítulo VII. O livro foi dividido por Freud em uma parte analítica, uma sintética, e uma, terceira, teórica. Os exemplos somente são oferecidos no início do livro, e são utilizados para a investigação das técnicas que causam o efeito cômico e ainda para a análise que visa encontrar os motivos para a geração de prazer. Isto se dá nos dois primeiros capítulos que compõe a parte analítica, divisão apresentada pelo próprio autor. Já a segunda parte, apresentada como a sintética, visa encontrar os mecanismos das fontes de geração de prazer, identificados na parte I. A última, denominada teórica, visa estabelecer relações entre os chistes e os sonhos.

Mas interessa-nos, inicialmente, PSICOPATOLOGIA... e sua estruturação. Na versão original, o livro é composto de dez capítulos, e a partir de 1907 mais dois são adicionados. Uma primeira leitura nos faz duvidar da validade das concepções retiradas em cada lapso para os outros, pelo modo fragmentado como são apresentadas. Assim, é somente no capítulo

sobre o esquecimento de intenções e impressões que a idéia de agências estratificadas do aparato mental, já apresentada em A INTERPRETAÇÃO, é introduzida, ou seja, no sétimo capítulo (considero aqui a numeração dos capítulos da versão final do livro, e não da original, de 1901, para não serem criadas confusões desnecessárias). Freud não opta pela apresentação de um capítulo sintético, assim como faz nos outros livros, o que certamente facilitaria sua análise. Suas razões para tal procedimento não são explicitadas. Mas há uma observação presente no capítulo VIII do livro, que pode ser tomada como uma sugestão para a síntese. Ao apresentar a distinção entre atos falhos e ações sintomáticas, podemos ler: "...Mas nenhuma divisão nítida pode ser traçada entre elas, e somos realmente forçados a concluir que todas as divisões realizadas neste estudo não tem outro significado a não ser descritivo, e são contrários à unidade interna deste campo de fenômenos." (2:162). Cabe notar que não é a primeira vez que Freud se refere a uma distinção entre uma ordem expositiva e uma cronológica na ocorrência dos fenômenos. Em A INTERPRETAÇÃO também encontramos essa referência (1:576).

Podemos, portanto, tomar, a nível hipotético, a sugestão de que as idéias que vão surgindo a cada capítulo, devida à análise de cada lapso tratado em distintos capítulos, são válidas para todos os outros, para, ao final, quando as conhecermos todas, analisarmos se isso realmente se dá. Passemos então à exposição de PSICOPATOLOGIA DA VIDA COTIDIANA. Mais uma vez, devemos nos ater ao texto de 1901, no que se refere às idéias principais apresentadas e que tem relevância para o nosso trabalho. Cabe

notar que, da versão apresentada na língua inglesa com a qual trabalhamos, menos da metade do livro refere-se a 1901, sendo que o restante são inserções de 1904 a 1924 apresentadas nas edições posteriores à primeira. Como aponta o próprio Strachey (2:x), em quase todas as reedições foram adicionados novos parágrafos, aspecto no qual se assemelha tanto a A...INIERPREIAÇÃO..., como também já tivemos oportunidade de observar anteriormente. Mas, neste livro, elas não são muito relevantes, dado que a maioria delas trata somente de novos exemplos que foram surgindo, quando, não somente Freud, mas outros autores, perceberam a verdadeira relevância de tais processos mentais. O cerne da teoria já havia sido introduzido na versão inicial.

Freud inicia o livro tratando do esquecimento. O tema já havia sido explorado no PROJETO..., e, em 1898, em um texto denominado "O Mecanismo Psíquico do Esquecimento", e igualmente, em A...INIERPREIAÇÃO.... Certamente, iniciar pelo esquecimento justifica-se, dado que aparecerá em todas as manifestações que serão posteriormente apresentadas, mas ainda mais, pelo fato de, como afirmamos, a teoria sobre o inconsciente ser uma teoria sobre a memória. O que Freud parece querer deixar claro é que não se trata de considerar o esquecimento como um simples fenômeno devido à operação do tempo em nossa memória. Trata-se de considerá-lo como um processo psíquico complexo, significativo, e principalmente, como sendo motivado, que pode ser inserido em uma cadeia de processos mentais, todos eles, por sua vez, também significativos e determinados. Seu interesse inicial, no entanto, dá-se muito mais em

torno daquele tipo de esquecimento que ocorre com formação de substituto, ou seja, não se trata somente de esquecer, mas de lembrar algo, não exatamente o que se quer, mas algo que se sabe não ser correto. E, mais uma vez, Freud enfatiza, tal escolha de substituto não é arbitrária. Essa, como apontamos há pouco, é uma das maiores preocupações freudianas: derrubar o acaso no que se refere aos fenômenos psíquicos. Ao se referir ao esquecimento no início do capítulo VII de A INIEREREIACÃO, Freud fala do relato do sonho construído a partir da análise, trecho a trecho, durante a comunicação psicanalítica, garantindo, assim, sua capacidade de inseri-lo dentro de cadeias psíquicas significativas. Era ainda através da análise, do trabalho contra as resistências, que os conteúdos do esquecimento podiam ser recuperados. No momento em que os mecanismos causadores do esquecimento eram descobertos, trechos inteiros olvidados podiam ser recuperados. Essa idéia é novamente encontrada aqui, como veremos.

Ao dirigir seu interesse especificamente para o esquecimento com formação de substituto, Freud pretende introduzir, logo de início, o mecanismo psíquico por ele denominado deslocamento. Ele já foi apresentado em A INIEREREIACÃO DOS SONHOS.

Encontrarmos concepções descritas em tal livro é uma constante ao longo de toda essa obra e devemos suspeitar que haja um bom motivo para isso. Os estudiosos de Freud apontam constantemente para alguns textos freudianos classificando-os de teóricos. É o caso do famoso capítulo VII

de 1900. Posteriormente, indicam IRÊS...ENSAIOS...SOBRE...A...SEXUALIDADE, publicado em 1905, no mesmo ano em que O...CHISIE... e o caso Dora. Novos textos, assim considerados teóricos, aparecem apenas em 1915: os textos metapsicológicos. Não pretendemos discutir o estatuto de outras obras que não são assim denominadas, ou ainda pensar se elas são ou não aplicações. Mas, certamente, devemos esperar que textos escritos e publicados entre tais marcos teóricos, pautem-se nas teorias neles desenvolvidas. Por esse motivo, considero que devemos reconhecer tanto PSICOPATOLOGIA... como O...CHISIE..., por terem sido publicados um ano após A...INTERPRETAÇÃO...DOS SONHOS, como baseados teoricamente nesta. Parece lícito supor que o próprio Freud tinha em mente a teoria exposta sobre os sonhos ao pesquisar os lapsos, o que nos permite tentar uma aproximação entre os dois textos de forma não problemática. Freud já sabia o que desejava atingir quando se dispôs a estudar os lapsos. Nesse sentido, poderemos, mais adiante, durante a análise de "aliquis", nos referir às idéias contidas em A...INTERPRETAÇÃO... Mas isto é ainda mais claro, como veremos em O...CHISIE.... Neste, Freud até mesmo se exime de apresentar a discussão em torno sobre a esfera da força, remetendo o leitor diretamente para a A...INTERPRETAÇÃO..., onde diz já ter realizado as investigações devidas:

Mas porque afinal uma psicopatologia da vida cotidiana, sendo que os pacientes neuróticos ocupavam a maior parte do seu tempo? A justificativa para tal interesse não parece ser difícil de ser oferecida. Ao tomar os exemplos de atos falhos de seus pacientes neuróticos, Freud poderia estar incorrendo em uma grave falta, e sofrer a crítica de estar

confundindo sintomas neuróticos com atos falhos normais, ou seja, de estar "misturando" conclusões de campos distintos. Freud passa, então, a procurar os mesmos fenômenos nas pessoas livres de neuroses. Se sua intenção era realmente a de construir uma teoria do aparelho psíquico, teoria que deveria explicar todas as manifestações psíquicas, normais ou patológicas, desde os sonhos até a histeria, nada mais apropriado do que considerar as ocorrências cotidianas, praticadas, afinal, por todas as pessoas. Vimos, ainda, que o sonho apresentava ao mesmo tempo características encontradas na vigília e outras que, como diz Freud, não podem mais ser consideradas como advindas de processos psíquicos normais, e sim de estruturas psicopatológicas, tais como os próprios processos de condensação e deslocamento. Inclusive, desde então, Freud já reconhecia tais características nos chistes e nos atos falhos (1:596 ss.). Ou seja, inicialmente, ele mostra que sonho e sintoma estão estruturados da mesma forma, para poder estabelecer a mesma identidade entre ato falho e sintoma por estarem sujeitos aos mesmos mecanismos e formações de compromissos característicos de conflitos de forças psíquicas. A ligação, portanto, que permitirá construir a identidade entre sonho e ato falho é feita a partir da noção de sintoma.

O que Freud quer no fim das contas demonstrar, nos dois livros, não é somente a não arbitrariedade das manifestações psíquicas, mas também, que a forma delas é devida aos mesmos processos presentes nos sonhos. Em A INTERPRETAÇÃO DO SONHO, Freud elucidou o que denominou trabalho do sonho, mecanismos que atuavam sobre representações, sobre o conteúdo

latente, para produzirem o chamado conteúdo manifesto, aquilo de que se é capaz de lembrar sobre o sonho ao acordar. Em O CHISTE, paralelamente, Freud expõe o "trabalho do chiste", mecanismos de alteração, substituição e outros, que tornam as representações e as palavras capazes de gerar prazer, e portanto, de provocar uma descarga, de fazer rir.

Em PSICOPATOLOGIA não há uma denominação para tal "trabalho", mas estão presentes os mesmos mecanismos. São eles que nos interessam, e, após introduzi-los, lançaremos mão de um exemplo de lapso, retirado do livro.

Escolhemos a análise, feita por Freud, sobre o lapso indexado na obra como "allquis" (2:9-14). Através dele, poderemos estudar a forma como operam esses dois mecanismos. Durante sua apresentação, recuperaremos de forma resumida, para melhor compreendê-lo, o que foi dito sobre os dois processos em PSICOPATOLOGIA e em A INTERPRETAÇÃO. Assim poderemos avançar ainda mais na investigação do conceito de interpretação nas obras freudianas aqui tratadas.

Iniciaremos com a investigação do conceito de deslocamento, assim como o faz o próprio Freud, respeitando dessa forma, a sua ordem de apresentação. Ele é o mesmo que o exposto no segundo capítulo desta dissertação, no que se referia ao sonhos, ou seja, trata-se de um deslocamento do valor psíquico de uma dada representação. Para

descrevê-lo, Freud parte do esquecimento com ou sem formação de substituto, o que aparece nos primeiros dois capítulos. Serão sempre considerados como motivados e tendenciosos, ambos fruto de uma motivação de caráter repressivo. Sempre ocorre é que uma representação reprimida que provoca o esquecimento. Há uma representação alheia, ao assunto tratado, que vem atuar no sentido de provocar o esquecimento de outra de menor valor psíquico, devido à ocorrência de um deslocamento de valor psíquico entre elas. Isto pode se dar ou por uma associação externa entre os temas, ou por uma interna, o que, neste caso, termina por acarretar uma aparência de artificialidade. Esta distinção pode ser observada se o presente exemplo for comparado com aquele descrito no primeiro capítulo, onde Freud tenta se lembrar do nome Signorelli e somente lhe vêm à mente Boltraffio e Boticelli. Aqui, o esquecimento estava associado ao diálogo, a um tópico que havia sido tratado anteriormente e propositalmente abandonado, ou seja, havia contigüidade no tempo entre o que se queria esquecer e o que foi esquecido, usando as palavras do próprio autor. Em "aliquis", o tema que levou ao esquecimento estava diretamente ligado ao assunto em discussão na hora em que ocorre o lapsos, mas não de forma clara, como veremos. Tratava-se de uma contradição interna, o que terminou por acarretar uma aparência de artificialidade, da mesma forma como vimos ocorrer com os sonhos.

Há aqui (como em todos os outros casos) um deslocamento do valor psíquico de uma dada representação. No caso do esquecimento e formação de substituto, o deslocamento opera da seguinte forma: algo que não deveria

ser esquecido, o é, e aquilo que foi esquecido, aparentemente, não tem motivo de sê-lo. Mas o que Freud parece querer enfatizar, dado que aparece em negrito, é a questão da intencionalidade. Ou seja, esquece-se algo que recebeu um deslocamento de valor psíquico por parte do reprimido, e que não se queria esquecer, enquanto o reprimido é o que intencionalmente deveria ser esquecido. É sempre uma representação ou cadeia associativa que, se servindo de mecanismos apropriados, consegue recuperar o reprimido e manifestá-lo, muitas vezes, por meio de outros elementos, os quais aparentemente em nada se relacionam com aquele.

O deslocamento é apontado ainda como responsável pelas chamadas recordações encobridoras, objeto de estudo do capítulo IV.¹ Enquanto no caso do esquecimento dos nomes próprios tratava-se de esquecimento propriamente dito, aqui são casos de relações errôneas de recordações. Podem ocorrer em três formas: substituindo-se uma memória antiga por uma recente, ou vice-versa, ou ainda por uma relação de contigüidade temporal. Tais distinções, acredita Freud, não se mostram relevantes,

¹Tanto o capítulo III quanto o XI não serão tratados por uma questão de coerência, pois ambos foram adicionados em 1907, e como adotamos um critério para o livro sobre os sonhos, acreditamos que devemos nos ater a ele, mesmo que não representem muitas modificações em relação ao texto de 1901.

pois, o que realmente interessa é mostrar que em qualquer caso há deslocamento e que este tem sempre um caráter tendencioso. Freud é explícito: apesar da análise poder recuperar tais memórias substituídas, elas são sempre fruto de uma resistência que as previne de serem representadas. Há sempre um propósito que favorece uma em detrimento de outra recordação.

Este esquema poderá ser considerado como a chave para a compreensão dos fenômenos tratados neste livro. Trata-se sempre de uma representação ou de uma cadeia associativa que, servindo-se de mecanismos apropriados, consegue recuperar o reprimido e manifestá-lo, muitas vezes, por meio de outros elementos, os quais aparentemente em nada se relacionam àquele, ou ainda, como poderemos perceber adiante, acaba por manifestar-se quando não se suspeitava que iria (como é o caso com as auto-traições).

O ponto de vista dinâmico e econômico estão presentes nos capítulos quinto e sexto. Deve-se ter em mente, inicialmente, que toda forma de esquecimento, como apresentado no sétimo capítulo, ocorre para que não seja liberado desprazer a partir da lembrança esquecida. Em todos os casos, há uma escolha intencional daquilo que vai ser olvidado, sempre com a meta de evitar o desprazer.

Mas são principalmente os chamados determinantes psíquicos que servem de indicadores da concepção dinâmica freudiana. São relacionados um ao outro, ou melhor, são tomados como dois modos de operação do mesmo

processo. "O que ocorre", diz Freud, "é que com o relaxamento da atenção inibitória - ou em termos ainda mais apropriados, como seu resultado - a cadeia não inibida de associações entra em ação." (2:61).

Pode-se sempre encontrar um conteúdo mais profundo, conteúdo que certamente só pode ser representado devido a esse jogo de inibição e de não inibição, graças à necessidade de representações inconscientes serem operantes. São tais representações que Freud tenta encontrar em cada um dos exemplos apresentados. Os motivos podem ser de vários tipos, mas guardam, no entanto, algumas características em comum: são normalmente situações de auto-crítica e de oposição interna, podendo revelar ainda uma identificação ou um desejo.

Manifeste-se como fôr, o que Freud quer em suma dizer, e o que faz quando analisa lapsos de escrita e de leitura no sexto capítulo, é deixar claro que estamos sempre diante de uma cadeia associativa alheia às representações em questão que busca ser manifestada. Trata-se de distúrbios de atenção provocados por cadeias associativas.

O conceito de condensação, por sua vez, é introduzido no quinto capítulo, que trata dos chamados lapsos de linguagem. Mais uma vez, podemos realizar, por meio de tal mecanismo, a aproximação entre sintoma, sonho e ato falho.

O longo e entediante tratamento dispensado aos autores que

tratavam dos sonhos aos quais Freud se refere em A INIER2REIACÇD..., não é realizado nesta obra. Somente dois autores (mas um só estudo) são citados: Meringer e C. Mayer, em "Slips in Speaking and Reading". Consideravam, estes, que tais lapsos poderiam ser explicados em termos das sonoridades das palavras, tanto que realizam uma classificação em termos das diferentes relações que encontraram entre elas (transposições, contaminações, substituições, etc.). Apresentam, ainda, uma teoria que se relaciona ao que eles chamam de valências das palavras, as maiores cabendo às partes das palavras que seriam inicialmente recordadas. Freud rejeita totalmente tal concepção, mas certos lapsos que não puderam ser explicados dessa forma conduziram-nos a uma idéia que muito se aproxima da concepção freudiana. Consideram que há casos em que: "...deve-se obter uma clara noção de tudo o que estava no pensamento do falante..." (2:57). Deve-se observar, dizem eles, as "imagens flutuantes" da fala. Trata-se certamente de representações, e, cumpre recordar que a técnica exposta por Freud, no segundo capítulo, assinala que se deve dizer sem censura tudo o que vier à mente. Mas isso ele já sabia há algum tempo. A referência a outros autores pode ser pensada, mais uma vez, como uma corroboração.

Outro autor citado, é de extrema importância: Wundt. Certamente os lapsos não suscitavam o mesmo interesse que os sonhos, e as obras sobre tal tema, às quais Freud se refere, são em número bem menor do que no caso daqueles. Mas a leitura dessas poucas obras é ainda mais direcionada. As idéias, analisadas por Freud de outros autores, são claramente bem próximas das suas. É o caso, por exemplo, da explicação de Wundt para o

processo de condensação. O fenômeno ocorre, de acordo com ele, devido à existência de dois determinantes na produção de certas influências psíquicas. Um deles, considerado como positivo, ocorre na forma de um fluxo não inibitório de associações de sons e de palavras. O outro, negativo, inibitório, controla a atenção sobre tal corrente. Wundt refere-se ainda a uma complicação de causas, de motivos, que podem juntamente com tais determinantes psíquicos positivos e negativos, estabelecer o mecanismo, que será utilizado para tal "tração". Freud considera tais observações muito instrutivas. Certamente o são, pois aproximam-se muito da teoria presente em A INTERPRETAÇÃO..., e, dessa forma, garantem, novamente, a possibilidade de sua corroboração. O que ocorre, por exemplo, com conceito de sobre-determinação, visto que o "princípio de complicação de causas" pode ser lido como a idéia sempre presente na teoria freudiana, de que várias causas podem concorrer na formação de um mesmo "sintoma", ou seja, que há sobredeterminação nos fenômenos psíquicos, como foi várias vezes apontado por Freud em suas interpretações dos sonhos.

Freud considera que os mecanismos verbais, encontrados nas análises dos lapsos de linguagem, são o indício de um trabalho por ele denominado CONDENSAÇÃO, apresentado no livro sobre os sonhos, onde qualquer similaridade, entre coisas ou suas representações, era motivo para a formação de uma terceira forma, que continha as duas anteriores (ou várias). É, portanto, através de uma sugestão de Wundt que Freud pode expor o aspecto dinâmico que considera existir nesses fenômenos assim como

em todas as manifestações psíquicas. Ele o faz tomando, especialmente, como base os casos em que os mecanismos fazem com que se diga algo que não se quer, algo que se pretende esconder, e que termina por ser revelado, como se fosse fruto de uma "auto-traição".

Mesmo que o autor não se utilize aqui das expressões usadas em A...INIERPREIAÇÃO..., tais como censura, resistência e outras de cunho dinâmico, podemos prontamente reconhecer a semelhança entre os dois processos, ou seja, entre a dinâmica do sonho e a do lapso. Durante a vigília, dado que os órgãos dos sentidos requerem o tempo inteiro que a atenção fique direcionada para eles, a atenção inibitória, não é possível a ocorrência de regressão (tratada por nós nas páginas 113 ss.). Quando o fluxo recebido do exterior cessa por oclusão das vias sensoriais de acesso, um outro entra em operação, advindo do inconsciente. Dessa forma, dada a presença de regressão, alucina-se. Do mesmo modo aqui, mas obviamente sem alucinação, um pensamento não inibido entra em funcionamento com que seja revelado algo que não deveria sê-lo.

Neste mesmo capítulo, Freud oferece mais de trinta exemplos de tais lapsos de linguagem, e somente uma minoria deles, segundo ele, apresenta relações sonoras puras como motivadoras. Pode-se sempre encontrar um conteúdo mais profundo, conteúdo que, certamente, só pode ser representado graças a esse jogo de inibição e de não inibição, graças à necessidade das representações inconscientes serem operantes. São tais representações que Freud tenta descobrir em cada um dos exemplos

apresentados. Os motivos para sua ocorrência, podem ser de vários tipos, pois afinal, como o próprio Meringer havia notado; deve-se levar em consideração tudo o que se passa na mente de quem fala. Guardam, no entanto, algumas características em comum: são normalmente casos de auto-crítica e de oposição interna, podendo revelar ainda uma identificação ou um desejo.

Manifeste-se como fôr, o que Freud em suma quer dizer, e o que faz quando analisa lapsos de escrita e de leitura no capítulo seguinte, é que se sempre há uma cadeia associativa, alienada às representações em questão, que busca ser manifestada. Não se trata, nesse sentido, ele acredita, de algo a respeito do direcionamento, adequado ou não, da atenção. Ela tem sua operação guiada para aquilo que se fala, e muitas vezes nem ao menos se dá conta de foi cometido um lapso. Ocorrem, na verdade, distúrbios da atenção provocados pelas cadeias associativas. Para tornar tal idéia mais clara, Freud refere-se às leituras realizadas em voz alta, onde normalmente o leitor dirige sua atenção para seus próprios pensamentos, sendo constantemente incapaz de fazer um relato sobre sua leitura. Nesses casos não se constata um aumento dos erros de leitura, o que contradiz uma concepção apresentada por Mundi de que os lapsos de escrita são mais freqüentes que os de leitura, pois deve-se dirigir a atenção também para os movimentos da mão.

Depois de apresentados os mecanismos do esquecimento, e o aspecto dinâmico do funcionamento das duas forças opostas responsáveis pelas

manifestações psíquicas, aqui tratadas, Freud remete-nos àquele que é o grande princípio regulador dos mecanismos psíquicos: o evitar o desprazer. Quando acompanhamos o desenvolvimento do aparelho psíquico, presente no capítulo VII, podemos constatar o desprazer como o grande responsável por uma nova estruturação do aparelho psíquico. Para não alucinar e, portanto, não manter o desprazer, o aparelho teve que aprender a esperar o momento propício para a descarga. Aprendeu a suportar pequenas quantidades, para aguardar o sinal adequado do mundo exterior, e não descarregar a partir do sinal de recordação da percepção desejada. O aparelho evoluiu, e o fator principal foi a tentativa de se furtar ao desprazer. Mais uma vez ela se mostra central. Toda forma de esquecimento ocorre para que não haja desprazer a partir da recordação que se esqueceu. Há, em todos os casos, uma escolha intencional (não devemos aqui confundir de forma alguma intencional com voluntário ou consciente, devemos tomá-lo no sentido de ato psíquico intencionado, como estudamos no texto de Widlöcher) daquilo que vai ser esquecido, operada por meio dos mecanismos já descritos e apresentados como deslocamento e condensação.

A exposição de tal concepção é feita no sétimo capítulo, onde Freud ocupa-se do esquecimento de impressões e de experiências, ou seja, de conhecimento, e ainda, do esquecimento de intenções, da omissão da realização de algo a que se propõe o sujeito em algum momento. Em ambos os casos, no entanto, busca-se sempre a motivação para tais esquecimentos, que estão na base de sua tentativa de explicá-los, tomados como psicologicamente determinados, como ocorrem até agora com todas as

manifestações psíquicas estudadas.

Ápura-se cada vez mais o ponto de vista dinâmico. No mesmo capítulo, Freud refere-se à estratificação do aparelho mental, composto por diferentes agências com funções igualmente distintas. Pode-se pensar da seguinte maneira: uma das agências tem como função a defesa e a outra a inibição. É no jogo entre as duas que se dá a manifestação psíquica. Sistema estratificado que foi devidamente tratado quando analisamos o capítulo VII de Á INTERPRETAÇÃO.... Freud não expõe aqui esse aparelho, mas visa elucidar aquilo que foi denominado de processo dinâmico. Nesse sentido, o esquecimento ocorre por um processo defensivo e manifesta-se por meio de uma associação a outra representação, a que se esquece, normalmente algo menos importante. Essa concepção aproxima-se muito da relação entre o desejo do inconsciente, motivador do sonho, e as impressões diurnas que servem de veículo para as ocorrências de tais desejos. Prestam-se a esse papel justamente por serem menos importante, ou ainda não associadas, e, portanto, menos ou nada sujeitas à censura. Nem sempre, diz Freud, consegue-se esquecer o que se deseja, e é aí que a agência defensiva, para evitar o desprazer, faz com que algo menos importante seja esquecido, mesmo que seja à revelia da agência inibitória. Esta parece ser a responsável pelo nosso comportamento consciente. O que Freud parece assinalar são casos de conflito entre o que se deve fazer e o que realmente se quer. O que se manifesta única e exclusivamente devido à operação do deslocamento de valor psíquico, presente em todos os casos de esquecimento.

O papel do esquecimento de intenções é ainda mais importante por ser aquele em que mais facilmente se pode mostrar a irrelevância da atuação no esquecimento. Os exemplos, apresentados por Freud, são todos exemplos onde o sujeito responsável pelo esquecimento da intenção está o tempo todo com a atenção voltada para a necessidade da realização desta, e mesmo assim, ela termina por não ocorrer. Faz-se necessário, então, que se busquem os motivos de tal não realização em outra esfera do que aquela da intencionalidade propriamente dita, ou seja, em termos de uma intencionalidade consciente. Será a contra-vontade inconsciente, que poderá explicar o esquecimento. Mesmo que o sujeito considere que deva levar a cabo a ação à qual se determinou, uma contra-vontade não o permite. A intencionalidade é o critério de distinção entre os chamados atos falhos e as ações sintomáticas, que Freud introduz no capítulo seguinte. Mas, como diz Freud, estas distinções apresentam-se demasiadamente imprecisas. Ainda mais, o autor considera que, em vários casos, alguns exemplos, tratados em determinados capítulos poderiam ter aparecido em outros. Isto é justificado pela equivalência entre os atos falhos, apontada pelo autor no décimo capítulo (2:222).

Podemos partir agora para o estudo de "aliquis". Seu valor, de acordo com Freud, deve-se ao fato de não ser cometido por ele próprio, e sim por outrem, por uma pessoa livre de neuroses. Já tivemos oportunidade de comentar o problema encontrado, por Freud, nas análises de manifestações ocorridas com ele mesmo, quando estudamos seus sonhos, e ainda sobre o inconveniente de tomar, como exemplo, as manifestações de

seus pacientes neuróticos.

O exemplo, apresentado no segundo capítulo, trata do esquecimento de palavras estrangeiras. Freud conta que, ao reencontrar um conhecido seu em uma viagem, descobre que este jovem tinha conhecimento de suas idéias. Antes que o jovem cometa o lapso, os dois conversam sobre o estatuto social de sua raça (devemos acreditar que ambos eram judeus), e que devido a sua ambição, o jovem sentia que sua geração estava fadada à atrofia, o que não o permitiria desenvolver seu talento e satisfazer suas necessidades. Ao terminar sua apaixonada fala, erra ao fazer uma citação retirada da Eneida de Virgílio. Ao invés de dizer "Exoriar(e) ALIQUIS nostris ex ossibus ultor." diz "Exoriar(e) ex nostris ossibus ultor." (Que alguém (aliquis) se levante de meus ossos como um vingador!). Percebe que algo está errado e pede a Freud que a repita na forma correta e encontre os motivos que o levaram a cometer o erro. Este lhe diz que, para tanto, ele deve dizer tudo o que lhe vier a mente de forma não crítica, sem qualquer objetivo definido, somente dirigindo sua atenção para a palavra esquecida. O procedimento é tomado como condição para que a análise possa ser realizada, tanto que o próprio Freud, em nota de rodapé, nos dirige para a A...INIERPREIAÇÃO..., observando que ele é o método geral para introdução de elementos representacionais escondidos da consciência (2:9).

A primeira idéia que ocorre ao jovem é a de dividir a palavra aliquis em a e em liquis. Não sendo ainda suficiente, Freud

pergunta o que pensa em seguida. Surgem-lhe as palavras Relíquias, liquifazer, fluidez, fluido. Pensa, então, sobre Simão de Trento cujas relíquias havia visto dois anos antes, em Trento, sobre uma acusação aos judeus, que ocorria, na época, a respeito da realização de sacrifícios de sangue e sobre o livro de Kleinpaul, no qual ele dizia que as vítimas eram encarnação do Salvador. A isto, Freud assinala que não se distancia muito do tema sobre o qual conversavam antes da ocorrência do lapso. O amigo recorda-se, então, do que Santo Agostinho dizia sobre as mulheres e lembra-se de um senhor que conheceu, na semana anterior, de nome Benedito, e que possuía uma aparência muito original. Freud observa então que se formou uma lista de santos e de patriarcas da igreja: São Simão, Santo Agostinho e São Benedito. Possivelmente, diz Freud, Orígenes também era um deles, e três desses nomes são nomes próprios, assim como Paul de Kleinpaul.

Podemos, desde já, observar as cadeias associativas que se formam e que indicam a presença de condensação, assim como vimos no sonho da Monografia Botânica. Quando tal mecanismo foi identificado, através da observação de alterações de sentido, do fato de várias palavras estarem no lugar de uma única, relacionamos isso com alterações de investimentos, pois, sob o ponto de vista econômico, vimos que condensação, utilizando as palavras do próprio Freud, significa que: "...as intensidades que se ligam às representações podem ser completamente transferidas pelo trabalho do sonho, de uma para outra." (1:543). Condensação como é apresentada aqui, se refere ao jogo de inibição e de não inibição, diferente da sua

manifestação nos sonhos. Ali, a condensação é realizada para que haja regressão, mas não há regressão aqui. A condensação serve, agora, ao propósito de burlar a censura, e termina sendo fruto de intervenções de outras cadeias de pensamentos naquela para a qual a atenção está dirigida. Mas devemos acreditar que as concepções encontradas em A INIERPREIAÇÃO... continuem válidas.

Novas cadeias vão se formando na continuação da análise. A seguir, o jovem lembra-se, de São Januário e do milagre de seu sangue que liquifaz, em um dado dia, quando deixado na igreja de Nápoles. Freud atenta para o fato de São Januário e Santo Agostinho relacionarem-se com o calendário. O jovem fala ainda de um episódio histórico que se refere à esperança de que o sangue liquidificasse na época em que a cidade estava sob ocupação francesa.

Nesse ponto, ocorre-lhe uma idéia, mas ele prefere não dizê-la por ser de cunho extremamente pessoal. A idéia, aliás advinhada por Freud, permitirá concluir a análise de forma a expor os verdadeiros motivos do esquecimento (podemos pensar que se trata de uma resistência): o jovem esperava a notícia de se uma moça italiana, com a qual havia ido a Nápoles, estava, ou não, grávida.

Freud comenta:

"Pense nos santos do calendário, no sangue que começa a fluir em um dia particular, no distúrbio quando o evento deixa de ocorrer, nas ameaças para que o milagre seja realizado, ou mais... Na realidade, você fez uso do milagre de São Januário para realizar uma brilhante alusão aos períodos das mulheres... Você somente deve lembrar-se da divisão que você fez entre a-liquis, e suas associações: relíquias, liquifazer, fluido. São Simão foi sacrificado quando criança..."

(2:11).

Freud continua a análise em uma nota. Um de seus objetivos, ao apresentar esse exemplo, era mostrar a indiferença entre a formação, ou não, de palavras substitutas nos casos de esquecimentos. Ele é apresentado no segundo capítulo do livro que trata do esquecimento de palavras estrangeiras. No primeiro capítulo, que se refere ao esquecimento de nomes próprios, ele havia relatado um lapso cometido por ele mesmo no qual a formação de palavra substituta era clara (trata-se aqui do exemplo onde Boticelli e Boltraffio vem à sua mente no lugar de Signorelli (2:2-7)). Inicialmente, ele assinala que enquanto no primeiro exemplo ocorria formação de palavra substituta, no segundo, o mesmo não se dava. É exatamente na nota que encontramos a afirmação, após o relato de outra parte da análise, de que, aqui, também ocorreu formação

de substituto. Ao perguntar ao seu companheiro de viagem se não lhe veio qualquer palavra substituta à mente, este dirá que pensou em introduzir ab na citação errônea. Freud observa que deve ser decorrente da divisão em a e em liquis formando nostris ab ossibus. A palavra exoriare ocorria com peculiar claridade e obstinação ao jovem. Freud lhe pede que associe a partir dessa palavra e ele produz exorcismo. Freud acredita que ela possa, então, ser considerada como substituta.

Podemos desde já apontar a formação de palavras substitutas como o primeiro caso de deslocamento encontrado na análise do lapso. O processo é nítido. A palavra aliquis foi esquecida sendo que o desejo daquele que cometeu o ato era o de esquecer a idéia da possibilidade de tornar-se pai. Esta era a representação reprimida que foi intencionalmente esquecida, utilizando-se, para tanto, de uma de menor valor psíquico.

Por conseguinte, podemos considerar o que foi dito sobre deslocamentos enquanto deslocamento de intensidades psíquicas. Houve um deslocamento de intensidades entre a representação que se referia a sua preocupação com a gravidez indesejada para aliquis, o mesmo ocorrendo entre exoriare e exorcisar. Este deslocamento manifesta-se em forma de esquecimento, pois a representação da gravidez indesejada era forte, enquanto a representação de "aliquis", por não possuir um grande investimento, foi esquecida. Ou seja, sobre o ponto de vista dinâmico, podemos reconhecer que, aqui, se estabelece um conflito de representações,

entre uma representação de cunho sexual e outra, a esquecida.

Podemos, portanto, equacionar, assim como fizemos no capítulo anterior com o exemplo retirado de A INIERREIACÃO, deslocamento de investimentos, pertencente à esfera da força, com transvaluação de valores psíquicos, pertencente à esfera do sentido.

O mesmo pode ser mostrado em relação ao mecanismo de condensação, muito comum na produção do conteúdo manifesto de sonhos, como estudamos antes.

No lapso em estudo ocorrem vários casos de condensação. Da mesma forma como no sonho escolhido para análise, o sonho da monografia botânica, as cadeias formam-se a partir de um termo. Naquele caso, havia um grupo derivado de "monografia" e outro derivado de "botânica". Aqui a partir de liquis forma-se o grupo composto por relíquias, liquifazer, fluidez, fluido, os nomes dos santos. "liquis" é o termo para o qual todas essas representações convergem.

Do ponto de vista econômico, podemos retomar as concepções encontradas em A INIERREIACÃO. Estudamos que as condensações se davam devido ao fato de várias representações investirem uma única representação. Ou seja, algumas representações eram intensamente investidas (o que permitia o seu acesso à consciência), e assim carregavam uma multiplicidade de sentido. Podemos pensar que o mesmo se manifesta no

caso de presente lapso. Líquid' recebeu o investimento de todas as representações relíquias, liquifazer, fluir, etc..., e nesse sentido está no lugar de todas elas. Ela passa a ter um sentido múltiplo que só pode ser descoberto pelo trabalho de análise, isto é, mais uma vez, a pluraridade de sentido é equivalente à soma de investimentos.

Deixamos uma questão pendente: se as afirmações dadas independentemente em cada capítulo poderiam ser consideradas como válidas para todos os tipos de atos falhos. Talvez já possamos respondê-la. Considerando que nos sentimos autorizados a concluir que havia uma identidade estrutural entre sonhos e atos falhos, e que encontramos os mesmos mecanismos operando tanto em um como em outro, podendo todos ser explicados como efeitos de mecanismos dinâmicos, podemos considerar que a hipótese está confirmada. Devemos acreditar que há realmente uma equivalência entre os atos falhos, como afirma Freud.

Antes de passar para a análise do livro sobre os chistes, há uma observação freudiana que merece ser pensada.

No início, na segunda página de PSICOANÁLISE..., Freud, ao referir-se ao esquecimento de nomes próprios, diz que ele não é deixado à escolha psíquica arbitrária, pois, pode ser previsto e se conforma a leis. A declaração realmente causa espanto, pois fica a dúvida se Freud ainda acreditava na possibilidade de construir uma teoria capaz de realizar predições. O abandono do PROJETO... sempre pareceu um passo definitivo no

sentido do abandono de tal esperança, que, aliás, nem lá se encontra realizada. Ainda mais, por todas as dificuldades encontradas por Freud nas análises realizadas em A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS, especialmente no que se refere à sobredeterminação, devemos crer que Freud deveria ter abandonado a idéia da possibilidade da construção de uma teoria capaz de realizar predições, especialmente no nível em que é apresentado aqui, da predição de um substituto para o esquecido. Não podemos supor qualquer inocência por parte dele dado que sempre se mostrou muito astuto, algo revelado, por exemplo, nas leituras que realiza das obras de outros escritores sobre os temas que estudou, e ainda, pela forma de apresentação de seus textos, um capítulo à parte na filosofia da psicanálise. A frase freudiana certamente é intencionada.

Dado que fomos levados a acreditar que Freud operava uma identificação entre sonho e sintoma, e, posteriormente, entre ato falho e sintoma para estendê-la a sonho e ato falho, sentimo-nos autorizados a tomar algumas observações, encontradas no sexto capítulo de A INTERPRETAÇÃO DOS SONHOS, para podermos esclarecer esta aparente contradição.

O capítulo citado denomina-se "Trabalho do Sonho", e como vimos anteriormente, confronta as concepções encontradas durante as análises, quando pensadas a partir da distinção entre conteúdo manifesto e latente. É justamente aqui que Freud trata de condensação, deslocamento, figurabilidade, simbolização...

Cito Freud:

"Os pensamentos dos sonhos e o conteúdo dos sonhos são apresentados como duas versões do mesmo tema em duas linguagens diferentes. Ou, de forma mais apropriada, o conteúdo do sonho parece-se com a transcrição dos pensamentos dos sonhos em outro modo de expressão, cujas características e leis sintáticas é nosso intuito descobrir, comparando o original e a transcrição. Os pensamentos dos sonhos são imediatamente compreensíveis, assim que os apreendemos. O conteúdo do sonho, por outro lado, é expresso de forma pictográfica, cujas características devem ser transpostas individualmente na linguagem dos pensamentos dos sonhos. Se tentássemos ler estas características de acordo com seu valor pictórico ao invés de fazê-lo por suas relações simbólicas, seríamos certamente induzidos a erros."

(1:277).

Podemos, portanto, considerar que Freud, quando fala de tais leis sintáticas, está se referindo aos processos de deslocamento e condensação. Se assim fôr, podemos, com Widlöcher, entender que a

predição da qual fala, é dada depois da descoberta de tais leis sintáticas, ou seja, trata-se de retrodição. Dissipa-se, assim, esse possível absurdo aparente.

Essas leis serão novamente as escolhidas para a investigação, no caso de O CHISTE..., obra à qual nos dedicaremos a partir de agora.

Por motivos explicitados acima (p.158), consideramos lícito supor A INIERREIÇÃO... como um marco teórico de um período de investigação no qual incluímos não somente PSICOPATOLOGIA..., como também O CHISTE... Mas a forma a última é escrita nos dá um motivo mais forte ainda para acreditarmos nisso. Freud não se referia tão explicitamente aos sonhos para relacioná-los aos atos falhos como faz aqui. Nestes, a preocupação freudiana parece ser, o tempo todo, a de aproximar os dois processos psíquicos, tanto que, após a análise dos chistes, nas quais "descobre" os mecanismos que neles operam, Freud dedicará um capítulo só para a investigação da relação entre sonho e chiste. Pretende mostrar que os mesmos mecanismos que operavam nos sonhos (bem como nos atos falhos) também são responsáveis pela produção de chistes: deslocamento e condensação. Mas, poderemos verificar que o aspecto da força está quase que totalmente ausente. Encontramos termos referentes à essa esfera, como, por exemplo, os conceitos de censura e de investimento, mais especificamente energia psíquica, mas a descrição do aparelho, bem como explicações da ocorrência dos mecanismos não aparecem. Mas isso não é um empecilho para a realização de nosso objetivo, dado que Freud parte

inicialmente para a recuperação das idéias contidas na obra sobre os sonhos, dando ênfase especialmente ao aspecto do sentido, tomando as alterações que se dão quando se passa do conteúdo latente para o manifesto. Quanto à esfera da força, Freud dirá que já foi devidamente tratada, citando inclusive o livro sobre os sonhos, para poder estabelecer o grande motivo, por ele encontrado, para a produção do chiste, a geração de prazer.

Mas mesmo que a teoria sobre o sonho seja praticamente tomada como inteiramente válida, há características distintas em tais conceitos, que devem ser analisadas, dado que eles são até mesmo considerados como critérios para realização das classificações destes. Deslocamento é, da mesma forma, visto como deslocamento de ênfase psíquica, e condensação igualmente, como uma representação que ocupa o lugar de várias. Mas devemos pensar que, pelo fato de chistes serem processos voluntários (diferentemente do que ocorre com sonhos ou com os lapsos), a forma como se dão essas manifestações é diferente. Ou seja, enquanto nos outros dois processos o material escolhido, para que se realizem deslocamentos e condensações, poderia ser qualquer, dado seu cunho inconsciente (no primeiro caso pela utilização de material não associado, ou indiferente, e no segundo de maneira a garantir investimento suficiente, ambos tendo como meta o acesso à consciência), no caso dos chistes, essas associações devem passar pelo crivo da consciência. Não é qualquer associação que se presta à realização de um chiste, é preciso que dela surja um sentido específico que garanta assim o surgimento de um efeito cômico. Nesse sentido, sonhos

e atos falhos apareciam, quase sempre, como algo absurdo, e sonhos, como confusos. Aqui, o sentido deve ser criado para que possa surgir um efeito cômico, o que possibilita a descarga em forma de inervação motora, em forma de riso.

Os dois mecanismos, como dissemos, são responsáveis por uma das classificações apresentadas entre chistes, aquela que se refere à técnica de sua formação. Chistes verbais são aqueles onde essencialmente ocorrem condensações, possibilitadas especialmente por uma característica própria das palavras, a de carregarem sempre ambigüidades. Já os deslocamentos caracterizam os chistes chamados conceituais, os que se dão em torno do conteúdo das representações que encerram.

Devemos, no entanto, respeitar a ordem de apresentação da obra, para que possamos compreender melhor os conceitos, expondo ainda, ao final, dois exemplos de chistes, um para explicar o conceito de deslocamento, e outro para o de condensação.

O livro é composto de três partes (uma analítica, uma sintética e uma teórica, como expusemos na página 154) que podem ser pensadas como três etapas de um processo investigatório sobre os chistes. Na primeira são encontrados exemplos de chistes e suas análises. Certamente, a justificativa da importância de seu estudo dá-se pelos mesmos motivos encontrados no estudo dos atos falhos. Freud quer fazer acreditar, como sempre, que chistes devem ser pensados como processos psíquicos motivados,

com significado, que devem ser inseridos em uma cadeia que englobe todos os outros processos, ou seja, devem ser explicados pela mesma teoria mental utilizada para a explicação de todos os outros mecanismos psíquicos. Ao elucidar as técnicas de formação do chiste e os mecanismos de sua regulação garante-se a validade dos chistes enquanto processos psíquicos (parte sintética). Ao relacioná-los aos sonhos, eles são inseridos em cadeias associativas (parte teórica). A tentativa freudiana de explicar através de unicidade, isto é, de englobar todos os fenômenos em uma teoria única que dê conta de explicar tanto o patológico quanto o normal, é adicionado mais um capítulo.

Há duas questões principais que podem ser consideradas como linhas de investigação. A primeira visa descobrir a origem do efeito cômico que surge em um dado agrupamento de palavras ou de representações que constituem um chiste. A segunda, por sua vez, visa elucidar aquilo que provoca o prazer, o riso, enquanto descarga. Esta segunda questão será tratada posteriormente.

Logo de início, no entanto, assim como vimos ocorrer em A INTERPRETAÇÃO..., Freud apresenta uma investigação da literatura da época sobre o tema. Certamente, o interesse suscitado pelo chiste, enquanto processo psíquico, era mínimo se comparado aos sonhos. Ainda assim, da mesma forma como vimos ocorrer com os lapsos, há várias citações literárias que exemplificam uma forma correta de sua utilização, demonstrando uma compreensão adequada de tais fenômenos, enquanto

significativos, por parte desses escritores.

Os autores citados por Freud são poucos: um novelista, Jean Paul Richter, os filósofos Theodor Vischer, Kuno Fischer e Theodor Lipps, sendo o último considerado como sendo aquele que lhe alertou para a importância do tema. Suas concepções sobre "o processo psíquico chiste", como poderemos constatar, aproximam-se muito da teoria freudiana.

As opiniões sobre o processo chiste, presentes nesses poucos autores aos quais Freud se refere, são as mais contraditórias. Enquanto Lipps cria que o efeito cômico concentrava-se na relação do sujeito, nunca do objeto, Fischer acreditava o oposto. Jean Paul, por sua vez, considerava o efeito cômico como fruto de similaridades entre idéias que não se apresentam de forma clara, enquanto Lipps pensava ser, justamente, por não haver similaridade, e sim contrastes ou contradições entre os significados de tais idéias, que o efeito cômico surgia. Seja como fôr, Freud crê que, embora algumas dessas concepções possam ser consideradas como válidas, os autores não se preocuparam em relacioná-las. Deve-se, por conseguinte, segundo ele, traçar as conexões entre elas (3:14).

A influência das idéias de Lipps mostra-se especialmente importante quando Freud refere-se ao uso que ele faz da expressão "inconsciente psíquico" da mesma forma que Freud a utiliza (3:161), o que denota que suas concepções sobre o chiste se assemelhavam. Mas Freud se vale de outra idéia apresentada por Lipps: o que ele chama de "espanto

e resolução" de um chiste. Inicialmente, o chiste causa espanto devido à sua não compreensão imediata. Isto se dá, por exemplo, com o chiste que serve como uma espécie de auxílio para a investigação realizada na introdução e no primeiro capítulo do livro. Posteriormente, iremos tratá-lo, em detalhe, para podermos explicar o conceito de condensação. Retirada da obra "Os banhos de Lucas" ("The Baths of Luccas") de Heinrich Heine, poeta alemão (1797-1856), Heymans, um dos estudiosos de Lipps, usa-o para demonstrar o "espanto e resolução" de um chiste. Presentifica-se na utilização da palavra familionar. Composta de duas outras, familiar e milionar, ela inicialmente causa espanto, dado não ser uma palavra existente. No entanto, pode ser "resolvida", ou seja, decomposta em suas palavras formativas, e o chiste será, então, compreendido, surgindo o efeito cômico.

A concepção freudiana assemelha-se a isto: ele é a redução de um chiste.

Freud inicia a investigação da primeira questão sobre a origem do efeito cômico, tomando como base a palavra familionar. Sugere duas hipóteses: o efeito cômico pode vir ou do próprio pensamento embutido no chiste ou de sua forma de apresentação. Por meio da "resolução" em suas partes, Freud considera o efeito cômico como perdido. Ou seja, a palavra só carrega efeito cômico quando está na forma composta. Conclui que o efeito deve surgir, portanto, justamente da sua forma.

A "técnica" de redução de um chiste, como ele mesmo a denomina, é empregada exaustivamente em numerosos exemplos, visando sempre descobrir a fonte do efeito cômico.

São apresentadas classificações em torno de tais técnicas. Estas, como veremos, são também responsáveis pelas alterações de sentido dos sonhos, ou seja, são justamente as técnicas do trabalho do sonho. Freud chega a denominar o conjunto dessas técnicas de "trabalho do chiste". A classificação mais geral, no que se refere às técnicas, dá-se em dois grupos: chistes verbais e conceituais.

O grupo dos chistes verbais pertence à técnica da condensação com substituição (como no exemplo apresentado), de condensação com pequena modificação (como no uso de tête-à-hête no lugar de tête-à-tête), do uso múltiplo do mesmo material (como em buona parte por Buonaparte) em várias formas, e da utilização de palavras com duplo significado. Freud observa que sempre existe uma tendência para economia, ou seja, algumas representações são subsumidas por poucas palavras.

O segundo grupo é composto por técnicas de deslocamento de ênfase psíquica, raciocínio falso (aparência de um argumento como logicamente correto), uso de absurdos, representação indireta (quando se diz algo em forma de chiste que não deveria ser dito) e representação pelo seu oposto.

Se tomarmos, por exemplo, o chiste já citado, onde a palavra

familiar é composta das familiar e milionar, veremos um exemplo claro do processo de condensação, com formação de substituto. A palavra criada tem o objetivo de representar outras duas, de dizer, ao mesmo tempo, que o Barão tinha tratado o agente lotérico de forma familiar, tanto quanto é possível a um milionário. Ao formular tal palavra, ele sutilmente burla a impossibilidade social de se dizer qualquer coisa que se pense, um tipo de comportamento que poderia provocar desprazer. Agindo como age, ele é evitado e apresentado de forma prazerosa. Há a formação de um sentido novo, de uma representação nova, através de duas outras. Se tomarmos a teoria exposta em A INTERPRETAÇÃO..., e consideramos que ela é válida, como já vimos, podemos nos recordar que condensações são consideradas como fruto de alterações de investimentos. Aqui, as alterações de sentido são claras, e são elas que Freud pretende assinalar no seu livro.

No caso de deslocamento há vários exemplos que podem ilustrá-lo, como o chiste indexado como "maionese de salmão", onde um judeu empresta dinheiro de um amigo e este o surpreende, no mesmo dia, comendo maionese de salmão. Ao perguntar-lhe, indignado, como podia ter pedido dinheiro emprestado para comer tal prato, ele responde: "Eu não o entendo, se eu não tiver dinheiro não posso comer maionese de salmão, e se eu tiver algum dinheiro, não devo comer maionese de salmão. Bem, então quando eu vou comer maionese de salmão?" O que vemos aqui é um deslocamento de ênfase psíquica, pois a indignação daquele que emprestou o dinheiro, referia-se ao fato dele ter escolhido um prato tão caro, enquanto que o devedor responde como se não tivesse entendido a recriminação do outro, oferecendo

uma resposta que não se adequava ao comentário. Ou seja, houve uma alteração de ênfase psíquica, onde uma representação toma o lugar de outra. Dessa forma, uma impossibilidade social é burlada, o que toma o empréstimo terminou dizendo o que queria, mas de forma disfarçada. O que somente pôde ser realizado através do deslocamento de investimentos tomado mais uma vez de empréstimo à teoria exposta sobre os sonhos. Freud dizia: "Esse produto, o sonho, tem acima de tudo que evadir a censura, e com este fim em vista o trabalho do sonho faz uso de um deslocamento de intensidades psíquicas até o ponto de uma transvaluação de todos os valores psíquicos." (1:507). O mesmo pode ser dito aqui.

Mais uma vez, podemos equacionar alterações de investimentos com alterações de sentido, como fizemos nos casos de sonhos e de lapsos. Mais uma vez, podemos afirmar que na teoria freudiana, ao menos nas obras analisadas; as linguagens da força e do sentido estão bem colocadas, não se constituindo em uma dicotomia. As alterações de sentido "detectadas" somente podem ser explicadas se se fizer referência a alterações de investimentos, onde estes relacionam-se a forças.

A aproximação entre sonho e chiste, poderia, de acordo com Freud, levar a uma crítica, que ele propõe para afastá-la: o conhecimento do trabalho do sonho, que funciona por meio de técnicas presentes na formação do chiste, não prejudicou sua investigação, no sentido de tê-la direcionado para concluir uma semelhança entre os dois processos psíquicos? A resposta freudiana é negativa. O mecanismo utilizado na

"redução" dos chistes garante a validade das tais técnicas no trabalho do sonho. Foram legitimamente encontradas, e o exame crítico de cada exemplo mostrou-se correto. Freud considera que a nomeação das técnicas do chiste, baseada na dos sonhos, não representa problema pois tem o direito de fazê-lo e pode ser considerada, portanto, como uma simplificação justificada (3:166). Devemos entender que se trata, aqui, mais uma vez, de uma identificação estrutural, só que agora entre sonho e chiste. Certamente, não é por acaso que justamente os dois principais mecanismos encontrados na produção do sonho e do ato falho, condensação e deslocamento, estão de novo presentes. São exatamente eles que permitem relacionar os três fenômenos em questão. Estes, no entanto, somente poderão ser fundamentados pela teoria do aparelho psíquico. Ela é, na realidade, enquanto responsável pela dinâmica de forças, o pressuposto mais profundo que permite afirmar a identidade estrutural entre chistes, atos falhos e sonhos.

Mas enquanto Freud analisa as técnicas empregadas, várias delas presentificam-se em outras formas de expressão que não causam efeito cômico. É o caso, por exemplo, da utilização da chamada representação pelo oposto, que dá caráter de ironia (normalmente acompanhada de expressões ou gestos) à uma expressão que deseja dizer o oposto do que se quer dizer. Esse é somente um dos casos de emprego de técnicas em expressões de outro tipo. A maioria deles, no entanto, refere-se a uma distinção não muito clara, objeto de estudo do último capítulo do livro, entre o cômico e o chiste propriamente dito. Durante todo o capítulo

inicial, Freud se pergunta o que é um chiste, e termina por pospor a resposta. Não consegue concluir muito, mas mesmo assim, considera que sua investigação não foi inútil, pois resta observar o tema por vários outros ângulos. Um deles é objeto do capítulo III - "Os Objetivos do Chiste".

Freud inicia com uma distinção nova que se refere aos objetivos que os chistes podem ter com o intuito de responder à segunda questão guia: há os inocentes, que não tem outra meta a não ser a geração de prazer do seu próprio uso, e os tendenciosos, que além da geração de prazer encontrada para os inocentes, possuem ainda outra fonte. São divididos em hostis e em obscenos.

Ora um, ora outro grupo apresenta-se mais adequado para a investigação. Freud deixa claro que não há uma relação direta entre chistes verbais e inocentes, conceituais e tendenciosos. As classificações que se referem à técnica e aos objetivos podem ser encontradas em cada chiste de forma composta, interrelacionando-se.

Freud parte dos inocentes, que não possuem qualquer outra meta a não ser sua utilização. Por que é gerado prazer? Questiona-se Freud. No capítulo anterior, afirmava que, ao se reduzir o chiste, o prazer se esvaia, e o poder de nos fazer rir também. Ele considera lícito supor, que a própria técnica foi responsável pela geração de prazer.

Nos tendenciosos, por outro lado, há uma produção maior de

prazer, pois normalmente provocam mais riso. Se ambos apresentam a utilização das mesmas técnicas, Freud supõe que deve haver outro elemento responsável pela geração de prazer.

Para investigá-la, ele analisa os chistes obscenos que, por possuírem conteúdo eminentemente sexual, tem sido menos estudados. Freud refere-se às chamadas obscenidades, especialmente as utilizadas para sedução. Freud as discute longamente, referindo-se a seu uso especialmente nas camadas menos educadas da sociedade. Requerem sempre que uma terceira pessoa esteja presente, e normalmente uma segunda pessoa, uma mulher que é objeto de sedução. Nas camadas da sociedade mais educadas, diz Freud, a obscenidade só é tolerada se apresentada na forma de um chiste, e não será relatada caso a mulher esteja presente, ou seja, normalmente só participa uma terceira pessoa. O que, segundo Freud, aproxima a obscenidade de um chiste.

A diferença sugere que a presença da segunda pessoa constitui um obstáculo. Assim Freud conclui que o instinto agressivo, característico de tais obscenidades, é contornado quando o que é dito é colocado em forma de chiste.

O que não permite que a obscenidade seja socialmente aceita, chama-se REPRESSÃO, e ela é desfeita quando o chiste é utilizado. Esta foi reconhecida como responsável pela exclusão de toda uma série de impulsos da consciência nas neuroses e, posteriormente, considerada como

válida para o aparelho psíquico em geral, presente, necessariamente, em sua estruturação. Não fosse assim, nenhum dos fenômenos que Freud considera como efeitos de interferências ocorreriam, pois todos são devidos a ela. Como diz Freud em *A INIERPRETAÇÃO DOS SONHOS*: "...uma cadeia de pensamentos é somente submetida a um tratamento psíquico anormal como as que descrevemos até então, se um desejo inconsciente, derivado da infância e em um estado de repressão, foi transferido para ela." (1:598).

Podemos observar que, até agora, nunca os textos freudianos haviam feito referência tão explícita à problemática da sexualidade. Em *A INIERPRETAÇÃO...*, como dissemos no segundo capítulo, já se delineava a importância que seria atribuída posteriormente à pulsão sexual. Mesmo em 1989, em *Sexualidade na Etiologia das Neuroses*, Freud faz referências à sexualidade infantil. Mas é apenas no mesmo ano da publicação de *O CHISTE...*, 1905, que ela foi explicitamente formulada, em *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*.

No caso de chistes hostis, não há repressão. De acordo com Freud, eles passam a ser utilizados com o desenvolvimento da sociedade, que passa de um estágio brutal para um verbal. Se as crianças ainda revelam uma disposição à hostilidade, os adultos não podem e devem aprender a comportar-se de modo menos agressivo. Nesse sentido, o chiste torna-se útil, pois é capaz de contornar a impossibilidade imposta por obstáculos criados pela sociedade, garantindo a descarga de impulsos hostis.

Em ambos os casos, Freud procura encontrar obstáculos, só que eles são distintos. Nesse ponto, o chiste assemelha-se mais uma vez ao sonho, pois abre a possibilidade da obtenção de prazer pela evasão de obstáculos. Se ela não ocorresse, terminariam por gerar desprazer. No caso de sonhos, a evasão se dá por associações superficiais a conteúdos livres de censura. No de chistes são utilizadas técnicas que permitem mascarar aquilo que realmente se deseja dizer.

Freud, portanto, nos mostra duas fontes de prazer: uma advinda da técnica, outra do objetivo do chiste. É, por conseguinte, na segunda parte do livro, a sintética, que ele as relaciona.

Há, no entanto, uma diferença entre os sonhos e lapsos, por um lado, e chistes, por outro, que acredito, deve ser levada em consideração: a questão da intencionalidade ligada à teoria freudiana do prazer e desprazer.

Para isso, podemos nos referir às primeiras experiências de satisfação, discutidas em detalhe, na presente dissertação, no capítulo dois. Elas são reguladas, sob o ponto de vista econômico, pela obtenção de prazer, e, em termos dinâmicos, pela realização de desejo. Ao final, não sabendo esperar o sinal adequado de realidade, a descarga ocorria de forma inapropriada, pela alucinação, e terminava não interrompendo o desprazer. Ao se adormecer, com a oclusão dos órgãos dos sentidos, ocorre uma regressão, que pode ser tomada em um sentido estrutural, ou seja, o

aparato volta a funcionar segundo sua organização original e primeva, a alucinatória, como ocorre com o sonho. Dinamicamente, o desejo é o responsável pelo processo.

É também responsável pelos lapsos, mas não chega a ocorrer, aqui, uma regressão ao sistema perceptual. Operam, no entanto, as mesmas técnicas que nos sonhos, há distorção, e, portanto, ilusão. Economicamente, vimos novamente o papel relevante desempenhado pelo desprazer.

Cito Freud:

"Duvido que estejamos em posição de considerar qualquer coisa sem ter uma intenção em vista. Se não exigimos de nosso aparato mental, em dado momento, a realização de nossas satisfações indispensáveis, nós o permitimos trabalhar na direção do prazer e procuramos derivar prazer de sua própria atividade."

(3:96).

A referência parece válida para todos os processos citados aqui, seja para o sonho alucinatório, seja para a descarga adequada aprendida no

primeiro desenvolvimento do aparato, seja para o lapso ou novamente, para o chiste. Recupera-se, através dele, a obtenção de prazer, tanto na forma de técnicas verbais como na de evasão de obstáculos. Mas interessa-nos especificamente a regressão que ocorre no chiste em um outro sentido: trata-se de voltar a um prazer advindo da infância.

Há, no entanto, uma diferença entre esses processos e o chiste: a consciência. Certamente não nos damos conta de todos os processos de realização de prazer, mas a produção de um chiste é opcional, trata-se de uma escolha consciente por parte daquele que o realiza. O mesmo certamente não se dá com o ato falho ou com o sonho. Assim como nos lapsos, há um distúrbio de atenção e um pensamento altera o fluxo normal, mas a comunicação de um chiste é uma questão de escolha. Trata-se do uso dos mesmos mecanismos, deslocamento e condensação, de forma intencional, mas consciente. Conclui-se daí que a produção de prazer, central na teoria freudiana, revela-se em todos os processos, conscientes ou não. Nesse sentido, confirma-se, através do estudo desses dois processos, não conscientes, uma das hipóteses adotadas no primeiro capítulo: a intenção não precisa ser consciente.

O aspecto supracitado de regressão a uma forma antiga de obtenção de prazer, encontrado nos chistes, é tratado por Freud no capítulo sobre a sua psicogênese, no quarto capítulo. Nele, no entanto, Freud pretende responder à segunda questão colocada logo no início da obra: porque o chiste gera prazer? Esta é tratada primeiramente, mas acredito que, se

invertermos a ordem, as explicações tornar-se-ão mais claras.

A criança costuma tratar as palavras como objetos, não as tomam como significativas, representativas, e sim como coisas. Freud denomina este tipo de utilização da palavra, de "jogo". Com o crescimento da criança, os absurdos deixam de ser permitidos, pois a razão impõe-se. Apresenta-se então uma segunda classe de chistes: os gracejos. As mesmas técnicas presentes nos inocentes ou tendenciosos, funcionam aqui. Os gracejos não precisam ser idéias novas, mas deve haver sentido no que se fala, caso contrário haverá geração de desprazer. A faculdade crítica entra, portanto, em ação, pois nem tudo pode ser dito. Mais uma vez, utilizando-se a técnica, pode-se contornar essa possível fonte de desprazer, tal como vimos com a descarga de impulsos hostis. Neste ponto, estão instituídos os chistes inocentes, e a geração de prazer é novamente possível. Mas há um terceiro obstáculo a ser vencido, este de origem puramente inconsciente: o material suprimido. Seus exemplos são os chistes tendenciosos que têm, portanto, três forças contra as quais devem lutar sucessivamente: a razão, o julgamento crítico e a supressão. O princípio regulador, como vimos, é sempre o desprazer.

Sob o ponto de vista econômico, poderemos perceber que estamos diante de jogos de quantidades, certamente não especificadas, pois não são tomadas em termos absolutos. O prazer é descarga, e ela deve resultar de algum processo. Aqui, este se manifesta em forma de riso, ou seja, inervação do lado motor, para colocá-la em termos freudianos.

Freud reinterpreta o princípio de economia, mas tomado em uma forma mais ampla. Toda descarga de prazer corresponde a um gesto psíquico que foi economizado. Tal economia somente é possível devido à operação de técnicas. Os tipos de jogos utilizados pelas crianças formam um primeiro grupo. Um segundo, é constituído pelos chistes conceituais, relacionados ao prazer, pois, através do uso das técnicas, realizam-se associações que, desfeitas, causam prazer no reconhecimento do que é familiar, e ainda na capacidade de burlar o peso da razão. Um outro grupo, ainda, causa prazer pela economia que se fez ao englobar várias representações em uma só, como é o caso, por exemplo, da condensação com formação de substituto.

O deslocamento no sonho, opera em torno de qualquer elemento, e Freud é realmente preciso, QUALQUER elemento (para quem considerou em 1901, a teoria como preditiva, só resta o espanto). No chiste, por outro lado, para que tais deslocamentos possam ser realizados devem sujeitar-se aos limites do emprego do pensamento consciente, valendo-se especificamente, em muitos casos, das ambigüidades das palavras e da multiplicidade das relações conceituais. Da mesma forma, sempre está presente o intencional.

Para finalizar, Freud acredita que, se o sonho permanece sempre um desejo, um chiste é sempre um "jogo infantil" desenvolvido. Por conseguinte, podem ser considerados como advindos da infância. Enquanto o chiste procura a obtenção do prazer, o sonho procura evitar o desprazer; mas isto é absolutamente equivalente.

Considerados como processos psíquicos, sonhos, lapsos e chistes, mostram-se carregados de sentido. Se o sonho é a via régia de acesso ao inconsciente, outras manifestações psíquicas podem revelá-lo, tanto que Freud refere-se várias vezes à utilização dos lapsos e de atos falhos como auxiliar em seu trabalho de análise.

Chistes e atos falhos, considerados normalmente como mecanismos sem importância, são capazes de, analisados, revelar toda uma dinâmica de forças atuando inconscientemente, que pode ser considerada como a causadora das alterações de sentido.

CONCLUSÃO

Após termos analisado as três obras freudianas propostas, recorrendo especialmente aos conceitos de deslocamento e condensação, consideramos que estabelecemos uma relação entre explicação e compreensão que se aproxima da defendida pelo Ricoeur posterior a 1965, apresentada no segundo capítulo desta dissertação. Ao nos dedicarmos ao estudo desses dois trabalhos, estabelecemos que alterações de ocupações equivaliam a alterações de sentido, tanto no caso de sonhos, como de atos falhos e de chistes.

Isto pode ser pensado, como dissemos nesse mesmo capítulo, como o estabelecimento de um novo tipo de monismo, mas que difere daquele defendido pelos positivistas, dado que as noções de explicação e de compreensão, são agora tomados, como exposto pelo próprio Ricoeur, de forma distinta daquelas apresentadas pelos positivistas.

É a comparação entre esse novo monismo e o anterior que nos dedicaremos agora, à guisa de conclusão. Para isso, trataremos um texto publicado por Charles Taylor em 1965, denominado "Força e Sentido, as duas dimensões irredutíveis de uma ciência do homem" (17). Sua abordagem é reveladora, por pretender validar essa nova posição monista para as ciências - para todo o domínio das ciências humanas, assim como pretendia Ricoeur.

Taylor considera interessante a questão colocada por Ricoeur dado que essa "interferência da energética com a hermenêutica" pode ser encontrada em toda ciência que pretende explicar o comportamento efetivo do homem, explicar o porquê dos homens agirem como agem.

O seu ponto de partida é a filosofia empirista. O autor considera que existem dois "modelos" fundamentais de filosofia empirista, que podem ser propostos para a psicanálise. O primeiro é aquele de uma ciência da observação, enquanto no segundo, um nível teórico é adicionado a este. Um exemplo típico do primeiro, diz ele, é a psicologia construída por Skinner, e do segundo, o adotado por Carnap, Hempel e Nagel, que tomam como paradigma a física. O autor pretende mostrar que nenhum dos dois modelos serve para a psicanálise.

O próprio Ricoeur demonstra, conta-nos Taylor, que a psicanálise não pode se conformar ao primeiro modelo, pelo fato dos comportamentos observados pelo analista serem identificados depois de seus sentidos, e isto mesmo antes do trabalho da interpretação. Ou seja, os comportamentos já carregam desde o início, uma dimensão intencional. O autor toma como exemplo os próprios atos verbais do paciente, nos quais a interpretação deve apreender o que se quer dizer no primeiro nível da observação para que possa inferir o que se quer dizer em um nível mais profundo, inconsciente.

Portanto, os fenômenos dos quais parte o empreendimento

psicanalítico não satisfazem esse modelo de ciência, por serem, em um sentido forte, "subjetivos" por natureza, por serem constituídos, em parte, pelo sentido que eles têm para o sujeito. E se os psicólogos empiristas sempre suspeitaram profundamente da dimensão intencional, não foi por capicho e sim pela recusa do intencional estar inscrita na lógica própria do empirismo.

Há dois níveis do sentido que devem ser tratados quando se diz que o efeito de um comportamento se identifica por seu sentido. De início, o comportamento humano tem um sentido porque ele é orientado em relação a uma meta. Minha ação visa um certo fim, e isso dá a ela um "sentido". Isto, mesmo no que se refere ao nosso comportamento do dia a dia, assim como no comportamento dos animais. Mas, na teoria de Freud, segundo Taylor, o reino da teleologia é sempre mais vasto do que supõe o sentido comum ou a consciência de si de todo o dia. Ela trata de comportamentos - que - tem - um - sentido, procurando compreendê-los e explicá-los sempre em relação à economia psíquica. O autor nos faz recordar que recalcamto, deslocamento, etc., ocorrem sempre na tentativa de evitar ou de resolver um conflito doloroso para escapar de uma tensão intolerável.

O comportamento humano tem ainda outro nível de sentido: eles somente são compreendidos sob certos conceitos ou através de certas imagens, ou seja, com ajuda de certas significações. Não se trata somente de identificar a meta que o comportamento visa, mas também de esclarecer

sua dimensão intencional, as descrições que ele possui para um dado sujeito. Pensando na teoria analítica, por exemplo, em deslocamentos, condensações, vimos que eles operam sobre significações.

O segundo modelo proposto, o de uma ciência em dois níveis, onde as observações se explicam por referência a um conjunto de entidades teóricas, é aquele cuja estrutura é descrita por Carnap ou Nagel.

Pelo fato da teoria analítica fazer recurso a fatores como o recalque, a condensação, o deslocamento, etc..., esse modelo pareceria de início, de acordo com Taylor, mais aplicável do que o primeiro. Poder-se-ia pensá-lo análogo, por exemplo, à termodinâmica, na qual mesmo que os movimentos e os choques das moléculas não possam ser observados, eles se revelariam pelas mudanças de temperatura. Ou seja, no caso da psicanálise, o recalque, a fixação, o deslocamento e outros fatores que não se percebem diretamente seriam pensados como produtores de comportamentos, tais como sintomas, fobias, etc...

Mas, ao se partir para a busca de forças subjacentes, na tentativa do expurgo dos elementos metafóricos, procurando, por exemplo, explicar uma certa forma de deslocamento, rigorosamente definido e sob certas condições, onde é possível inferir a partir de certos movimentos exteriores um sistema definido em termos físicos, percebe-se que a teoria freudiana não se deixa purgar da sua metaforicidade em uma primeira aproximação. Os dois níveis não se podem articular de acordo com o modelo

empirista, e isso por causa desse entrelaçamento de sentido e de causalidade que lhe é essencial.

O comportamento é então examinado como fruto da ação causal, pelo campo de forças que deforma as imagens intencionais, que deslocam o desejo de sua verdadeira meta em direção a um fim secundário, que reprime certos conteúdos e interdita seu acesso à consciência. É por isso que uma simples leitura pelo sentido não é jamais suficiente. Seria se nossas ações se explicassem simplesmente a partir de metas, tais como as concebemos. Nosso comportamento poderia então receber uma explicação puramente teleológica. Mas, diz Taylor, o texto sentido de nossa vida é constantemente entrecortado de não senso e de contra senso, uma vez que estamos sujeitos a forças que não compreendemos nem dominamos.

Elas operam sobre desejos e representações do desejo, e são assinaladas na distorção do sentido, nos deslocamentos de nossas verdadeiras metas, no esquecimento, nos lapsos, etc... Perguntar-se o que poderiam ser essas forças em si, para além de sua ação devastadora sobre o sentido, é, para Taylor, colocar-se uma pseudo-questão. Ela evocaria forças psíquicas sem ligá-las com as transformações de sentido. Seria falar para dizer nada. As distorções de sentido são explicadas em Freud pelas forças que nascem do conflito entre tendências fundamentais, e dele, surge o recalçamento, colocado como a base de todas as outras distorções.

Mesmo que se possa distinguir uma camada de fenômenos

observáveis, por exemplo, os sintomas, o nível de forças subjacentes não se articula sobre os fenômenos observáveis como se faz em física. Não se podem estabelecer "regras de correspondência", como requer Carnap, pois não se tratam de correlações causais entre dois níveis, nem, por conseqüência, de partir de propriedades causais do observável para atribuí-las a forças subjacentes. A causalidade não funciona aqui a não ser perturbando o sentido, e portanto a ação de forças não se lê a não ser como deformação. Se a física pode estabelecer algo que seja considerado como uma entidade teórica em si, que não faça referência a observáveis, como quando atribui massa e velocidade a uma partícula, em psicanálise os estados subjacentes: recalque, fixação, mecanismos, etc..., somente podem ser identificados se forem relacionados a outros efeitos. E por efeitos, entenda-se modificações de sentido. A tentativa de se desconsiderar essa inseparabilidade do sentido, por exemplo, pelo expurgo de uma dimensão intencional, poderia, como vimos em Ricoeur, transformar a psicanálise na direção de uma "demonologia fantástica, se isto não for algo além de um absurdo hidráulico" (13:362).

Nem tampouco, defende Taylor, as forças das quais fala a teoria analítica se reduzem, pois sua ação é a de deformar o sentido. Mas como pode-se falar dessa ação a não ser citando seus efeitos? "Procura-se então uma linguagem mais direta e é lá onde nascem as imagens da força, de corrente elétrica, de investimento, de deslocamento, de distorção, etc..., que Freud utilizou e que nós retomamos aqui." (17:134).

Ou seja, qual seria o estatuto das forças das quais se fala aqui? Elas não se deixam, como vimos, devido à própria articulação encontrada, definir como algo em si, ou seja, independente de seus efeitos sobre os sentidos. É, ao se perguntar sobre o que é o recalçamento, que se conclui, para Taylor, que ainda que se trate de algo contra o sentido, o recalçamento não existe a não ser sobre ele. Não é uma força nas quais as propriedades poderiam ser definidas em si, sem referência ao sentido, tratam-se de forças inseparáveis que não existem a não ser lá onde ela tem sentido. O que a nossa dissertação fez, foi tentar mostrar a plausibilidade dessa leitura da teoria freudiana a partir da investigação de três de seus textos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Livros Freudianos

- (1) FREUD, Sigmund : The Interpretation of Dreams I - II, The Standart Edition of The Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Vol. IV-V, Tradução do alemão por James Strachey, Londres, The Hogart Press, 1953.

- (2) FREUD, Sigmund : The Psycopatology of Everyday Life, The Standart Edition of The Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Vol. VI, Tradução do alemão por James Strachey, Londres, The Hogart Press, 1960.

- (3) FREUD, Sigmund : Jokes and their Relation to the Unconscious The Standart Edition of The Complete Psychological Works of Sigmund Freud, Vol. VIII, Tradução do alemão por James Strachey, Londres, The Hogart Press, 1960.

- (4) FREUD, Sigmund : A Interpretação das Afasias,
Edições 70, Livraria Martins Fontes, São Paulo, 1979.
- (5) FREUD, Sigmund : Projecto de Psicologia,
Obras Completas, Vol.I, Buenos Aires,
Ammorortu Editores, 1982.
- (6) FREUD, Sigmund : A Correspondência Completa de Sigmund Freud
para William Fliess (1887 - 1904), Editado por Jeffrey
Moussaieff Masson, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1986.
- (7) FREUD, Sigmund : Interpretação dos Sonhos,
Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas
Completas de Sigmund Freud, Organização Geral da tradução
de Jayme Salomão, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1972.
- (8) FREUD, Sigmund : Studies on Histry,
The Standart Edition of The Complete Psychological
Works of Sigmund Freud, Vol. II, Tradução do alemão por
James Strachey, Londres, The Hogart Press, 1955.

Obras de outros autores

- (9) DAVIDSON, Donald : Actions, Reasons and Causes
in THE JOURNAL OF PHILOSOPHY , número 60 , pp 35-48, 1963
- (10) GABBI JR, Osmyr : Trabalho apresentado no Ciclo de Conferências comemorativo do cinquentenário da morte de Freud na Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, em 20 de abril de 1989.
- (11) HEMPEL, Carl : The Function of General Laws in History
in THE JOURNAL OF PHILOSOPHY, número 39, pp 35-48,
1942
- (12) RICOEUR, PAUL : De l'Herméneutique des Textes à l'Herméneutique de l'Action, in Essais d'Herméneutique II, pp 137-211,
Paris, Edition du Seuil, 1986.
- (13) RICOEUR, PAUL : Da Interpretação - Ensaio sobre Freud,
Rio de Janeiro, Imago Editora, 1977.

- (14) RICŒUR, Paul: La Semantique de l'action
Da coleção Phénoménologie et Hermeneutique, Dirigida
por Paul Ricoeur et Dorian Tiffeneau, éditions du Centre
National de la Recherche Scientifique, Paris, 1977.
- (15) RUSSELL, Bertrand. On the Notion of Cause
in Readings in the Philosophy of Science, Herbert Feigl
e May Brodback, New York, Appleton, 1953.
- (16) TAYLOR, Charles : The Explanation of Behaviour,
Londres, Routledge & Kegan Paul, 1964.
- (17) TAYLOR, Charles : Force et sens, les deux dimensions
irréductibles d'une science de l'homme in
Sens et Existence, Paris, éditions du Seuil, 1975
- (18) TORT, Michel : " De L'Interpretation ou La Machine
Hermenéutique" (2 partes) in LES TEMPS MODERNES,
pp 1460-96 / pp 1628-52, Fevereiro e Março de 1966.

- (19) TOULMIN, Stephen : Razones e Causas
em La Explicacion de las Ciencias de la Conduta,
Organizadores - Borger, R. e Cioffi, F., pp 19-76, 1968.
- (20) VON WRIGHT, Georg Henrick : Explanation and Understanding
Londres, Routledge & Kegan Paul, 1971.
- (21) VON WRIGHT, Georg Henrik : Causality and Determinism
(Woodbridge Lectures delivered at Columbia University,
no.10, 1972), New York, Columbia University Press, 1974.
- (22) WIDLÜCHER, Daniel: Métapsycologie du Sens
Paris, Presses Universitaires de France, 1986.
- (23) LAPLANCHE, J./J. B. PONTALIS : Vocabulário de Psicanálise
São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1988.